

IMPrensa, CIÊNCIA & SOCIEDADE

**Anais do Seminário realizado de 22 a 25 de outubro de 1985, na
Universidade Federal da Bahia**

Othon Jambeiro (Editor)

NOTA DO EDITOR

Passados 30 anos, os temas debatidos no seminário **Imprensa, Ciência e Sociedade**, em outubro de 1985, continuam muito atuais. O mundo, e dentro dele o Brasil, mudou, assim como mudaram as relações entre os meios de comunicação, os cientistas e o público em geral. Foram de fato transformações de muita profundidade. A mais contundente, sem dúvida, o surgimento do computador e, em seguida, da internet, esta rede sem fim, que interliga o mundo quase instantaneamente, dia e noite e sempre.

Nenhuma das transformações, contudo, surgiu do nada, de repente. Pelo contrário, todas elas se originaram do acúmulo de conhecimento que o ser humano incansavelmente persegue, na sua sina de dominar o ambiente onde vive e se reproduz. Anárquico e espontâneo a princípio, nos últimos séculos este acúmulo de conhecimento tornou-se sistemático, buscado com métodos cada vez mais sofisticados, que se aperfeiçoam em sequência dos próprios ganhos de conhecimento que produzem. Processos e produtos se mesclam e fazem o ser humano avançar. E mais avança e avançará quando a difusão do conhecimento acumulado incorporar ao exercício da ciência camadas sociais ainda dispersas e ausentes deste fluxo contínuo de acumulação.

O papel dos meios de comunicação, na consecução deste objetivo é tão grandioso hoje quanto era 30 anos atrás. E sem dúvida mais complexo, dado o fato de que o vertiginoso desenvolvimento científico e tecnológico, a expansão do ensino em todo o mundo e a ascensão social resultante do progresso, ainda que desigual, vem incorporando milhares de pessoas ao universo do conhecimento. É fruto desta incorporação o surgimento, quase que cotidiano, de invenções, softwares de toda natureza, máquinas, equipamentos, materiais para todos os usos, medicamentos, transportes e tudo o mais. Contudo, é pouco ainda. Assim como as estruturas físicas das escolas, os laboratórios e os currículos são essenciais para receber cada vez mais jovens estudantes, os meios de comunicação são cruciais para motivá-los, informando-os do que ocorre no seu entorno e longe dele, e dos benefícios materiais e simbólicos que o conhecimento agrega à vida do ser humano.

A disponibilização destes Anais tem, pois, o objetivo de alimentar o debate sobre a relação entre ciência, imprensa e sociedade, visando amadurecer em todas as mentes a consciência de que o conhecimento é a essência da humanidade, é o que a diferencia dos outros seres vivos. E quanto mais educação e mais comunicação são disponibilizadas, mais conhecimento teremos e mais humanos todos ficaremos.

Salvador, Bahia, janeiro de 2016

Othon Jambeiro, PhD

Professor Titular, docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, Faculdade de Comunicação/UFBA

APRESENTAÇÃO

No início, até mesmo os autores da ideia desacreditavam de sua exequibilidade. Mas pouco a pouco, contatando um e outro jornalista, um e outro pesquisador, nos descobrimos entusiasmados com a realização do seminário. Observamos na comunidade científica um interesse enorme pelo assunto, tão grande quanto o nosso.

Na Fapex descobrimos a possibilidade de financiamento através de uma linha específica da Finep para eventos da natureza do que queríamos. E no CNPq obtivemos estímulo imediato.

E nos decidimos: vamos fazer um seminário sobre “Imprensa, Ciência e Sociedade”, para debater como é, como deve ser, o que se interpõe, o que facilita, o que dificulta esta relação essencial à vida do homem. O envolvimento das outras entidades – a Universidade, através de sua Assessoria de Imprensa e do Departamento de Comunicação da Faculdade de Comunicação; o Sindicato dos Jornalistas; e a própria Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão (Fapex) – fez-se naturalmente desde o início.

Juntos planejamos tudo: elaboramos o projeto, fizemos contatos com cientistas e jornalistas que pudessem participar como expositores ou debatedores, construímos a programação, acertamos o local e mais todas estas coisas que tomam muito mais tempo do que inicialmente pensamos, mas que sem elas não se realiza o evento.

No final tudo deu certo. Conseguimos fazer, de 22 a 25 de outubro de 1985, um seminário de muito bom nível, com debates por todos considerados excelentes, que permitiram se fizesse substanciais análises da relação, em suas variadas formas e no mais diversos momentos, entre a Imprensa, a Ciência e a Sociedade.

O resultado é este que aqui se apresenta à apreciação e ao julgamento de quantos se interessem pelo tema. O atraso deveu-se às dificuldades de vários tipos, mas o importante é que conseguimos. Bom proveito!

Salvador, Bahia, abril de 1987

Othon Jambeiro

Presidente da Secção Bahia da
Associação Brasileira de Jornalismo Científico

Seminário
IMPrensa, Ciência e Sociedade
22 a 25 de outubro de 1985

PROGRAMAÇÃO

Dia 22 – Sessão 01

O PODER LEGISLATIVO E O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

Expositor: Deputado Paulo César Furiatti (Assembleia Legislativa do Paraná)

Debatedores: Venício Artur de Lima (Universidade de Brasília (UnB)) e Eduardo Rappel (Associação Brasileira de Pesquisadores em Políticas de Ciência e Tecnologia (ABPCT))

Dia 23 – Sessão 02

JORNALISMO CIENTÍFICO, CULTURA E EDUCAÇÃO

Expositor: Júlio Abramczik (Presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Científico (ABJC))

Debatedores: Sérgio Brandão (Globo Ciência), José Carlos Capinam (diretor da TV Educativa da Bahia) e Joviniano de Carvalho Neto (UFBA)

Dia 24 – Sessão 03

IMPrensa e DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO e TECNOLÓGICO

Expositor: Darci Fontoura de Almeida (Revista Ciência Hoje/SBPC)

Debatedores: Murilo Cesar Ramos (UnB), Marcos Dantas (Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)) e Carlos Alberto Dias (UFBA)

Dia 25 – Sessão 04

POLÍTICA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA – O PAPEL DA IMPrensa

Expositor: Roberto Santos (Presidente do CNPq)

Debatedores: Raimundo Lima (Sindicato dos Jornalistas), Afonso Maciel Neto (Associação Bahiana de Imprensa (ABI)), José Luiz Perez Garrido (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (Ceped)), Silvio Mattoso (Comcitec/Secretaria de Planejamento), Maria Brandão (UFBA)

Observação: os textos foram transcritos das fitas gravadas e editadas por Othon Jambeiro. Não foram revistos pelos expositores e debatedores.

Créditos

Coordenação do Seminário: Othon Jambeiro, Matilde Schinitman e Lucival Costa

Editor dos Anais: Othon Jambeiro

Promotores do evento: Associação Brasileira de Jornalismo Científico, Seção Bahia; Sindicato dos Jornalistas da Bahia; Universidade Federal da Bahia (Departamento de Comunicação e Assessoria de Imprensa); Fapex.

Apoio: Finep, CNPq, Comcitec, Econômico S.A. e Nitrocarbono S.A.

Colaboração: DM9 Propaganda, Grandes Marcas de Papel, Washington Studio Gráfico

Sessão 1

O PODER LEGISLATIVO E O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

Reitor Germano Tabacof – Estão compondo a mesa o deputado Paulo César Furiatti, Deputado Estadual do Paraná; Professor Venício Artur de Lima, jornalista e professor Othon Jambeiro; Deputado Estadual Luis Humberto Pinheiro e Eduardo Rappel, que é presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores em Política de Ciência e Tecnologia.

Passei aqui rapidamente para dizer uma palavra de incentivo, de admiração e de agradecimento da Universidade por esta realização sobre jornalismo científico. Eu sou sócio antigo da ABI. Não sou jornalista profissional, mas militei em revistas científicas como correspondente aqui na Bahia. Editei dentro da minha área de especialidade uma revista baiana, e considero o papel da Imprensa muito importante, principalmente nesta quadra que estamos atravessando no Brasil. Uma face em que precisamos desmonopolizar os conhecimentos. É preciso que toda essa comunidade que paga e prestigia as atividades da educação, da cultura, tenha também um certo conhecimento para que possam – até mesmo dentro desse quadro de penúria que atravessa a nossa população – se medicar, cultivar a terra, construir alguma coisa. Esse é um dos papéis que a universidade tem: aquele de, através da extensão, proporcionar conhecimentos a uma massa muito maior de pessoas. E o jornalismo científico se insere nisso.

Queria cumprimentar aqui o nosso coordenador, por quase um ano do boletim da Agência Universitária de Notícias de Ciência e Tecnologia, onde efetivamente vejo o que está acontecendo na Universidade, em termos de Ciência e Tecnologia¹. Recebo sempre informações, relatórios e impressos,

¹ O Reitor Tabacof refere-se ao Ciência Press, projeto financiado pelo CNPq que durante quatro anos (1983-1986) divulgou para a imprensa local e nacional os resultados das pesquisas realizadas por professores da UFBA. Cópias dos boletins eram enviadas para o Reitor, Pró-Reitores, diretores de unidades, chefes de departamentos e coordenadores de cursos de graduação e pós-graduação.

mas esse jornalzinho, se me permite assim o nosso Othon, me dá uma visão do que está acontecendo numa linguagem coloquial, numa linguagem acessível a todos, que desmitifica todo aquele conhecimento científico. Não é baratear o conhecimento, mas apenas torná-lo ao alcance de uma maior parte da população.

A América do Norte, com todo esse potencial, teve esse desenvolvimento porque aplicaram na educação. O Jefferson disse na época da Independência, que a verdadeira independência só existiria na hora em que o povo fosse educado. No Brasil estamos atravessando uma fase difícil, devendo 103 bilhões de dólares, com um déficit público crescendo a ordem de um trilhão e 500 bilhões por dia. Uma recente publicação do MEC, um folder sobre educação, afirma existirem 20 milhões de analfabetos adultos; 30 milhões que leem mas não entendem o que leem; 8 milhões de 7 a 14 anos, em idade escolar, sem escola; outros 8 milhões em escolas precárias. Além disso persistem as doenças da pobreza, a diarreia está matando ainda, tem todas aquelas doenças como leishmaniose, filarose, enfim é um tratado de patologia imenso. E agora se juntam a isso as doenças modernas, doenças do coração, doenças mentais, traumatismos, os sinergismos causados pelos poluentes, os agrotóxicos. Então temos que achar uma saída.

Esse grupo que aqui vai se reunir, vai tentar ver de que maneira se pode fazer divulgação de ciência e tecnologia. Eu infelizmente não posso assistir esse primeiro painel, porque tenho uma reunião agora do Conselho de Coordenação da Universidade, mas queria antes de passar a palavra ao Professor Othon, agradecer a presença dos nossos convidados, Deputado Furiatti e o Professor Venício Lima da UnB, que vieram aqui colaborar e trazer os seus conhecimentos, a sua prática nesse campo de atividade. Também agradecer a presença de todos que estão aqui nesse primeiro ato e parabenizar e augurar êxito particularmente ao Professor Othon Jambeiro, que é o coordenador deste encontro. Muito Obrigado.

Othon Jambeiro – Vamos então dar início às atividades regulares do nosso Seminário, após o Reitor Tabacof ter feito sua instalação. Esse Seminário, creio que todos sabem, é promovido pelo Departamento de

Comunicação da Universidade Federal da Bahia, pelo Sindicato dos Jornalistas da Bahia, pela Associação Brasileira de Jornalismo Científico – secção Bahia, pela Assessoria de Imprensa da Reitoria e pela Fapex. Ele tem como objetivo fundamental iniciar na Bahia uma reflexão maior sobre os problemas da divulgação científica. Nós entendemos que existe produção intelectual na Bahia, que temos inúmeros produtos ou processos científicos desenvolvidos, seja na Universidade da Bahia, seja fora dela, em instituições de pesquisa, ou outras instituições de ensino, e no entanto esses produtos intelectuais são pouco divulgados, não chegam ao grande público, pelo menos na medida em que deveriam chegar.

O outro grande objetivo do conjunto de entidades que promove esse Seminário é tentar estabelecer uma via de mão dupla entre os que produzem ciência, os que produzem conhecimento, os que produzem tecnologia e aqueles que necessitam dela. O jornalismo científico inclusive tenta se colocar como intermediário dessa via de mão dupla, na medida em que procura levar até a população, através do meios de comunicação social, os acontecimentos da área científica, ou o que está se produzindo na área científica, e ao mesmo tempo, enquanto consciência crítica da sociedade mantém, ou procura manter uma certa reflexão crítica sobre esse produto intelectual, a fim de que os pesquisadores, os cientistas, os professores entendam melhor as demandas da sociedade em que vivem.

Esses dois objetivos maiores que esse Seminário pretende atingir seguramente começam com esta sessão de hoje, na qual vamos analisar um elemento de presença muito forte nessa questão, que é o poder legislativo. Porque o desenvolvimento científico e tecnológico existe, é feito, mas é necessário que haja um controle social desse desenvolvimento, que é feito de várias maneiras, mas que acima de tudo deve ser feito pelos parlamentos, pelo poder legislativo, que deve legislar, deve fiscalizar, deve estimular incentivar, mas deve observar por onde anda esse desenvolvimento científico e tecnológico.

Para isso nós convidamos o Deputado Furiatti, Deputado Estadual no Paraná, que tem se destacado na luta pela defesa do meio ambiente e é uma figura hoje nacional, respeitada inclusive no Congresso Nacional. Venício Artur Lima, jornalista, professor do curso de Jornalismo da Universidade de Brasília,

que desenvolve no momento, para o CNPq, um trabalho exatamente sobre esse tema: “O poder legislativo e o desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil”. Eduardo Rappel, engenheiro baiano, já por demais conhecido, com vasta folha de serviços prestados ao desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro, hoje na presidência de uma entidade jovem que procura se afirmar e que procura congrega os pesquisadores nacionais em política de ciência e tecnologia. E o Deputado Luis Humberto Pinheiro, Deputado Estadual na Bahia, presidente da Comissão de Saúde, que se destacou nesse seu primeiro mandato pelo trabalho de defesa dos interesses populares, principalmente na área de saúde comunitária.

Através dessas pessoas pretendemos estabelecer aqui um debate que possa nos dar luzes e fazer com que consigamos atingir os objetivos a que estamos nos propondo. Quero avisar aos companheiros aqui presentes que esses Seminários estão sendo gravados, serão posteriormente transcritos e publicados.

Era só o que tinha a dizer, obrigado, e passo a palavra ao Deputado Furiatti.

Deputado Paulo César Furiatti – Quero agradecer a oportunidade de aqui estar para debater esse assunto tão importante, que é a questão da ciência e da tecnologia no Parlamento e na Imprensa.

Sou Deputado Estadual pela primeira vez no Paraná, e antes disso fui presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos e durante esse tempo nos dedicamos com bastante profundidade à questão da tecnologia agrícola e a tecnologia do meio ambiente.

A questão da tecnologia agrícola, que começamos a estudar com mais profundidade a partir de 1979, mostra que esse país na época do arbítrio e da ditadura gerou condições de nos jogar numa profunda dependência tecnológica. Isto gerou a falta de pesquisas básicas na universidade, gerou a falta de recursos para a universidade. E os recursos que vinham, vinham no sentido de direcionar a Universidade e os pesquisadores para absorver tecnologias estrangeiras, adaptar essas tecnologias e através do sistema de extensão e de crédito rural jogar isso para a população consumir.

Com a Imprensa sob censura, os nossos cientistas mais consequentes cassados, exilados, ou na geladeira, tivemos uma paralisação do desenvolvimento da ciência nacional quase que completa com exceções raríssimas e ainda essas exceções com produtos parados nas prateleiras por falta de condições de chegar até os clientes, que seria a população brasileira. Gerou-se então essa dependência terrível que resulta hoje numa agricultura com sofríveis índices de produtividade e com meio ambiente completamente dilacerado.

Destruíram a cultura e as nossas saídas empíricas mesmo da questão tecnológica na agricultura e isso nos deixou além de dependentes, menos capazes na competição da produção de alimentos e apenas um pouco melhores na produção de produtos de exportação, visto que esses produtos cabiam dentro do modelo político de desenvolvimento, com maciços recursos e alguma tecnologia adaptada de fora.

Dentro desse aspecto é que temos de começar a entender o papel fundamental da Imprensa, da Sociedade organizada, do Legislativo e dos Cientistas.

Primeiro porque é no debate dentro da sociedade que começam a nascer as diferentes formas e princípios daquilo que nós precisamos. Agora, de pouco adianta também o legislativo, se esse legislativo não representar, não for o reflexo da sociedade que o está sustentando. Porque não adianta nada termos leis, se estas leis não serão cobradas pela sociedade ou mesmo pela Imprensa livre. De pouco adianta ter uma sociedade organizada, se esta sociedade não consegue, através dos seus instrumentos, o poder para alterar a situação.

E aí é que entra a questão do princípio federativo como um princípio básico de alteração do modelo político. Uma das coisas necessárias é que tenhamos na próxima constituição a clara possibilidade dos Estados e Municípios legislarem, e que o legislativo volte a ter o poder que tinha antes do golpe de 64, ou até mais, depois da constituinte de 46. Na verdade o legislativo precisa legislar e não legisla coisíssima nenhuma. E mesmo o Congresso Nacional, com as dificuldades que tem, não vai legislar porque está distante do povo. Esse é um princípio fundamental.

Tivemos um exemplo no Paraná, onde criamos mais de 120 Associações Municipais de Meio Ambiente. No início essas associações promoveram discussões, debates, sugestões, mas começaram a minguar na sua organização na medida em que não conseguiram alterar absolutamente nada da realidade local. Por quê? Por que o legislativo municipal não tem absolutamente nenhum poder de legislar sobre nada. Não conseguiu alterar a realidade estadual porque o legislativo estadual também não tem poder nenhum. E há também dificuldades em relação às leis federais.

Então, a sociedade apenas organizada não resolverá absolutamente nada se não tivermos um poder descentralizado de cima até embaixo, de forma que a sociedade possa alcançá-lo.

Quando os 14 Estados Brasileiros, inclusive a Bahia, fizeram as leis estaduais de agrotóxicos, isto foi o primeiro rompimento de uma prática que vinha sendo conduzida há muitos anos no Brasil: quem legislava sobre agrotóxicos não era o Congresso Nacional, nem o Ministro da Agricultura, mas uma meia dúzia de pessoas de um Departamento do Ministério.

Os maiores crimes contra a humanidade foram cometidos em relação aos agrotóxicos, principalmente no Sul. Existe um determinado momento em que a empresa precisa entregar um documento de pesquisa do produto. Produtos gerados em universidades que se transformaram braços de multinacionais, pelo menos no Paraná, recebiam verbas de empresas multinacionais, da Bayer, da Basf e lá faziam pesquisas, desenvolviam pesquisas "*fajutas*", e com esses documentos registravam produtos já proibidos há muitos anos nos países de origem, para comércio no Brasil. A corrupção grassando no Ministério da Agricultura, com seu Ministro da Agricultura, Nestor Jost, que era ao mesmo tempo Presidente do Conselho Geral da Bayer no Brasil.

Com o advento da abertura política em 1982, os Estados começaram a discutir, entre outras coisas, a questão da ciência e da tecnologia. Começou-se a discutir a questão dos agrotóxicos embutida nesse princípio. E daí nasceram 14 leis estaduais de agrotóxicos, inclusive aqui na Bahia. Estas leis foram então denunciadas ao Supremo Tribunal Federal por serem inconstitucionais. Elas foram, na verdade, o passo que marcou o início de uma luta da questão tecnológica.

Quando nós proibimos no Paraná os agrotóxicos organoclorados, - os mesmos que causaram recentemente aqueles problemas na granja do Rio Grande do Sul – nós nos deparamos com um problema muito sério: proibimos o uso de uma tecnologia de rapinagem, mas qual a alternativa que damos para a sociedade? Aí entra a questão da tecnologia. Foram raros os estudos, raros os instrumentos de agricultura biológica alternativa existentes no Brasil nos últimos 21 anos. Não tínhamos disponível a nossas mãos alternativas para confrontar aquela tecnologia que não desejamos. E esta alternativa, a pesquisa básica, a pesquisa para a tecnologia de acordo com a nossa realidade leva muito tempo, demora, porque o que nós não fizemos em muitos anos vamos ter que começar a fazer a partir de agora.

É claro que excluiu alguns cientistas brasileiros que por conta praticamente da sua vontade conseguiram minar todo um processo tecnológico do exterior para cá. Um dos exemplos na área da agricultura, é o de dois cientistas paranaenses da Embrapa, que descobriram que a soja, um produto que consumia muito agrotóxico, poderia ter destruídas suas folhas pelas lagartas até 30%, sem que isto diminuísse a produção. Colocado isto no campo, quando as lagartas chegavam a 20% de destruição das folhas os inimigos naturais eliminavam essas lagartas e elas morriam por si só. Então se estabeleceu algo chamado de manejo de pragas da soja. De sete, oito, nove aplicações de agrotóxicos, praticamente não se aplica mais nada de agrotóxico para lagarta. Uma economia monstruosa em termos de recursos, em termos de divisa e em termos de meio ambiente. Mas isso levou muito tempo, no sentido de que aqueles companheiros que estavam na Embrapa contra tudo e contra todos pudessem desenvolver uma tecnologia alternativa. Hoje o Paraná tem tecnologias alternativas para o algodão, hoje algumas comunidades organizadas produzem hortaliças com uma boa produção, sem absolutamente uma gota de agrotóxicos de qualquer tipo.

A sociedade tem uma demanda de uma tecnologia. Como é que a sociedade, com toda essa dificuldade de discussão, irá sustentar esse processo? Parece-me que o papel da Imprensa neste âmbito tem sido nos últimos anos um papel fundamental, porque colocou perante a sociedade problemas que não imaginávamos.

Precisamos ter um legislativo que reflita o pensamento da sociedade, que tenha poder de legislar e que legisle: precisamos ter uma sociedade organizada que faça com que aquelas legislações sejam cumpridas; mas principalmente precisamos que as restrições das legislações existentes sobre modelos tecnológicos de fora tenham respaldo na comunidade científica, inclusive porque os setores produtivos devem ter respostas daquilo que eles necessitam.

O Sul tinha muitas pequenas propriedades familiares que usavam a mão de obra familiar, usavam rudimentos de tecnologia, mas tinham inúmeras produções: feijão, milho, mandioca, suinocultura, galinha, enfim era uma propriedade ecologicamente equilibrada. Com o advento da tecnologia agrícola vinda com o crédito fácil e com principalmente a extensão rural, o produtor rural de 10 hectares que tivesse uma tração animal na propriedade era considerado atrasado. E se começou a investir maciçamente em recursos de crédito rural, para que esse produtor passasse a usar agrotóxico, passasse a usar máquinas e passasse a usar uma tecnologia dita produtiva na época.

Com isso o Paraná nos últimos 10 anos perdeu 180 mil pequenos proprietários, que não aguentaram o processo de produção tecnológica daquela forma, porque era uma tecnologia inadequada para a realidade do pequeno. Estes 180 mil pequenos proprietários ou 600 mil pessoas, muitas delas foram para o Mato grosso, alguns para a Bahia, outros para Goiás, mas uma grande parte foi para os grandes centros: Curitiba, Londrina, Maringá, que são as cidades médias do Paraná. E com isso causaram uma enorme demanda de serviços públicos nestas cidades, além de que aquelas sacas de feijão, aqueles frangos, aqueles porcos que eles produziam, não produziam mais: passavam a ser consumidores.

Essa realidade da pequena propriedade autossustentada que existia no Paraná foi praticamente dizimada por uma tecnologia completamente diferente da realidade. E aí entra o exemplo da questão da suinocultura.

O Paraná, o Sul do país, produzia o porco tipo banha, que é aquele suíno resistente para a realidade agroclimática: resiste às doenças, fica na lama, fuça, mas dá, em contrapartida, muito mais banha do que carne.

Na Europa existem seis meses de neve e seis meses de produção. Na Europa a renda popular é muito alta. O mercado consumidor é exigente:

alimenta-se de “*tender*” e carnes finas. Então diante dessa realidade europeia, eles geneticamente produziram um suíno tipo carne, que praticamente não tem banha, cuja carne é muito tenra, mas que precisa ficar seis meses durante o ano fechado pelas condições climáticas. É um suíno praticamente criado a mamadeira, toma água na mamadeira. Preso durante muito tempo começa a ter doenças cardíacas, inúmeras delas. Então a tecnologia europeia criou remédios, vitaminas, para que sejam colocados na ração. Esta é uma realidade europeia. No Brasil temos o ano todo de sol, temos fome grassando. Na verdade o nosso mercado não pode ser exigente já que as pessoas não tem o que comer e nós temos variedades de raças de suínos adaptadas a essa realidade. O que se fez aqui? Pegou-se aquela tecnologia, aquelas raças europeias e implantaram-nas no Brasil. Deixamos de lado o sol, as grandes quantidades de terra que temos, deixamos de lado as nossas raças para produzir suínos finos, que quebraram os pequenos proprietários e o que é pior: não gerou proteína para a população brasileira.

Isto é um exemplo concreto da inversão da tecnologia. É algo que nós não podemos mais aceitar. E é exatamente aí que a ciência vai ter que encontrar respostas para que possamos inverter esse processo.

A questão da reforma agrária se coloca dentro da questão tecnológica também. Vou aproveitar para, antes de concluir, entrar nessa questão. Não vejo a reforma agrária como um mero processo de alocação de pessoas que não tem onde ficar. Vemos a reforma agrária como um equilíbrio necessário para o meio rural. Ou seja: a reforma agrária também é tecnologia. De pouco adiantará distribuir áreas de terras para os nossos agricultores, se junto com essas áreas de terra não vier um processo de extensão rural e de tecnologias adaptadas a sua realidade. Ocorrerá exatamente o que ocorreu. Os pequenos agricultores não terão absolutamente condições de sobreviver diante daquela tecnologia. E é exatamente este aspecto que me parece fundamental: que junto com o processo de desconcentração fundiária existam elementos tecnológicos a disposição, de forma que possamos iniciar um processo de produção de alimentos necessários e urgentes para a nação brasileira e fixar o homem no meio rural de acordo com o equilíbrio ecológico.

Para encerrar: o papel da sociedade organizada será mais ativo na medida em que a Imprensa desenvolva os temas e chegue até nós. Somos

uma população que não lê. Estamos viciados no processo da televisão, e a televisão muito pouco tem contribuído para o debate das grandes questões nacionais. Mas a medida que a sociedade se organiza refletirá nos parlamentos as suas necessidades. Os parlamentos por sua vez irão sem dúvida nenhuma legislar, desde que tenham poderes para isso. A sociedade organizada e o parlamento legislando há a necessidade de respostas tecnológicas brasileiras para os nossos problemas porque senão entraremos num impasse sério. E respostas tecnológicas precisamos e teremos não apenas a curto prazo, mas a médio e longo prazos. E este médio e longo prazos precisam ser entendidos pela sociedade brasileira como prioritários, com mais verbas para a Universidade, ensino de forma que os estudantes possam desenvolver dentro da Universidade o ensino e a pesquisa e não serem meras peças de manobra de adaptação de tecnologia como é hoje.

Era isso por enquanto e espero que no debate possa aprofundar essas ideias. Muito obrigado.

Venício Artur de Lima – Quero ver se consigo falar pouco e rapidamente. A razão de eu estar presente neste Seminário é o seguinte: faço parte de um grupo em Brasília que fundou há cerca de dois anos um centro de estudos, chamado CEC (Centro de Estudos em Comunicação e Cultura) e em julho do ano passado, atendendo a um edital publicado pelo CNPq, dentro do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT), apresentamos uma proposta de estudo, que era um dos itens previstos neste edital, sobre o papel do legislativo na formulação das políticas de ciência e tecnologia. O nosso projeto foi aprovado, está em execução e tem até 31 de Dezembro para que o relatório final seja entregue. Nesse período de Julho do ano passado até aqui, tenho sido o coordenador desse projeto e tenho tentado fazer um levantamento, embora descritivo, dos mecanismos institucionais que existem a nível do poder legislativo, seja federal, (Congresso Nacional, Câmara e Senado) seja a nível das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores. Um levantamento dos mecanismos que existam e que possibilitem a participação efetiva dos Poderes Legislativos nos seus diferentes níveis na formulação da política de ciência e tecnologia.

Até agora, o que temos em termos de resultado se refere basicamente ao nível federal, porque estando em Brasília é muito mais fácil trabalhar o Congresso Nacional. A nível das Assembleias Legislativas fizemos no princípio desse ano um questionário relativamente detalhado que foi encaminhado às 23 Assembleias Legislativas mas só recebemos cinco respostas.

Optamos portanto por trabalhar em cima de uma amostra seletiva e estamos visitando pessoalmente seis Assembleias Legislativas, tentando colher informação de outras formas, porque o esquema inicial não funcionou. Como a verba da pesquisa é relativamente limitada, não há possibilidade de se visitar pessoalmente todas as Assembleias. Não tenho maiores informações para passar, por enquanto, em termos do que ocorre a nível das Assembleias Legislativas. E em termos das Câmaras de Vereadores, menos ainda, porque esse país tem 4.000 e tantos municípios e fizemos uma opção de trabalhar com as Câmaras das Capitais dos Estados onde se conseguisse levantar informação relevante a nível das Assembleias. Como furou o nível da Assembleia, a coisa no nível das Câmaras está complicada também. Mas de qualquer maneira teremos até o final do ano, espero, um levantamento pelo menos das Câmaras das Capitais dos Estados que serão visitados no esquema das Assembleias Legislativas.

O Deputado Furiatti colocou aqui, de forma bastante cáustica, que os legislativos foram reduzidos a propostas de títulos de cidadão honorário, discurso de condolências, etc. O que ocorreu no país nos últimos 21 anos, a partir de 1964, foi uma perda progressiva do poder dos legislativos em seus diferentes níveis, para o executivo. Universalmente competem ao legislativo três funções básicas: legislar, fiscalizar o executivo e servir de fórum de debates das grandes questões nacionais. Há uma discussão sobre qual dessas funções é a mais importante. O ex-presidente Tancredo Neves, por exemplo, num discurso mais ou menos célebre, quando era ainda Senador, defendeu o ponto de vista de que a função principal do legislativo é servir de fórum de debate. É no legislativo que a discussão deve acontecer. Outras pessoas acham que a função mais importante do legislativo, como o próprio nome indica, é legislar e outras ainda acham que a função mais importante é fiscalizar os atos do poder executivo.

Naturalmente o ideal seria que as três funções pudessem ser exercidas dentro das exigências da sociedade e aí a gente poderia entrar em uma outra discussão sobre a representatividade, legitimidade do poder legislativo nos seus diferentes níveis e na capacidade da sociedade organizada de demandar dos seus representantes o cumprimento de determinadas funções. Mas de qualquer maneira, o que ocorreu nesses últimos anos foi de fato uma perda muito grande do poder dos legislativos em qualquer dos seus níveis. Nos últimos meses é inegável que começa a haver uma certa recuperação de algumas dessas prerrogativas.

Eu me lembro agora, por exemplo, de que no final do ano passado o famoso artigo 45 da Constituição, que prevê a fiscalização pelo legislativo dos atos do poder executivo, foi finalmente regulamentado. Esse artigo estava na Constituição, previsto na Constituição de 67 originalmente, continuou fazendo parte da emenda constitucional número 1, outorgada pela Junta Militar em 69, mas por razões diversas o partido majoritário no Congresso Nacional, que foi durante esse período todo o partido oficial, o partido do governo, nunca permitiu a regulamentação desse artigo, embora houvesse projetos nesse sentido.

O que aconteceu foi que finalmente em 84 um projeto do então senador Mauro Benevides, do Ceará, acabou sendo regulamentado e hoje, tanto na Câmara quanto no Senado existem funcionando comissões de fiscalização e controle dos atos do poder executivo. Esse foi realmente um passo extremamente importante na recuperação de algumas das prerrogativas do poder legislativo.

Mas uma das primeiras constatações que este trabalho que estamos fazendo já indicou é o seguinte: não há uma peculiaridade em termos da atuação do Congresso em relação às políticas de Ciência e Tecnologia. Quando falamos da participação do legislativo na formulação da política de Ciência e Tecnologia, poderíamos estar na verdade discutindo a formulação de qualquer política. O que houve com o legislativo, ocorreu não só em relação à política de Ciência e Tecnologia, mas em relação a qualquer política. O que houve foi certo alheamento, forçado ou não. Para discutirmos o problema da participação do legislativo em relação às políticas de Ciência e Tecnologia temos que começar a fazer uma discussão mais ampla sobre quais são as

possibilidades do legislativo hoje atuar em qualquer área e não só na de Ciência e Tecnologia, porque o que ocorreu foi que o legislativo foi perdendo progressivamente as prerrogativas em relação a participação em qualquer definição de política.

É curioso notar que em relação a Ciência e Tecnologia o Congresso Nacional, como instituição, não pode ser acusado de ter se omitido, pelo menos de 1972 para cá, quando foi criada na Câmara uma comissão especial de Ciência e Tecnologia, que no ano seguinte, em 1973, se transformou em comissão permanente.

De 73 para cá, a nível só da Câmara dos Deputados, é muito grande o número de promoções dessa comissão em termo de debates, simpósios, mesas redondas, instalação de subcomissões específicas. Na área de meio ambiente, no ano passado fez-se lá um encontro nacional. Se fizermos uma avaliação crítica do que ocorreu nessa comissão desde que ela existe, nos últimos 14 anos, vamos ver que a comissão conseguiu acumular um acervo extremamente precioso de sugestões, debates sobre os mais variados temas na área de Ciência e Tecnologia e verificaremos, sem dificuldade, que os principais temas do período foram debatidos lá. O que há é uma subutilização desse acervo, muito pouca gente sabe que ele existe e as sugestões apresentadas lá não tiveram nenhum efeito porque simplesmente não foram utilizadas.

Se pegarmos só por esse aspecto, a avaliação terá que ser positiva. Além disso, nos últimos 10, 15 anos várias das comissões parlamentares de inquérito que foram instaladas diziam respeito diretamente a questões da área de Ciência e Tecnologia. Por exemplo: a CPI da energia nuclear, que levantou questões que até então só apareciam esparsamente na Imprensa. O relatório final é enorme: seis volumes. O que se questiona é o resultado que isso deu.

Fizemos um levantamento das duas últimas legislaturas, de março de 79 até dezembro de 1984: tramitaram no Congresso Nacional 118 projetos que podem ser classificados como sendo da área de Ciência e Tecnologia, de iniciativa de parlamentares, seja no Senado, seja na Câmara. Desses 118 projetos, somente 11 chegaram a ser votados e desses 11, nenhum foi transformado em lei. Então o que acontece é o seguinte: se estabelecermos como critério da ação do legislativo a produção final de leis, de iniciativa do

próprio legislativo, pelo menos na área de Ciência e Tecnologia, nos últimos seis anos, o resultado é literalmente nulo, não houve nada. Isso está dentro daquele panorama geral das questões das prerrogativas do legislativo.

Só para complementar essas informações, é interessante notar também o seguinte: o Senado Federal, que até esse ano não tinha uma comissão específica na área, instalou em abril passado uma comissão de Ciência e Tecnologia que está funcionando e já tem feito promoções. Há um plano dessa comissão de tentar estabelecer qual é o investimento nacional em Ciência e Tecnologia pelas diferentes agências que trabalham na área. O sistema nacional de Ciência e Tecnologia é um sistema absolutamente caótico, confuso. É muito difícil saber, até para fiscalizar e controlar os investimentos da área, quais são esses investimentos. Então há uma tentativa de implantar nessa comissão do Senado, via o serviço de processamento de dados do Senado, um controle desse sistema.

O que me parece, para terminar, é que a atuação do legislativo, pelo menos nos últimos anos, não foi maior porque não havia possibilidade de ser maior. Nos limites das possibilidades, dos mecanismos de atuação, não se pode acusar o legislativo de ter sido omissivo. Há evidentemente por parte de Senadores e Deputados no atual Congresso uma consciência razoável da importância da área. No conjunto há uma consciência difusa, mas há alguns representantes isolados que tem uma consciência muito aguda da importância da área. É preciso que o legislativo se instrumentalize criando as comissões específicas, mas precisa manter também assessorias especializadas na área de Ciência e Tecnologia, a exemplo do que existe em outros legislativos. Isto é fundamental para agilizar a atuação do legislativo, e naturalmente a Assembleia nacional Constituinte é uma chance que o próprio legislativo tem e que nós da sociedade civil que temos interesse na área temos de fazer com que essas questões passem a ter um lugar mais assentado na próxima constituição.

Eduardo Rappel – Acho que como abertura para esse Seminário sobre Imprensa, Ciência e Sociedade, o tema de hoje é talvez o mais geral, o mais abrangente e acredito que o mais provocativo, o mais rico em termos de

discussões, opiniões e colocações que seja possível desenvolver para inclusive fundamentar melhor as discussões dos próximos dias, que são mais específicas, ligadas diretamente à relação entre Ciência, Imprensa, Jornalismo Científico. Hoje, portanto, a temática é mais ampla, pois tratamos de temas como Ciência, Tecnologia e Poder Legislativo, controle social do desenvolvimento científico e tecnológico.

Ciência e Tecnologia são temas que embora fundamentados em conhecimentos de natureza técnica, são eminentemente políticos, uma vez que afetam a toda a sociedade. Ciência e Tecnologia permeiam todos os segmentos da sociedade, permeiam todos os indivíduos de uma sociedade. Isso é o que melhor define uma questão política: é uma questão que afeta a todos e, portanto, a Ciência e a tecnologia são um tema político, muito embora nesse país não tenham sido tratados como tal. Ciência e Tecnologia têm sido encaradas no Brasil como temas neutros, politicamente neutros e tratados no âmbito mais restrito da sociedade, na comunidade de Ciência e Tecnologia, comunidade acadêmico-científica e no âmbito de alguns setores do poder executivo. Bom, essa é, em grande parte, uma das razões pelas quais a política de Ciência e Tecnologia no país praticamente inexistente como tal, uma vez que a sociedade participa muito pouco das definições de política de Ciência e Tecnologia e não participa de maneira alguma do controle social, do controle do uso dessa Ciência e dessa Tecnologia.

A forma encontrada obviamente pelos governos até então para conseguirem boicotar esta participação da sociedade nas questões de Ciência e Tecnologia tem sido o uso do autoritarismo canalizado através do poder executivo em que todas as definições e decisões têm sido tomadas sempre no âmbito de agências governamentais ligadas ao Ministério do Planejamento, ao Ministério da Indústria ou agora ao Ministério da Ciência e Tecnologia, sem o envolvimento dos demais poderes da República, que seriam o legislativo e o judiciário.

No caso particular dessa questão, a imprensa representa um papel de maior relevância, por ser o melhor canal de comunicação existente no âmbito de uma sociedade. Vejo com muito otimismo esse interesse cada dia maior da Imprensa Brasileira em passar a divulgar, a discutir questões ligadas a Ciência e Tecnologia. Esse Seminário não é uma iniciativa isolada. Já existem várias

outras em processamento, já existe hoje alguma iniciativa em determinados meios de comunicação através da televisão, rádio, jornal, aqueles debates sobre Ciência, algumas revistas têm sido lançadas nos últimos anos a respeito. Mas mesmo assim essas iniciativas ainda representam muito pouco do que deveria ser feito porque os assuntos científicos e tecnológicos são questões que interessam muitíssimo a cada um de nós.

A Imprensa, portanto, tem um papel fundamental, através da divulgação científica, através do jornalismo científico, para popularizar, para motivar as discussões sobre Ciência e Tecnologia, buscando desmistificar essa balela de que ciência é coisa de gênio, quando muito de louco, que tecnologia é coisa que só americano ou japonês sabe, tratando portanto de democratizar o conhecimento. Isso daí é o papel fundamental da imprensa e particularmente da imprensa especializada em divulgação científica e jornalismo científico.

Acho que é chegada a hora de toda a sociedade passar a questionar o dogma extremamente elitista da comunidade de Ciência e Tecnologia, dos cientistas, de que à ciência deve ser dada toda a liberdade para a produção científica, que ciência é neutra, é a busca do saber e que cientista é o eterno guardião da humanidade, tudo que o cientista faz é em benefício da Sociedade.

Estão aí evidentes as ameaças que vivemos permanentemente, a sociedade, a humanidade como um todo, ameaçadas pelos produtos dessa criação científica completamente desorganizada e neutra como colocam, sem qualquer controle da sociedade sobre isso. Estamos permanentemente ameaçados de sermos completamente destruídos por uma guerra nuclear, estamos permanentemente ameaçados de termos nossas fontes energéticas esgotadas, estamos permanentemente ameaçados de termos um meio ambiente nos principais centros urbanos e nos principais centros industriais praticamente inabitáveis e por aí afora. Portanto precisamos, como membros da sociedade, como cidadãos, sejamos pesquisadores, professores, jornalistas, políticos, precisamos começar a repensar Ciência e Tecnologia, tomar consciência da importância de se trabalhar, de se discutir e de exigir uma participação social mais intensa nas discussões, na definição de política de Ciência e Tecnologia e principalmente no controle do uso do conhecimento científico e tecnológico.

Vou agora analisar rapidamente a situação da Ciência e Tecnologia e do legislativo no país, que são no caso os dois temas básicos do painel de hoje.

Ciência e Tecnologia têm sido tratadas até então, como falei há pouco, apenas no nível da comunidade de Ciência e Tecnologia, pelos pesquisadores e cientistas e alguma coisa por parte também de empresários. Mas toda a condução da política da Ciência e Tecnologia no país tem sido feita sempre no âmbito do executivo, utilizando-se para tal de alguns membros da chamada comunidade científica e tecnológica que são chamados a participar, a assessorar a tecnocracia junto com os militares que até então vinham definindo as políticas de Ciência e Tecnologia do país.

Uma outra observação que se extrai quando se analisa a Ciência e Tecnologia no Brasil é o seu caráter não prioritário. A melhor prova disso é a situação falimentar das principais instituições de pesquisa no Brasil, particularmente todas as Universidades, centros de pesquisas governamentais. A formação de recursos humanos e todo o acervo de C&T existentes no país estão em situação realmente a mais precária possível, por falta de recursos governamentais. Então quando se ouve do governo, dos representantes governamentais que Ciência e Tecnologia são prioritários, é simplesmente nada mais do que um simples discurso, porque a não prioridade é evidente pelos recursos que são alocados a essa área. Para se ter uma ideia, os países industrializados, a exemplo da França, da Itália ou Alemanha, utilizam de 2 a 3% do seu PIB (Produto Interno Bruto) em Ciência e Tecnologia. Os Estados Unidos vão a 3 ou 3,5%, a União Soviética vai a 3,5 ou 4%, o Japão está na faixa de 3% também. No Brasil nós usamos – pelo menos são os números do governo, que também não merecem muito crédito – 0,6% do PIB, o que realmente é irrisório, numa economia do porte da economia brasileira, que embora grande devedora, é a 8ª economia do mundo.

O país está crescendo, é a 8ª economia do mundo, precisa de tecnologia de conhecimento científico, como é que essa necessidade, essa demanda é suprida? Pela importação. A importação mais livre e aberta possível. Estimulada inclusive. Vem a título de capital de risco. Tecnologia, ciência, isso é conhecimento e conhecimento é cultura. Então ao importarmos tecnologia estamos importando cultura, estamos importando educação,

estamos importando modelos, imitando, macaqueando tudo que se faz lá fora, e macaqueando geralmente o que há de pior.

A suinocultura importada desbancou milhares de pequenos produtores. A petroquímica no Brasil é um absurdo semelhante, só que em escala talvez maior. A indústria petroquímica é interessantíssima e da maior relevância pelas suas peculiaridades. Foi desenvolvida na Europa – começou na Alemanha – depois nos Estados Unidos e mais recentemente no Japão, objetivando substituir produtos normalmente utilizados pela economia, pela sociedade de certos países que precisavam importar madeira, metais, couro, papel, celulose. Na Alemanha ou no Japão é mais do que justificada uma indústria petroquímica, porque eles não têm área para criar pecuária, não têm florestas para terem madeira e celulose, não têm área para criação de algodão para poder ter indústria têxtil natural, não têm minerais metálicos. Têm que importar tudo isso. Então importando um só produto, o petróleo, conseguem transformá-lo em madeira, ferro, alumínio, couro, papel, tecido.

Quando se transporta essa tecnologia para um país como o Brasil, particularmente para Bahia, o que se está fazendo é simplesmente desbancar toda a possibilidade de se desenvolver aqui uma agroindústria produzindo madeira, produzindo papel, celulose de madeira, pecuária para a produção de couro, algodão para a produção de tecido e por aí a fora. Então é um outro absurdo essa importação aberta e sem qualquer controle nosso, completamente desvinculada das nossas reais necessidades, das nossas características geográficas e culturais. E nem sempre o que se traz aqui para dentro nos interessa. Interessa, é claro, aos detentores do poder econômico que estão controlando essas coisas todas, que são em grande parte ligados aos grandes grupos multinacionais que detém essa tecnologia importada. E além de inviabilizar o desenvolvimento autóctone com base nos nossos recursos, em nossas capacidades, nas nossas características, estamos pagando royalties por isso tudo. Não é a toa que nossa dívida cada dia aumenta mais.

Outro exemplo, mais atual que envolve a todos nós, é a questão da automação, motivada ou viabilizada pela microeletrônica. Está havendo uma nova revolução industrial no mundo inteiro, que basicamente toma forma através da automação. Automação na área de serviços, automação na área de

produção industrial, através da robotização. Então de novo vamos embarcar nessa importação de tecnologia, de modelos e estamos já começando a nos automatizar, já temos cartão magnetizado, automatizado, conta bancária, tudo automático. Já está entrando robô na indústria mecânica brasileira. Num país de milhões de desempregados, em que cada dia cresce mais a necessidade de se criar empregos, estamos desempregando.

Não tenho nada contra a tecnologia, contra o desenvolvimento científico-tecnológico, muito menos contra o não trabalhar. Se pudéssemos automatizar tudo e ficássemos todos dedicados a discutir, ao lazer e à produção cultural, seria ótimo. Só que isso pode até ser m projeto futuro para alguns países, não para o Brasil. Isto pode até estar sendo pensado na Alemanha, no Japão, onde já existem indústrias sem empregado, sem trabalhar, a indústria totalmente automatizada. Tenho um conhecido que esteve visitando uma fábrica no Japão, que é mostrada sempre aos turistas ligados a área de tecnologia. Quando seu grupo entrou para ver a fábrica, alguém se lembrou, foi lá fora, e acendeu a luz para as pessoas verem, porque a fábrica trabalha no escuro, já que robô não precisa ter luz para enxergar.

Não tenho nada contra isso. Acho que seria ótimo se todos pudéssemos nos dedicar apenas ao lazer e deixar o robô produzir. Só que é muito difícil a gente imaginar que algo desse tipo seja viável nesse país, a médio e mesmo até longo prazo, principalmente mantidas todas essas relações de dependência que temos com os países desenvolvidos.

O que fica então é uma espécie de acomodação de nossa sociedade, de acreditarmos no tal determinismo tecnológico, que as coisas são assim porque a tecnologia é que as está fazendo assim. Isso é um vício terrível, porque a tecnologia é assim porque a sociedade fez assim. Não o contrário. Mas como não produzimos tecnologia, passamos a ser vítimas dela. Como adotamos tecnologias que na realidade não são as melhores para a nossa sociedade, achamos que estamos sendo prejudicados pela tecnologia. Essa tecnologia está sendo feita lá fora. É a tecnologia que interessa ao Japão, à Alemanha, aos Estados Unidos, à União Soviética. A tecnologia que nos interessa, tem que ser feita por nós. E aí sim, vamos acabar com esse mito do determinismo tecnológico. Nós é que temos que determinar que tecnologia nos convém.

Agora vou entrar num terreno que conheço pouco, que é o legislativo. Conheço o legislativo apenas como um cidadão portador de um título de eleitor que de vez em quando uso para votar e escolher os nossos chamados, teoricamente, de legítimos representantes nas diversas casas legislativas.

Basta ser um pouquinho frio, buscar o mínimo de isenção e fazer uma retrospectiva de pouco tempo, dos últimos 30 anos, por exemplo, para observamos claramente que o poder legislativo no Brasil é o mais desmoralizado possível, e não por culpa apenas dos próprios legisladores, mas claro que do próprio executivo. Nos últimos 21 anos dessa revolução que felizmente acabou, o que vimos permanentemente foi uma continuada intenção aberta do executivo, dos militares, de desmoralizarem o legislativo, de todas as formas possíveis, desde a escolha dos líderes do governo no legislativo.

Eu me lembro bem de uma figura chamada Zezinho Bonifácio. Se existe alguém mau caráter é aquele camarada. Pois foi escolhido para líder do governo no legislativo. Isso é feito exclusivamente para desmoralizar o legislativo. Quando a gente imagina que o deputado que elegemos, está lá sendo chefiado por Zezinho Bonifácio, realmente é uma casa que não dá para confiar. E isso daí claro que não é feito de graça: é uma provocação, é uma atitude pensada de desmoralização permanente do legislativo. Por outro lado, todas as vezes que o legislativo tentou levantar a cabeça, tomar uma iniciativa, teve a coragem e a capacidade até de organização, de se articular, não foi nem de enfrentar o governo não, mas de levantar a cabeça, foi fechado, cassado. Todas as vezes. Isso a gente vê na história, não apenas desses últimos 21 anos de regime militar, mas desde os idos de 30 e 40.

E, portanto, por ser um poder desmoralizado perante a sociedade e claro que com a conivência dos próprios legisladores, é um poder esvaziado e ilegítimo. Realmente não há como se pensar em chamar o poder legislativo do país, Câmara de Vereadores, a Assembleia Legislativa ou o Congresso Nacional de poder legítimo.

Pensar então em se fazer política de Ciência e Tecnologia com um poder legislativo desmoralizado, descaracterizado, esvaziado e ilegítimo fica algo realmente muito difícil. Esperar que o legislativo venha rapidamente tomar uma posição atuante de vanguarda nessa área é esperar demais. Temos que fazer um trabalho bastante intenso e organizado, articulado, e tentar ver se

conseguimos modificar essa feição do poder legislativo no país, a começar pelos partidos políticos, que são partidos sem ideologia, são partidos que realmente deixam muito a desejar.

Pode-se até alegar que isso é coisa da Velha República, coisa ultrapassada, que agora com a Nova República o legislativo é outra coisa, é um poder considerado, respeitado, deixou de ser desmoralizado, mas não é. Não é porque um dos primeiros decretos que o Presidente Sarney assinou ainda como presidente em exercício, no dia 15 de Março, cria o Ministério da Ciência e Tecnologia, por decreto. Ora, isso em termos de legislação é uma excrescência, porque nem o Geisel, que foi aquele general bem autoritário, que cassou gente, etc., quando transformou o CNPq numa fundação ligada ao Ministério do Planejamento, ele o fez por lei. Fez um Projeto de Lei e o encaminhou. Passou por decurso de prazo, sei lá como passou, mas passou. Pelo menos tentou legitimar esse ato dele. Quando reorganizou a Seplan, quando dividiu o Ministério do Trabalho, separou da Previdência Social, tudo isso foi objeto de Projeto de Lei. Claro que passado, aprovado sem emenda, sem nada, porque a Arena era majoritária. Ora, o Sarney tinha o Congresso majoritário, ninguém ia vetar nada, o Tancredo naquela situação, etc. Então acho que não custava nada mesmo ele fazer um Projeto de Lei criando o Ministério da Ciência e Tecnologia, criando o da Cultura, criando os vários ministérios que criou. Então isso é uma prova mais do que evidente de que o poder legislativo é algo completamente desmoralizado.

Agora estamos vivendo aí a Constituinte, mas é um absurdo um Congresso Constituinte. Entendo pouco disso, mas para mim é evidente: se um Congresso é Constituinte, têm poderes Constituintes, aposto como a figura do deputado não vai ser extinta. A do Senador também não. Que os mandatos não vão ser reduzidos a seis meses. Que não vão ser sujeitos à avaliação periódica da sociedade. Isso é um absurdo. Vai se votar uma nova Constituição para esse país, por quem? Por esse Congresso que nós vamos eleger em 86 e que vai ter poderes de legislar em causa própria. Haja jetons, haja todas essas excrescências aí, que são aprovadas pelo próprio Parlamento.

O que fica evidente dessa situação, quando se analisa a questão do poder legislativo e do desenvolvimento científico-tecnológico, é que está sendo necessário um esforço de mobilização de toda a sociedade, em termos de

participar mais de temas políticos, particularmente no que diz respeito a esse Seminário, de temas sobre política de Ciência e Tecnologia. Nesse particular, a Associação Brasileira de Pesquisadores em Política de Ciência e Tecnologia, da qual sou atualmente presidente, vem desenvolvendo um trabalho. É uma instituição nova, foi criada há dois anos e pouco atrás, agregando pesquisadores das Universidades que trabalham com estudos ou desenvolvimento do conhecimento sobre a política de Ciência e Tecnologia, analisando o impacto de determinadas políticas tecnológicas.

Resolvemos nos agregar e tentar montar essa associação, não apenas para congregar pesquisadores, mas todas as pessoas interessadas em discutir a questão da política de Ciência e Tecnologia. Não podendo se chamar Associação Brasileira de Amigos da Política de Ciência e Tecnologia, porque ficaria meio estranho, resolvemos chamá-la de Associação Brasileira de Pesquisadores em Política de Ciência e Tecnologia. A finalidade principal dela é congregar pesquisadores e pessoas interessadas em política de Ciência e Tecnologia. Já estivemos várias vezes em contato com o Congresso Nacional, na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, na Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado, criada recentemente, e temos buscado contatos com empresas, sindicatos, etc. tentando ampliar a participação da sociedade nessa associação.

Queremos abrir mais a participação, pois acreditamos que Ciência e Tecnologia são temas políticos e devem envolver, portanto, todas as pessoas interessadas nesse tema, particularmente os políticos. As críticas que fiz aqui a respeito do poder legislativo são decorrentes da observação, da constatação mais óbvia possível. Acho que não falei nada de novo, mas isso não significa que eu seja absolutamente contra o poder legislativo, muito pelo contrário. Acho que temos de nos esforçar para eleger representantes realmente legítimos e exigirmos desses representantes. Valorizarmos nosso voto exigindo que tenham uma atuação decente, que moralizem as Casas Legislativas e discutam temas importantes como Ciência e Tecnologia. Isso é um papel que cabe a cada eleitor, a cada cidadão.

O que realmente pretendemos é aumentar cada vez mais a participação social, a participação da sociedade, seja na formulação de política de Ciência e Tecnologia, seja no controle no uso da ciência e da tecnologia nesse país.

Othon Jambeiro – Terminada a fase de exposições, vamos abrir o debate. A pessoa que quiser colocar qualquer tipo de questão pode se inscrever. O microfone chega até ela e a pergunta pode ser feita. Está aberto o debate.

Fernando Rocha – Gostaria de salientar pequenos detalhes do que ouvi e acrescentar alguma coisa do que tenho de experiência nisso. Por exemplo: há alguns anos atrás como editor do Jornal “*A Tarde*”, em Salvador, mandei fazer uma entrevista. Circulou na cidade que haviam descoberto em Salvador um remédio contra a doença de Chagas. O problema maior do jornalista é a curiosidade, inclusive transmitir essas novidades ao público, pegar o cientista, pesquisador e levar ao público. Mas é incrível o que ocorre, pelo menos aqui na Bahia, na província: simplesmente todos os médicos, especialistas no assunto, que mandei entrevistar se recusaram a dar entrevista. Insisti, mas eles diziam: “*não, não posso falar*”. Resultado, o público ficou sem o conhecimento daquela pesquisa que estava sendo feita, daquela ciência que estava sendo trabalhada. Um outro detalhe importante. Na Assessoria de Imprensa da Universidade, mandei entrevistar uma professora, que estava fazendo uma pesquisa excelente. Sabem qual foi a resposta? “*Não vou dar entrevista sobre o trabalho, porque alguém pode pegar e copiar*”. Quer dizer, está havendo também por parte do pessoal que trabalha em ciência uma falta de consciência em divulgar o seu trabalho. É uma dificuldade que nós profissionais de Imprensa temos, terrível. A gente fica, assim, sem conseguir fazer esse trabalho.

Bom, esse é um aspecto. O outro é o seguinte: dentro das redações dos jornais há de certa forma desinteresse na cobertura do fato científico. A primeira preocupação da Imprensa – a experiência me ensinou isso – é a política, o esporte, a polícia. Na hora em que se tem um trabalho científico para divulgar – não tenham a menor dúvida – a manchete, o espaço preenchido pelos jornais com homicídios é muito maior do que uma notinha que sai em pé de página de uma pesquisa que está sendo feita. O que é que ocorre, no meu

entendimento? Essas pesquisas, esses trabalhos científicos estão sendo muito restritos, estão sendo limitados à divulgação especializada.

Recentemente participei na UFBA de um concurso interno de títulos de Professor Assistente para Professor Adjunto. Eu também leciono na Escola de Comunicação. Então tive que reunir aquela experiência profissional, aqueles títulos todos, e perguntei à comissão estava fazendo a avaliação: *“a divulgação em jornais vale?”*. Eles responderam: *“Não, não vale, só em livro ou revista especializada”*. Ora minha gente, eu faço a pergunta: o que é mais importante para o meio social? A divulgação científica numa revista de número reduzido, especializada, mas de número reduzido, ou divulgação para toda uma comunidade? O que é mais importante no caso?

Por exemplo: dentro das comissões de avaliação de títulos um conto publicado no jornal não é considerado. Agora se o conto sai numa revista, que pouquíssimas pessoas vão ler, tem muito mais valor como título acadêmico do que uma ampla divulgação feita pelo jornal.

Queria fazer essas considerações sobre o que a imprensa pode fazer e o que a ciência pode fornecer de elementos importantes para que a comunidade veja que a ciência está trabalhando para a sociedade. Para que a sociedade tome conhecimento e diga: eu sei que tem alguém pesquisando sobre essa doença que eu sou portador, o dinheiro não está sendo gasto em vão. É preciso que se tome consciência disso e isso só se pode fazer através dos meios de comunicação social, televisão, rádio, imprensa, para que chegue ao completo domínio da população e não fique restrito ao banco dos acadêmicos.

Agostinho Muniz – O assunto que o Fernando acabou de abordar é bem mais interessante que o meu, mas eu fico preso à exposição, ao tema do programa, e pegando principalmente o final da exposição de Rappel sobre a questão da desmistificação do conhecimento científico-tecnológico. Principalmente porque ocorreu essa mistificação. Veio-me logo à lembrança uma fase da Igreja, quando os doutores da lei consideravam que o povo não estava em condições de entender os mistérios e os segredos que só a eles eram revelados e então sonegavam qualquer possibilidade de acesso às fontes de informação. Acho que aconteceu mais ou menos isso em relação a ciência e

tecnologia e a sociedade. Talvez nem num tempo muito longo. Continua acontecendo ainda hoje.

Essas colocações de Fernando, que são bastante atuais, na verdade é que levam a essa continuação da mistificação do conhecimento científico e tecnológico. E nós, os profissionais de Imprensa, sabemos das dificuldades que temos com as fontes de informação. Talvez até não seja bem por aquela vontade de deter o conhecimento, mas pelo menos pela falta de empenho para que a sociedade tome conhecimento ou se familiarize, haja uma intenção realmente de popularizar o conhecimento científico-tecnológico. Isso não há como preocupação.

Claro que temos de reconhecer também que nós, profissionais de comunicação, ainda estamos bastante despreparados para desempenhar um trabalho de melhor nível. Mas pelo menos sabemos que já temos a consciência do compromisso da informação. O que Rappel colocou me parece uma coisa um tanto imprópria quanto à questão da sociedade ser responsável pela ciência e tecnologia que existem à disposição da sociedade. A não ser que ele esteja falando de sociedade no sentido da colunista social do jornal onde eu trabalhava até bem pouco, que separava as pessoas assim: esse é da sociedade, aquele não é da sociedade. E evidentemente que a distinção era pelo maior ou menor poder econômico: se tinha um alto poder econômico era de sociedade. Se é sociedade nesse sentido, que na verdade é a parcela da sociedade que toma decisão, que impõe essa ciência e essa tecnologia, aí eu concordo que é sociedade. Mas nós, o povo, na verdade não temos até esse instante nenhuma condição de decidir qual é a ciência e tecnologia que é benéfica para a sociedade. Provavelmente não seria essa.

Querendo transmitir também um pouco de minha experiência como jornalista ligado à divulgação científico-tecnológica, confesso que em determinado momento e talvez até em muitos momentos, a pressão para que se dê divulgação a um determinado tipo de ciência e tecnologia e não a outro é muito grande. E normalmente o empenho pela divulgação é por uma tecnologia que a gente sabe que está comprometida e o inverso acontece. Na verdade aquela tecnologia que a gente pelo menos desconfia, já que como jornalista não somos assim tão especializados no assunto, aquela tecnologia que mais

seria benéfica para a sociedade, essa é discriminada e a própria fonte de informação não tem muito interesse de que haja uma divulgação mais ampla.

Othon Jambeiro – Há mais duas pessoas inscritas. Não sei se os debatedores querem tecer comentários após cada pergunta ou se falariam após todas as perguntas. Seria melhor que a cada pergunta ou pequenos conjuntos de perguntas fossem feitos os comentários pelos debatedores. Algum de vocês quer comentar alguma coisa?

Eduardo Rappel – Agostinho, é só um esclarecimento. Claro que o meu conceito de sociedade não é esse da colunista social que você conheceu. Mas realmente, Agostinho, essa é uma questão extremamente importante e complexa para ser tratada e está sendo objeto de muita discussão, de muito trabalho, de muita análise, justamente nas sociedades mais desenvolvidas. Através de organizações, alguns grupos da sociedade preocupados com o descontrole social sobre o uso da ciência e da tecnologia, começaram a se manifestar, a questionar determinadas decisões do governo a respeito da adoção de um ou outro tipo de tecnologia.

São vários os exemplos. Os mais conhecidos são as reações contra a geração de energia elétrica a partir de centrais termonucleares, as reações contra a instalação de reatores nucleares em determinados locais, determinados países, até a construção de um aeroporto no Japão, o uso de agrotóxicos na agricultura. Essas reações começaram há uns 20 anos atrás, com certo apelo ecológico, ambientalista. Deram origem inclusive aos partidos verdes, chamados assim por terem uma conotação inicial muito forte com a natureza. Hoje não são só verdes. São partidos alternativos, que têm no seu programa político uma preocupação muito intensa, muito concentrada sobre ciência e tecnologia, sobre participação social na formulação de política de ciência e tecnologia, sobre controle social no uso da ciência e tecnologia.

Esses partidos políticos verdes estão conseguindo eleger representantes nos parlamentos europeus. Isso é o início de um processo de questionamento da sociedade, por parte de uma mistura de pessoas, de indivíduos, cientistas, professores, ambientalistas, pessoas das mais diversas formações, que estão

começando a se interessar sobre o tema, se envolvendo com aquilo, e como é um tema político estão se envolvendo até em organizações político-partidárias.

Aqui no Brasil esses movimentos ainda estão muito incipientes. Da mesma forma que ocorreu nos países europeus, aqui também estamos repetindo a história e essas organizações estão se mobilizando inicialmente com a mensagem do ambientalista. São os grupos ambientalistas de um Estado, de outro, de uma cidade, de outra que estão se organizando, questionando no fundo a má aplicação da tecnologia, em termos de impacto negativo que está causando sobre o meio ambiente. Mas isso é o germe dessas organizações maiores, que estão atuando já na Europa, principalmente na Alemanha, na Inglaterra, na França, na Itália, em termos de organização político-partidária para discutir a questão ciência e tecnologia.

E uma das coisas que está sendo bastante estudada é essa questão da negação ao tal determinismo tecnológico. Quer dizer: a sociedade não é vítima de um determinismo tecnológico: não é a tecnologia, o desenvolvimento do saber e o uso do saber, do conhecimento, que é a tecnologia, que vão determinar o perfil da sociedade. Não. Ao contrário, está sendo comprovado que a sociedade é que determina a tecnologia que vai ser adotada. Claro que não é a sociedade com um todo, porque isso nem existe: "*O povo decidiu que a tecnologia é tal...*". Nem mesmo nas repúblicas socialistas há essa decisão assim e esse nível geral. Mas realmente é um tema bastante importante que precisa ser discutido cada vez mais, esse do controle social da ciência e tecnologia.

Raimundo Lima – Como jornalista, reconheço o que Eduardo Rappel colocou, que há uma necessidade de democratização da informação científica. E nesse sentido é preciso que haja uma modificação no comportamento não apenas do jornalista, mas como foi colocado aqui pelas pessoas que me antecederam, Agostinho e o professor Fernando, há uma necessidade de as próprias fontes de informação se abrirem mais. É preciso que haja um acesso melhor para que o jornalista obtenha essas informações. Isso já ficou claro, me parece. Agora, por parte dos jornalistas, acredito que temos também necessidade de nos informarmos melhor e acabarmos com o preconceito.

Existe um preconceito no estudante que vai fazer vestibular e diz assim: *“meu problema é Matemática, eu não gosto de Matemática”*. É mais ou menos a mesma coisa na área do jornalismo. Quando aparece uma matéria ligada a ciência e tecnologia, se diz: *“aquela matéria é um saco”*. Acho que essa coisa precisa ser desmistificada. A própria criação aqui na Bahia de uma Secção da Associação Brasileira de Jornalismo Científico, me parece que vai contribuir muito nesse sentido. Acho que o trabalho dessa Associação deve ser feito não apenas visando as próprias pessoas que já trabalham nessa área, mas também objetivando atrair mais os jornalistas que trabalham no setor geral e que constantemente recebem pauta da área de ciência e tecnologia. Acredito que assim ele vai passar a dar um tratamento mais popular, digamos assim, à notícia. Isso é fundamental.

Geralmente se destaca a polícia e o esporte e às vezes a política, porque essas são áreas que já atraem o leitor. É a questão da mercadoria: o leitor gosta muito de ver essas notícias, vende mais a notícia de polícia. Mas acho que também a notícia de ciência e tecnologia bem trabalhada, voltada para o interesse público, passa a ser uma coisa de interesse no sentido de fazer com que o jornal venda muito. É saber trabalhar.

Acredito que há necessidade de se tornar a notícia de ciência e tecnologia mais popular e para isso tanto o jornalista quanto a fonte de informação precisam mudar o seu comportamento. Estou dizendo que de nossa parte começa a haver uma tentativa nesse sentido. A própria criação da Associação é um passo. É preciso que a Associação também passe a trabalhar junto às fontes de informação para criar nelas essa consciência. Tudo isso sei que é uma coisa lenta, mas acho que a realização desse Seminário aqui também já é um passo importante nesse sentido.

Agora, farei uma pergunta diretamente tanto ao Deputado Furiatti, quanto ao Venício. É sobre o que tem sido feito e o que eles acham que deve ser feito e como pode ser feito para que os projetos sejam voltados para o interesse da sociedade e não para o interesse de uma minoria. O que tem sido feito pelo legislativo para que os projetos se dirijam para os interesses da comunidade e de que forma tem sido buscado isso? Como se tem procurado saber o que a sociedade precisa, o que ela quer, sobretudo nesse processo de abertura democrática?

Paulo César Furiatti – Em relação ao Parlamento estamos no primeiro nível, da denúncia, porque os questionamentos dos processos tecnológicos no Brasil não eram denunciados. Hoje no Parlamento se observa que existem muitos técnicos que são políticos, pessoas que em função da militância passaram a ser políticos. No meu caso, sou engenheiro agrônomo, trouxe para o Parlamento um nível de conhecimento diferente do comum. O que se observa no Parlamento é que a grande maioria não detém conhecimentos de áreas técnico-científicas e tecnológicas. Isto é uma dificuldade, porque no momento das tecnologias embutidas, dos grandes projetos antipovo, contra a população, há necessidade de um respaldo técnico-científico para se fazer denúncia. Como abertura política, o Parlamento serviu até agora só como denúncia. O Parlamento, a nível de comissão de ciência e tecnologia, provocou em Brasília, já, inúmeras reuniões de questionamento do modelo tecnológico. Foram convidadas figuras importantes, cientistas, políticos e lá se questionou. Mas o que se provocou até agora foi apenas a denúncia, a indagação.

O Parlamento, a nível estadual, gerou algumas leis, uma lei de agrotóxicos, zoneamento de cana, código de uso do solo. Hoje já está mais difícil a inclusão de alguns projetos. Um polo petroquímico, por exemplo. Todo esse processo que se comentava foi gerado no arbítrio da ditadura. O que hoje se faz, a nível de Parlamento, pelo que eu tenho sentido, é a motivação política de não se engolir mais nada sem conhecer. Isso é o fundamental.

Agora, a comunidade científica tem que estar atrás desse processo no sentido de munir os políticos e a sociedade de instrumentos para impedir que nós aceitemos as coisas prontas como vínhamos aceitando e neste particular eu entendo que houve um avanço substancial. Falando mais especificamente no meu Estado, hoje nenhum projeto auxiliado pelo governo ou que tenha a mão do governo será feito no Estado sem uma profunda discussão. Isso já é um passo muito importante.

Lembro que há quatro anos atrás era para se instalar uma indústria de papel no Estado do Paraná, indústria esta que foi rejeitada em São Paulo pelos seus altos teores de poluição. A coisa se discutiu tanto que esta indústria foi

instalada em 79 a revelia de toda a discussão, exatamente porque o Parlamento, a sociedade, a imprensa, não tinham instrumentos para chegar até o povo. E é exatamente em cima disso que a gente tem que analisar. O papel do Parlamento é ter dentro de si a perspectiva e a possibilidade de abrir o debate e politicamente impedir estes tipos de ações.

Acho que o Parlamento e as Câmaras Municipais estão ainda estagnadas. Mas à medida que os vereadores comecem a entrar nesse processo não vejo como não aprofundarmos, descentralizarmos essa discussão. À medida que as Câmaras Municipais, as Assembleias Estaduais comecem a participar – e já estão participando, mas ainda de forma muito pequena – iniciaremos o impedimento definitivo de ações tecnológicas implantadas propriamente sem discussão. Porque aí você terá, sem dúvida, o debate e a consciência popular. E à medida que a população se esclarece destas coisas – e é através do debate, através da imprensa que ela se esclarece – passa a não mais aceitar, porque o processo de desenvolvimento tecnológico é de chantagem.

De repente vem uma indústria e afirma que vai se gerar tantos empregos, que a população vai ter mais emprego. Temos o exemplo de Araucária, onde foi este o apelo, e hoje efetivamente tem muito emprego. Mas em compensação a vida naquela cidade está quase inviável: as pessoas estão subempregadas e ali estão se gerando inúmeros outros problemas que poderiam não existir.

Acredito no seguinte: muitos cientistas ainda analisam a ciência como neutra, e nós sabemos que ela não o é. Há uma dificuldade mesmo para os políticos interessados no debate, de arrancar da comunidade científica as informações de contraposição a essas coisas. A comunidade científica, na minha opinião, vai ter que se democratizar mais ainda, vai ter que jogar as informações para a população, porque eu duvido que alguém consiga, dentro de um processo democrático, estabelecer qualquer sistema tecnológico contrário aos interesses do povo, se efetivamente as informações daqueles projetos estiverem à disposição da população.

A Imprensa sempre deu as informações, sempre tem procurado abrir isso para a população, mas a comunidade científica é fechada. Tenho esse exemplo nas diversas dificuldades que encontramos no Parlamento de nos

assessorar com profundidade, quando o cientista tem que ir lá e assumir seu papel. É claro que existem inúmeros cientistas que fazem isto, mas nós nos ressentimos ainda de dificuldade. É o caso da reação que existe ainda no meio científico, dos PhDs formados nos Estados Unidos, formados na Europa, que foram mandados para lá e estão cheio de estrelinhas, cheios de títulos, mas na verdade não entendem ainda o papel político do cientista dentro desse processo. Essa é uma realidade, nós temos grandes figuras nacionais, mas temos ainda incrustados no setor do ensino e da pesquisa inúmeros pseudocientistas que não entendem o seu papel político dentro da sociedade.

Enquanto não rompermos este tipo de comportamento, teremos dificuldade de avançar. E entrando na questão, naturalmente o parlamento brasileiro é desmoralizado, mas dentro dele existem pessoas procurando exercer aquele mandato passageiro com profundidade, mas é enrolado no bolso e vai junto. A maior dificuldade é essa, a população entende diferente o parlamento do executivo. Nós temos os exemplos disso. Quando vai se eleger um prefeito numa cidade, como ele tem os poderes de concentração e a população tem claro isso, ela é mais rígida no exame do voto. Há diferença de entendimento do poder legislativo e poder executivo. E isso só a democracia vai recuperar e com o tempo. Espero que não passem a Constituinte sem essa posição crítica, senão vamos ter uma Constituição refletindo a posição da minoria do poder econômico e aí o conserto vai ser difícil.

Raimundo Lima – Eu queria complementar: é que nessa relação do jornalista com o cientista, o cientista deve entender que o jornalista não é uma enciclopédia, porque se tem muito ainda este comportamento. Lembro de um ex-ministro da saúde daqui da Bahia, que fomos entrevistar. Este episódio ficou marcado na minha vida profissional. Eu nunca tinha ouvido falar em OPAS, mas ele falou, e aí eu perguntei: “*Ministro, o que é OPAS?*”. Ele disse: “*Como é que você vem entrevistar um Ministro da Saúde e não sabe o que é OPAS?*”. Eu disse: “*Não, eu não sei o que é OPAS*”. Depois de muita resistência ele falou: “*OPAS é Organização Pan-americana de Saúde*”, assim com aquela empáfia que ele tem. E disse: “*Eu vou falar – eu trabalhava na Sucursal de Salvador de O Globo – com Roberto Marinho, que é muito meu amigo*”. Durante a entrevista alguém falou: “*Olha, o Raimundo é repórter de economia e*

como temos pouca gente na redação da sucursal as pessoas precisam ser deslocadas para outra área”.

É o tipo da coisa que se precisa entender, que geralmente você não trabalha somente naquela determinada área, você cobre diversas áreas e por isso mesmo não tem obrigação de saber tudo, mesmo coisas aparentemente de conhecimento geral. Se fosse Organização Mundial de Saúde, mas OPAS eu acho que realmente não tinha obrigação de saber. Bom, eu me vinguei dele nesse dia, porque ainda no decorrer dessa mesma entrevista eu perguntei a ele qual era o orçamento do Ministério da Saúde para aquele ano e ele disse que não sabia. Eu disse: *“Oh, Ministro, eu vou ter também o prazer de falar para Roberto Marinho que é estranho o senhor não saber quanto tem para gastar”.*

É preciso que se tenha essa visão, de que o jornalista não é uma enciclopédia, que ele não tem todo o conhecimento. E aí é preciso que o cientista, dentro dessa preocupação democrática, tenha um pouco mais de paciência e disponibilidade para explicar direitinho para o jornalista.

Paulo César Furiatti – Só para dar um esclarecimento: você vê que são inúmeros os resultados de laboratório, de contaminação ambiental, de contaminação de peixe, de alimentos. Todas as vezes que conseguimos esses resultados, foram resultados surrupiados. O cidadão via uma barbaridade daquela e não tinha coragem, deixava lá, não falava para a sociedade a realidade que tinha na mão. Esse tipo de realidade é que tem que ser alterado. A sociedade tem o direito de conhecer a realidade que está ocorrendo.

Recentemente tivemos uma reunião com o Ministério da Agricultura sobre um problema de laranja. Em todas as falhas técnicas eles justificavam que recebiam ordens superiores. Não têm, portanto, a capacidade crítica de reagir. Essas coisas vamos precisar reverter imediatamente. Nenhum funcionário público, nenhum cientista, nenhum pesquisador, nenhum cidadão tem o direito de, diante do conhecimento de uma realidade trágica, sonegar essa informação ao público. Aí é que entra a relação cidadão-imprensa, que é o caminho natural.

Fernando Rocha – Eu gostaria de complementar aquilo a que me referia. Comecei a trabalhar em jornal em 1958. Não havia curso de Comunicação. Eu fazia Direito. E no 5º ano de Direito tem uma disciplina chamada Medicina Legal. Eu já trabalhava no Jornal da Bahia, como editor policial, ou editor da cidade, não me recordo bem. Sei que publiquei numa página a foto de um suicida. O cidadão se jogou do Elevador Lacerda, o fotógrafo pegou a foto do corpo e eu publiquei. Às 18 horas do dia seguinte, recebi um telefonema do Instituto Médico Legal que o Professor Estácio de Lima queria falar comigo. O Professor Estácio de Lima era cientista, escritor, por sinal uma figura muito boa, já falecida. Então eu fui lá e ele disse: *“Fernando, eu queria lhe falar – era meu professor – Eu posso lhe pedir um favor?”*. Eu disse: *“Pode”*. Ele disse: *“Não publique foto de suicida. Se puder evitar a notícia do suicídio, evite. Se não puder, publique a notícia, mas não a foto”*. Eu perguntei: *“Por que mestre?”*. Ele respondeu: *“É muito simples. Amanhã você vai ver, pelo menos mais um suicídio vai ocorrer na Bahia”*.

Ele só errou uma coisa: foram dois suicídios nas mesmas circunstâncias. Quer dizer, a pessoa está em casa num desespero, com algum problema emocional, algum problema financeiro, conjugal, etc., quando vê aquela notícia é levada a praticar o mesmo ato. Soma ao espírito daquela pessoa aquele fato: *“O recurso que eu tenho para me livrar disso é esse!”*.

Fiquei como responsável por duas mortes, morreram dois rapazes por minha causa. A partir daí jornal onde eu trabalho não sai foto de suicida. Pode dar a notícia, porque o jornalista não deve ocultar o fato, por questão de ética mesmo não deve ocultar a notícia, agora fotografia para incentivar outras mortes nunca mais eu publiquei.

É a falta de inter-relacionamento entre o repórter e a ciência. Se eu soubesse previamente, tivesse sido esclarecido previamente do que aquela foto poderia causar, jamais publicaria, não tenham dúvida.

Venício Lima – Eu queria fazer uma observação para retomar o ponto anterior, que o presidente do Sindicato dos Jornalistas colocou. Parece-me que o pano de fundo que num certo sentido tem predominado nas colocações aqui, tanto de quem está aqui em cima como do que tem vindo aí de baixo é a

questão mais ampla desse processo de democratização que a gente tem que aprender a viver e a construir juntos. Porque a questão do legislativo numa sociedade de classes como é a nossa, não tem muito jeito de ser diferente do que é. Questões de representatividade, legitimidade, de expressão da vontade de segmentos organizados da sociedade, etc., a gente tem que debater e ver a melhor forma de encaminhar porque o atual legislativo, de 1982, foi eleito numa época em que a legislação partidária e eleitoral facilitava que não fosse representativo da sociedade.

Acredito que o próximo Congresso deverá ser diferente desse. Não o ideal, mas talvez um pouco melhor. Isso vai depender também de nossa capacidade como membros ativos da sociedade, de segmentos específicos, que têm interesses específicos, etc. Acho que a questão de Imprensa passa um pouco por aí também, porque a gente tem que fazer uma diferença entre a Imprensa instituição e os jornalistas. É evidente que isso não é uma questão simples. As contradições existem dentro das redações, todos sabemos disso. Que a Imprensa cobre ciência e tecnologia é inegável, mesmo porque ciência e tecnologia é um produto vendável. Grandes jornais da Imprensa brasileira têm hoje cadernos semanais sobre ciência, informática, etc. Agora, se isso aí atende aos interesses maiores da coletividade, é uma outra questão.

Dentro dessa linha eu queria colocar uma coisa aqui também para ficar registrado, que é uma coisa que me incomoda muito, que é a questão atual do comportamento do novo Ministério da Ciência e Tecnologia. Já foi colocado aqui a forma como o Ministério foi criado. Não foi criado por lei, foi criado por Decreto. É evidente que tem toda uma problemática aí de política, que fez com que isso acontecesse. Em julho passado, na reunião da SBPC em Belo Horizonte, o secretário geral do Ministério – que é professor universitário e num certo sentido, vamos dizer assim, um dos nossos, se a gente considerá-lo por exemplo como docente – propôs a instalação de um grande debate nacional sobre a ciência e tecnologia na sociedade democrática.

O Ministério fez uma primeira reunião em Brasília, se não me engano no dia 4 de Setembro, convocou pessoas e iniciou isso que seria o Grande Debate Nacional sobre Ciência e Tecnologia numa Sociedade Democrática. Pois bem: quais são as pessoas que estão nessa comissão, a grande comissão nacional sobre o debate? Não tem um único representante do poder legislativo, nem da

Câmara, nem do Senado. Foram convidados representantes da Câmara e do Senado como observadores, sem direito a voz e voto.

Têm coisas incríveis. Por exemplo: eu estive há duas semanas atrás em Recife e quando cheguei lá vi em um jornal que o representante regional do CNPq estava fazendo um debate. Falei com o ex-presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, com o atual presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, com deputados interessados na área, etc., nenhum deles tinha sequer conhecimento que o debate ia ser realizado, um negócio inacreditável.

No mesmo dia, a Assembleia Legislativa estava fazendo uma sessão especial homenageando o IPA (Instituto de Pesquisa Agropecuária), que estava fazendo 50 anos. Não tinha absolutamente ninguém que estava debatendo o plano, eu fui à sessão.

Isso é um exemplo que estou lembrando agora. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico, CNPq, não tem nenhum representante do legislativo. Agora, tem uma questão aí também: o legislativo tem que se valorizar de tal forma que seja uma presença que não possa ser deixada de fora. Porque hoje o que acontece é que o parlamentar não é convidado, não sabe, a coisa acontece, vê a notícia no jornal e fica por isso, ele tem outros interesses.

Estou querendo simplesmente colocar um pouco mais do problema, porque essas questões são todas muito complexas e me parece que vamos ter que descobrir formas de lutar para pelo menos democratizar um pouco mais a elaboração, formulação, implementação, gestão, alocação de recursos dessas políticas. Uma das formas que agora deverá necessariamente acontecer é a seguinte: os planos nacionais de desenvolvimento terão que ser aprovados pelo Congresso Nacional, o que antes não acontecia. O primeiro PND da Nova República que está aí em gestação contempla uma área relativa sobre ciência e tecnologia. Eu já tive acesso a uma versão do plano. Ele fala em participação de segmentos, etc., mas não menciona em nenhum momento a participação do legislativo. Essas coisas vamos ter que conquistar aos poucos.

Para encerrar, há uma questão que está aí que é o problema da representatividade dos partidos políticos, a questão do partido político como forma de representação de interesses. Porque nós vivemos um momento hoje, na sociedade contemporânea, no Brasil talvez menos que na Europa, onde os

partidos políticos já não representam, pelo menos não representam sozinhos. Não são só eles que representam interesses bem cristalizados. No caso europeu, o movimento feminista e o movimento pacifista estão mais fortes que alguns partidos políticos.

Essas coisas estão surgindo todas juntas por causa do momento específico de transição e da democratização das instituições políticas. Podemos discutir, mas é inegável que está acontecendo alguma coisa que a gente está vivendo. O caso da ciência e tecnologia é só mais um, onde algumas coisas ficam mais evidentes, como por exemplo uma certa resistência da tecnocracia, que elaborou durante esses anos todas essas políticas sem a audiência de segmento nenhum, inclusive sem a audiência dos segmentos organizados da própria comunidade científica e que continuam hoje. O exemplo que dei aqui, dessa comissão grandona que tem comissões regionais, é uma conduta a nível nacional. Eles se reunirão em Brasília até a primeira metade de dezembro, com as sugestões regionais para consolidar uma proposta nacional de como vão ser a ciência e a tecnologia na sociedade democrática. Você pode começar questionando a representatividade disso.

Silvio Mattoso – Houve três pontos dos conferencistas e dos debatedores, que me preocuparam bastante e me chamaram a atenção. Primeiro o Furiatti mencionou que houve para mais de cem projetos nos últimos seis anos na Câmara e nenhum deles chegou a se transformar em lei, na área de ciência e tecnologia. Venício disse que consultou diversas Câmaras Municipais pelo país afora e obteve só 10 respostas, um pouquinho mais de 10. O companheiro Rappel lembrou que ciência e tecnologia hoje permeiam todas as atividades da sociedade. Não há dúvida, toda e qualquer coisa que fazemos hoje, tem ligação de alguma forma com ciência e tecnologia, inclusive esse microfone que está aqui na minha mão.

Evidentemente a Imprensa tem papel importantíssimo a desempenhar nessa área. Primeiro porque é a ela que compete divulgar tudo o que existe em relação à ciência e tecnologia e ao mesmo tempo sondar as aspirações do povo em geral, da sociedade em geral de ciência e tecnologia. Porque uma pesquisa científica ou um desenvolvimento tecnológico, normalmente deveria representar um anseio da sociedade, para resolver um problema da sociedade.

Mas para que ela conheça essas coisas é preciso também que esteja bem informada. Há necessidade de uma boa informação em ciência e tecnologia da sociedade, porque só desta maneira se pode conseguir formar líderes na área legislativa, capazes de entender bem o assunto e capazes também de tomar resoluções acertadas e corretas em relação à ciência e tecnologia. Porque se a sociedade não for bem informada na área de ciência e tecnologia, os nossos legisladores também serão mal informados.

Então à Imprensa cabe uma responsabilidade muito grande de difusão do conhecimento de ciência e tecnologia e nesse caso são três os níveis de informação de ciência: um é aquele que interessa aos pares, interessa só aos cientistas e tecnólogos, que só ele entende, publicado numa linguagem hermética que cabe realmente somente em revista especializada. Outro é divulgado em nível mais acessível em revistas, ou mesmo jornal diário ou suplemento dominical de algum jornal que pode eventualmente publicar alguma coisa de uma forma mais acessível, mas ainda não é uma divulgação ampla. A divulgação ampla seria muito mais na importância de um determinado conhecimento, na importância de uma determinada tecnologia do ponto de vista social e econômico. Mostrar de que maneira, por exemplo, a informática é importante na nossa sociedade, o que ela realmente traz de novo, de benefício, de malefício para determinado tipo de atividade.

E aí eu pergunto: se nós queremos promover a ciência e tecnologia no Brasil isso deve começar da Câmara para o povo ou deve começar do povo para a Câmara? Nesse debate nacional de ciência e tecnologia que o Venício mencionou há pouco, tenho a impressão de que os parlamentares vão participar também, pelo menos é essa a informação que nós tivemos aqui na Bahia. Na mobilização que deve começar daqui a pouco, tenho a impressão de que os parlamentares também estão no meio, mas uma preocupação de muita gente é a seguinte: será que eles se interessam? É uma preocupação que todos temos. Muitas vezes fala-se em ciência e tecnologia, mas não se ouve nada, nenhuma iniciativa do legislativo em relação à ciência e tecnologia. A impressão que dá na população é que não há interesse. No entanto é uma questão capital de desenvolvimento, do ponto de vista da soberania nacional. Então eu pergunto: qual é a importância que o Congresso, as Câmaras Legislativas e as Câmaras de Vereadores dão à ciência e tecnologia no Brasil?

Venício Lima – Os deputados, os Vereadores são reflexos da sociedade. O Parlamento não é nada mais nada menos do que uma projeção da sociedade. Você tem no Parlamento um retrato do que existe na sociedade. Então à medida que um tema, por exemplo, ciência e tecnologia, não está sendo debatido com profundidade na sociedade, mas apenas em segmentos, você vai ter segmentos no Parlamento que se interessam por isso. O Parlamento, os Deputados e Vereadores não têm que andar nem à frente nem atrás da sociedade. Têm que andar juntos. Essa é uma questão fundamental. Então, não vejo como saída desse processo o Parlamento por si só. Ele é um coadjuvante. É um instrumento da sociedade. E pelos vícios que tem a prática política brasileira, ele na verdade tem que ser acionado pelos setores, pelos segmentos. Se não for acionado, não for exigido, se não for cobrado, por si só não vai andar.

Acho muito difícil que o Legislativo, por força de ser um instrumento democrático, por ser alguma coisa solta, por não ter um poder específico, tome iniciativas. A medida em que ele é um instrumento, tem que ser usado. Se não vai carunchar, não vai andar, vai paralisar. E é exatamente essa a questão, um círculo vicioso. Eu não vejo como o Legislativo puxar nada. O que me parece é que quem tem de cobrar, quem tem de usar, quem tem de instrumentalizar é a sociedade. A partir daí nós temos o processo da base para um poder que está à disposição. Porque tem uma vantagem: o Legislativo é muito sensível à pressão popular. Para isso ele precisa ser sensibilizado, ele por si só não vai fazer absolutamente nada. Parece-me que os segmentos da sociedade mais organizados, precisam compreender diferente o Parlamento.

Há na sociedade brasileira uma compreensão de que o Parlamento é um poder, e como tal teria obrigações. Então se cobra ações do Parlamento, não se sensibiliza, não se pressiona, ao inverso do Executivo. O Executivo tem poder, sempre está na dianteira, tomando posições, fazendo, desfazendo. O Parlamento é instrumento da sociedade e é o reflexo da sociedade. Ali dentro tem tudo que tem na sociedade. A sociedade precisa compreender diferente o Parlamento, acionar o Parlamento, sensibilizá-lo, entender que aquilo é um poder à disposição, dar mais importância inclusive ao próprio Parlamento.

Acredito que as coisas começam a ser alteradas porque vejo o Legislativo como o braço político do povo. É o braço político da população. É ali que se faz a denúncia, que se provoca o debate, que se fiscaliza o Executivo. E se isso não ocorre é porque a sociedade não tem ainda nesse poder Legislativo o instrumento que é dela.

O Parlamento hoje é dividido em gavetas de determinados lobbies, seja o ecológico, seja o científico, seja o industrial, seja o econômico. O econômico mobiliza o Parlamento na medida que deseja. Aciona seus parlamentares, cobra deles na prática política compromissos dos grandes investimentos econômicos de campanha. A sociedade ainda não está completamente organizada para cobrar dos seus parlamentares, do seu Legislativo, coerência política, ação política, instrumentalização política.

Eduardo Rappel – Quero fazer três observações. Uma é a respeito da notícia, do fato científico, ligado a ciência e tecnologia, dificuldades do trabalho da Imprensa em contatar essas fontes de informação. Realmente acredito que é um trabalho dos mais árduos que possa haver para a imprensa tentar romper esse enclausuramento em que vivem os membros da chamada comunidade científica. E são enclausurados tanto pelo que Agostinho falou, por considerarem, a exemplo do que a Igreja fez na Idade Média, que aquele saber não pode ser aberto para o povo em geral. Era perigoso.

Qualquer favela aí pode fazer uma bomba atômica e jogar em cima do bairro do rico. Coisas do gênero. Acredito que é aí onde reside a razão maior desse enclausuramento: é pela ignorância que o cientista tem do que está fazendo. Ele conhece muito, provavelmente, no seu ramo de ciência, no seu ramo de saber, mas ignora completamente – isso é quase regra geral – o impacto, a importância daquele conhecimento que está sendo desenvolvido na sociedade. Pelo fato de ignorar o que está fazendo, por ser uma pessoa politicamente ignorante é que evita se comunicar com a sociedade. Essa é a atitude típica de quem é ignorante. Sempre que ignoramos um assunto temos medo de discuti-lo. E por mais que o cientista conheça um determinado ramo científico, como não sabe o resultado, não se preocupou em entender o

relacionamento daquilo que está fazendo com o resto do conhecimento, com a sociedade, é que ele reluta em discutir, em se abrir.

E aí usa aquele artifício do mito de que *“isso é muito perigoso, só eu entendo, não adianta falar com vocês, porque vocês são ignorantes completos, vocês não sabem nem como transmitir esse conhecimento que eu tenho aqui para o resto da sociedade e vão escrever tudo errado, vai sair cheio de erro de imprensa, ninguém vai entender nada”*. Ou então ficam com medo – esses são os mais ignorantes – de que aquela entrevista vá representar uma transferência de conhecimento para um outro cientista adversário que vai se aproveitar dessa divulgação.

Acredito que o trabalho da Imprensa nesta área é extremamente árduo, por esse lado. Por outro lado, pela forma, pela dificuldade que representa a decodificação do conhecimento científico e a consequente transformação desse código todo complexo em uma informação, em uma notícia que seja acessível ao conhecimento da sociedade como um todo, que é leiga a respeito daquele conhecimento, daquele assunto. Portanto, o trabalho da Imprensa aí é duplamente árduo.

Uma notícia sobre um fato científico, numa linguagem científica é importante ser divulgada nas revistas especializadas, que são um sistema de comunicação entre os cientistas, entre os pares. Aquilo ali fica em circulação restrita, apenas no âmbito da comunidade científica interessada e realmente não adianta tentar fazer divulgar isso daquela forma que está aí escrita. O importante no caso de um órgão de divulgação mais ampla é absorver aquele conhecimento específico aprofundado e verificar quais são as conotações que aquele fato, aquela notícia tem com o resto dos outros segmentos da sociedade e, portanto, fazer essa tradução e consequente divulgação.

Um outro aspecto que quero abordar é sobre a participação do Legislativo, na formulação de política de ciência e tecnologia. É realmente mínima. O Venício tem trabalhado sobre isso e, realmente o executivo até então, através da tecnocracia que o caracterizou, principalmente nesta área, e também os militares, que juntos aos tecnocratas foram responsáveis pela condução da política de ciência e tecnologia nos últimos anos, sempre alijaram o Legislativo de qualquer participação para discussão desse tema. Hoje a tradição se mantém. De certo modo, os tecnocratas continuam alijando o

Legislativo, se bem que com algumas pequenas possibilidades, abrindo alguma perspectiva de participação e também com a diminuição dos militares nessas definições de política.

Esse debate que vai haver agora sobre o Plano Nacional de Ciência e Tecnologia, o Ministério da Ciência e Tecnologia pretende que seja o mais amplo possível. No entanto, já começa com falhas enormes como essa da constituição de uma comissão, a tal de alto nível, que vai discutir esse plano, sem a participação do Legislativo. Isso é uma decisão do Ministro da Ciência e Tecnologia, ex-deputado, parece até que Constituinte em 46 e um pretense candidato a Constituinte em 86. É meio paradoxal o comportamento do Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia em relação a esse poder Legislativo, ao qual ele já pertenceu e tem ambições de vir a pertencer na próxima legislatura.

Em Belo Horizonte, durante a reunião da SBPC esse ano, nós propusemos através da nossa Associação uma mesa redonda, que foi aprovada sobre a formulação de política de ciência e tecnologia numa democracia participativa. A ideia era que a mesa contasse com um representante da comunidade científica, um representante do Executivo, que seria o Ministro da Ciência e Tecnologia, e um representante do Legislativo. O Ministro não compareceu, apesar de insistentemente convidado. Não compareceu nem indicou representante. Mas mesmo assim realizamos a mesa redonda com a participação do representante do Legislativo, o Deputado Domingos Leonelli e dos representantes da comunidade científica.

O debate foi extremamente rico, com uma participação muito intensa da audiência a respeito da necessidade de se abrir a discussão da política de ciência e tecnologia para o resto da sociedade. Houve um lance bastante interessante: membros da comunidade científica reagiram violentamente contra posições colocadas pelo Deputado a respeito da necessidade de se discutir, se democratizar com toda a sociedade as definições sobre que ciência se fazer, evitar esse negócio de total liberdade para o cientista fazer o que quer, sem compromisso com a sociedade. O cientista diz: *“eu não tenho posso fazer pesquisa orientada, eu tenho que ter inteira liberdade para criar, porque o conhecimento científico nasce da criação e não posso criar com alguma orientação ou controlado, nem pela sociedade. Isso é um absurdo”*.

Depois de muita discussão se levanta uma senhora lá no fundo e diz o seguinte: *“Olha, eu concordo plenamente com o que se discutiu aí de total liberdade para a pesquisa, de total liberdade para o cientista, criatividade. Claro, ele tem que ter toda a liberdade para criar. Se não criar, como é que fica? Tem que criar o que quiser, mas com uma condição: com o dinheiro dele, porque com o meu não. Meu dinheiro vai para ele fazer o que eu quiser que faça. Se quiser fazer, faça, tem liberdade, agora se vire”*. Essa senhora que fez esse aparte era representante da Federação das Associações de Bairros do Rio de Janeiro. Realmente o panorama está mudando, as pessoas estão tomando consciência do problema. Deputados como Furiatti são realmente sinais de mudança nessa renovação do Legislativo e a única esperança que a gente tem de fortalecer esse poder que é realmente o braço político do povo no governo.

Auditório – Não é bem pergunta. Sou do Instituto de Biologia e trabalho com pesquisa básica e aplicada ao nível acadêmico-científico. Acho que o cientista foi aqui muito massacrado. Responsável por prender informações. Mas fiquei muito satisfeita de ver que os jornalistas estão interessados em veicular notícias verdadeiras. Porque nós temos ao longo do tempo lido informações deformadas, que às vezes inclusive são passadas por pessoas que dão informações certas, corretas. De repente você troca uma simples palavra, digamos assim, eu falo: *“eu estou trabalhando numa fazenda de cultivo de camarão e estou tentando produzir 25 toneladas”*. E essa informação passa como: *“estou produzindo 900 toneladas”*. De repente você não consegue mais trabalhar, porque é tanta gente atrás de você pedindo informação. Como é que você pode produzir tanto, como é que você pode fazer tanta coisa. O cientista não faz mais nada.

Venício Lima – Quero só passar uma informação, em função daquilo que o Silvío colocou. Nesse trabalho que estou fazendo, passei uns dias na comissão de ciência e tecnologia na Câmara. Eles têm um arquivo extremamente desorganizado, mas fiquei lá nas pastas. Levantei nos limites do possível as atividades da comissão no período de 72, em que ela foi criada

como comissão especial, até agora. Tem três anos que não encontrei referência nenhuma nas pastas. Não quer dizer que não tenha tido atividade, mas sim que a comissão não tem arquivo referente àqueles anos. Embora não tenha sido possível um mapeamento completo das atividades da comissão, os dados disponíveis permitem que se constatem alguns pontos relevantes.

Cerca de três centenas de convidados participaram de debates da comissão desde a sua instalação, como comissão especial, de 72 até Outubro de 85. Entre os convidados estão representantes dos mais diferentes segmentos interessados na formulação da política nacional de ciência e tecnologia. Lá estiveram Ministros de Estado, representantes da comunidade científica, das agências financiadoras de pesquisa, de organismos nacionais e internacionais, de agências específicas de governos estrangeiros, de empresas nacionais e multinacionais.

Os temas debatidos refletem as grandes questões da área de ciência e tecnologia vividas pelo país nos últimos anos, com destaque para: questão nuclear, a relação entre tecnologia e desenvolvimento, a questão da informática, dos agrotóxicos, do meio ambiente, do álcool e do inventor nacional.

Sou jornalista profissional, mas tenho uma opinião que talvez não seja muito bem aceita pelos meus colegas. Se a gente analisar nos últimos anos e em particular nos últimos 20 anos, como a Imprensa tem coberto a ação do Legislativo, é muito fácil verificar que o Legislativo foi sempre notícia, quando houve briga em plenários, quando o Deputado briga com o chofer que está dirigindo um carro e bate num ônibus e sai atrás do ônibus e saca o revólver, essas coisas, o pitoresco e o inusitado da vida do Legislativo. Isto tem cobertura. Agora a ação até de resistência, de muitos parlamentares, não de todos, mas de muitos, essa não tem cobertura, é realmente um problema a ser discutido. O Legislativo tem um sério problema de imagem e não é à toa que esse negócio acontece.

Essa questão dos jetons, por exemplo. Qualquer um de nós, sem querer polemizar, raciocinando um pouquinho vai ver que a função principal do parlamentar não é no plenário. Não acho que ele deva, por não estar numa sessão, receber por ela. Mas é a coisa mais fácil do mundo incorporar isso ao fixo. E a questão dos jetons desaparecia. A confusão que foi feita em torno do

pagamento dos jetons, deixa de lado questões muito mais fundamentais da atuação do parlamentar e reduz a atuação do parlamentar a presença na sessão de votação de uma determinada matéria, o que não espelha o que devia estar fazendo.

Há toda uma questão aí de imagem e há também uma questão de divulgação da atividade séria, construtiva que muitos parlamentares, é preciso a gente reconhecer, fazem e tem feito ao longo dos últimos anos, com todos os problemas que houve no Legislativo. O José Bonifácio, que foi citado aqui, o Zezinho Bonifácio que é evidentemente uma figura incrível, folclórica, é meu conterrâneo, mineiro, tem toda uma história de pitoresco, ele é um grande prato para essa ênfase que foi dada na cobertura da função do Legislativo.

Essa discussão corre o risco de parecer que estou defendendo o Legislativo do jeito que ele é, ou que ele seja representativo, que não haja questões de legitimidade. Não, eu estou trabalhando mais a nível do que passa do Legislativo, que realmente passa muito pouco do que é feito com seriedade. No caso da comissão de ciência e tecnologia ela tem se prestado a um fórum de debates de questões de maior relevância. Num dia em que alguém do Executivo se interessar para saber, por exemplo, quais são as sugestões sobre implantação de políticas, há notas taquigráficas de um seminário de 1977, com a participação de historiadores da ciência, gente da comunidade científica, empresários, parlamentares, etc. Tem lá uma série de sugestões objetivas, debates sobre a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Um dos primeiros debates da então comissão especial de 72 foi exatamente sobre se deve ou não deve criar um Ministério de Ciência e Tecnologia. Para você descobrir o que foi feito tem de pesquisar nas pastas jogadas por lá. Então eu queria fazer esse registro mesmo porque me sinto na obrigação de fazê-lo porque tenho o dado em mão, manuseei essa informação, que realmente não é conhecida. E aí talvez fosse o caso de ver porque pelo menos setores da instituição Imprensa privilegiam um aspecto de atuação do Legislativo em detrimento desses mesmos aspectos em outras faixas do poder. Por exemplo, o Executivo.

Othon Jambeiro – Não há mais inscritos. Consulto aos debatedores e aos conferencistas se querem dizer alguma coisa mais antes de encerrarmos a sessão de hoje. Não? Então está encerrada essa primeira sessão do Seminário. Agradeço a presença de todos e os convido a retornar amanhã quando ouviremos a conferência do jornalista Júlio Abramczik que é presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Científico. Muito obrigado, até amanhã.

Sessão 2

JORNALISMO CIENTÍFICO, CULTURA E EDUCAÇÃO

Othon Jambeiro – Hoje, temos como conferencista Júlio Abramczyk, redator da “Folha de São Paulo”, um homem dedicado ao jornalismo científico e que é, atualmente, presidente da Associação Brasileira de Jornalismo Científico e, concomitantemente, presidente da Associação Ibero-Americana de Jornalismo Científico. Os debatedores são o professor Joviniano de Carvalho Neto, pesquisador, cientista político, um grande interessado na divulgação científica; Sérgio Brandão é repórter e editor do programa “Globo Ciência”, que vai ao ar todos os sábados pela manhã. O terceiro debatedor é nosso conhecido José Carlos Capinam, que dormiu até um pouco mais tarde, mas está vindo aí, para também contribuir conosco. Vou passar a palavra ao Júlio, a fim de que ele exponha o tema “Jornalismo Científico, Cultura e Educação”.

Júlio Abramczyk – Estamos a apenas 15 anos do ano 2000 e nesta virada do século a ciência e a tecnologia alcançaram posição jamais imaginadas. Mas os conhecimentos dos avanços científicos ainda não chegaram a grande parte da população. O cometa Halley volta do seu longo passeio, e irá reencontrar na Terra a mesma ignorância de décadas passadas. A mola mestra do desenvolvimento social e econômico, que é o conhecimento, continua ainda restrita a uma minoria privilegiada. Uma grande parte da força de trabalho dos países da América latina acha-se constituída por jovens e adultos, que se encontram fora dos sistemas formais de educação, segundo foi referido em reunião realizada recentemente em Brasília, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, a conhecida Unesco.

Para que se construa uma sociedade tecnologicamente avançada é necessária uma adequada preparação da população para o emprego de ciência e técnica. Dessa forma, os participantes da reunião da Unesco concluíram por recomendar e estimular os programas de divulgação científica através dos meios de comunicação de massa, particularmente o rádio e a

televisão, além de outras atividades, visando à popularização da ciência e da técnica. Em termos de rádio e televisão, há alguns aspectos que depois poderíamos discutir. Dizem que uma imagem vale por mil palavras e televisão é praticamente imagem. Temos aqui o companheiro Sérgio Brandão, que depois poderá discutir conosco.

Há outros também que dizem que a televisão não vende ideias, vende imagens e que realmente o raciocínio lógico é feito através de leitura e de incorporação do que se está lendo, mas, de qualquer forma, nós estamos vendo que a tendência atual é caminhar ou encaminhar a divulgação da ciência para os meios eletrônicos. Isso faz com que nos lamentemos de que provavelmente os projetos para a alfabetização de grande parte da população já tenham sido cancelados ou não estão rendendo o que seria lícito esperar. Realmente, para aprender através do rádio e da televisão, não é necessário saber ler. Esse é um problema a discutir.

Para o Brasil, as recomendações da Unesco serviram para corroborar o acerto de posições anteriormente tomadas. Já é tradição em nosso meio a realização de feiras de ciência organizadas por estudantes. A professora Maria Julieta Ormastrone, figura central no incentivo desses eventos e cuja influência se estende por todo país e quase toda a América latina, refere que a grande maioria dos visitantes dessas feiras é representada pelo homem comum, leigo em ciências, mas ávido de obter conhecimentos e compreensão do mundo que o rodeia, que é tão diverso de sua formação. Em vários pontos do país já dispomos de museus de ciência, alguns ainda acanhados e outros mais desenvolvidos. Aqui em Salvador, atualmente, está se desenvolvendo a 1ª Feira de Divulgação Científica, no Museu de Ciência e Tecnologia, e isto é uma ótima oportunidade para a população local e uma forma muito boa de fazer divulgação científica, principalmente porque nesta feira estão vendendo livros de divulgação científica.

A própria Sociedade para o Progresso da Ciência, igualmente, abriu suas portas ao grande público, e vem fazendo isso, repetidamente, durante as suas concorridas reuniões anuais. Dessa forma, verificamos que a população está realmente interessada em informações sobre os avanços e os progressos alcançados pela ciência e tecnologia. Sentido essa necessidade, há poucos anos surgiu na Imprensa a figura do jornalista científico. Sua função é de ser o

intermediário entre o cientista e o grande público. Na verdade, ele é o decodificador de uma informação inacessível para o leitor comum, tornando compreensível a linguagem esotérica do cientista.

O relacionamento entre cientistas e jornalistas, em várias oportunidades gerou o conflito entre esses dois profissionais, o que tem sido analisado e discutido em inúmeras reuniões nacionais e internacionais sobre jornalismo científico. Para Aristides Bastides, da Venezuela, um dos pioneiros da divulgação científica nas Américas, a aliança do jornalismo com a ciência lhe parece, às vezes, como o casamento de duas pessoas que se detestam, mas têm de conviver sob o mesmo teto, queiram ou não. Há um certo exagero nessa observação, é certo, mas a realidade é que se digladiam no campo da divulgação científica e tecnológica, de um lado, pelo rigor com que o cientista se expressa e, de outro, a necessidade que o jornalista tem de publicar uma informação que seja de fácil entendimento.

Não se pode confundir o trabalho de divulgação científica com o artigo técnico. No noticiário científico – e essa afirmação é do decano da divulgação científica no Brasil, o professor José Reis – o redator tem que ter a capacidade de ir ao âmago do problema, deixando de lado considerações que seriam necessárias apenas num artigo científico. E esse é um dos pontos mais difíceis a vencer, que é a tendência para a precisão, e a minúcia dos que exercem a atividade científica. Jornalismo é informar rapidamente, porque no dia seguinte a notícia já estará superada, e ela deve ser apresentada de forma simples e sem o jargão científico. Apesar de todos os esforços, às vezes surgem algumas incorreções.

A informação científica realmente deve ser precisa. Eventualmente, os erros apontados se devem à necessidade de maior clareza para o leitor. Entretanto, essa pequena concessão no cômputo geral da matéria publicada não altera seu conteúdo principal. É nesses aspectos particulares que a crítica dos cientistas é mais exacerbada, tirando as exceções, exemplo para o todo. O professor Crodowaldo Pavan, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, na mesa redonda organizada pela Associação Brasileira de Jornalismo Científico, durante a 33ª Reunião Anual da SBPC, realizada aqui em Salvador, em 1981, reconheceu esse aspecto do problema. Naquela oportunidade, o professor Pavan referiu-se a uma entrevista que deu e que ele

mesmo achou que saiu bem. Havia apenas uma frase fora do lugar. O professor Pavan recebeu acerbas críticas dos seus colegas cientistas, não pelo conteúdo da matéria publicada, mas pelo pequeno erro, sem importância, que saiu estampado no jornal.

Este aspecto da crítica dos cientistas para com seus colegas também foi observado pelo professor Ângelo Machado, da Universidade Federal de Minas Gerais e membro atuante da SBPC. O cientista, afirmou o professor Machado durante a mesa redonda sobre jornalismo científico, realizada na Universidade Federal de Santa Catarina, tem medo de dar entrevistas, pela imagem deturpada que seus próprios colegas fazem de um pesquisador que concede entrevistas a jornalistas. Em relação à Imprensa, o professor Machado classifica os cientistas em quatro categorias: os que têm medo de dar entrevistas e se recusam a concedê-las; os que têm medo, mas não se recusam; os que não esperam, mas, pelo contrário, procuram os jornalistas; e os que aceitam tranquilamente o pedido e explicam de forma adequada os problemas de sua área. São esses últimos os que efetivamente podem contribuir de forma positiva para uma divulgação científica de alto nível. E, pelo contrário, aqueles que ficam sempre procurando os jornalistas, realmente são uma fonte de informação um pouco perigosa.

É aqui que se destaca o papel do jornalista científico. Ele ocupa uma posição especial, que é de poder proporcionar a toda comunidade uma educação permanente e democrática, através dos mais diferentes meios de comunicação de massa. Ao jornalista científico está também reservado o papel catalisador de destacar e impulsionar, através da divulgação científica, o estabelecimento de uma capacidade própria em ciência e tecnologia, para que seu país possa utilizá-la em benefício de um efetivo progresso socioeconômico e cultural nacional. Através de sua formação, o jornalista científico deve criar na opinião pública uma forma de pressão que obrigue os governantes e os que detêm o poder de decisão a investir mais na pesquisa científica, colaborando, dessa forma, para os esforços de implantação de tecnologias próprias, a partir de investigações originais no seu próprio país.

Já disse um cientista que os países que ignoram a pesquisa básica podem ser comparados a uma comunidade onde os habitantes devoram o cereal cujas sementes se destinavam a ser semeadas para a próxima safra. E

é novamente Aristides Bastides, com a lucidez que o caracteriza, que destaca que ao jornalismo científico corresponde um dever de urgência, que é a luta contra a dependência tecnológica, que gera a dependência política, que gera a dependência cultural e que, em última instância, acaba por gerar dependência econômica.

A divulgação científica, entretanto, apesar do significativo avanço observado nos últimos anos, ainda está necessitando de forte motivação. Mas não apenas entre os gestores da informação nos órgãos de comunicação. Também entre as novas gerações que as escolas de comunicação vêm formando em jornalismo. Por isso, é de todo modo louvável a iniciativa da Universidade Federal da Bahia, do Sindicato de Jornalistas Profissionais da Bahia, da recém-criada Regional da Bahia da Associação Brasileira de Jornalismo Científico e da Fundação de Apoio à Pesquisa, em promover esse Seminário sobre Imprensa, Ciência e Sociedade. Particularmente, em relação à Regional da Bahia da ABJC, acreditamos que ela se transformará, a exemplo de outras seções regionais, em foco polarizador de ações em benefício do crescimento do jornalismo científico no Brasil.

Pelos mais diferentes motivos, até o momento as escolas de comunicação não dispõem, em seu Departamento de Jornalismo, de uma disciplina de jornalismo científico. Preferem situá-la dentro da cadeira de jornalismo especializado, mas já existem dois cursos de pós-graduação nessa área, respectivamente no Instituto Metodista de Ensino Superior, em São Bernardo do Campo, São Paulo, e no Departamento de Jornalismo da Escola de Comunicação da Universidade de São Paulo. Nós temos ainda o curso de tutoria à distância, para aperfeiçoamento em jornalismo científico, patrocinado pela Capes, do Ministério da Educação, este ano em sua segunda experiência. Ainda continua como uma experiência, pois não está alcançando os resultados esperados pelo pessoal da Capes. O primeiro curso sofreu uma grande restrição por parte da Associação Brasileira de Jornalismo Científico e por parte da Federação Nacional dos Jornalistas. Nós consideramos que este curso somente poderia ser frequentado por jornalistas profissionais e é essa tecla que nós sempre batemos: jornalismo científico é para jornalista profissional. Fazer ciência é para o cientista.

Essas experiências têm alguns problemas. O treino para o jornalismo sobre ciência é importante demais para uma orientação educacional experimental, e essa é uma afirmação de William Kerckbal, que foi professor de jornalismo na Universidade de Columbia e é um grande jornalista científico. Atualmente ele deve ter, se estiver vivo, 84 anos. Igualmente visando ao aperfeiçoamento do jornalista profissional, na área de ciência e tecnologia, deve ser dado um merecido destaque ao CNPq, através do seu pioneiro Programa de Apoio ao Jornalismo Científico e estreita articulação com a Associação Brasileira de Jornalismo Científico e a Federação Nacional dos Jornalistas. Já em 1978, o CNPq instituía o Prêmio José Reis de Divulgação Científica, o maior prêmio atualmente existente para essa área especializada do jornalismo, que se destaca por sua grande repercussão. Em termos financeiros, esse prêmio representa 80 vezes o maior valor de referência, e seria mais ou menos uns 16 milhões de cruzeiros em termos de hoje, mas, como o prêmio é concedido no fim do ano e entregue em Março, quem ganhar já tem atualizado os valores.

Este prêmio também gerou alguns problemas, porque os três primeiros de divulgação científica eram dados apenas a cientistas e a comissão julgadora praticamente era constituída só por cientistas. Não estou falando mal dos cientistas, é que coincidiu. Os jornalistas se candidatavam e, naturalmente, por deformação profissional, como nós jornalistas também temos a nossa, recebiam apenas os cientistas. Então, nós levantamos o problema junto à Associação e à Federação, lá em Brasília. A proposta que nós levamos ao CNPq foi a de dividir o prêmio: metade seria para um cientista que fizesse divulgação científica – porque existem cientistas fabulosos, que fazem divulgação científica, que publicam livros para ensinar aos estudantes de 1º e 2º grau a ciência – e a outra metade do prêmio seria para o jornalista. Propusemos rachar as 80 vezes o valor referência, em 40 e 40, e ficamos agradavelmente surpreendidos quando resolveram dobrar. Mantiveram os 80 para os cientistas, e o mesmo valor para os jornalistas. Parece que o problema foi resolvido.

Muitas rádios e televisões já ganharam o prêmio. Houve um ano que foi o “Globo Rural”, da TV Globo, que recebeu o prêmio por sua extraordinária capacidade de fazer chegar à grande população os avanços tecnológicos da

área de agricultura. Conseguimos também uma outra coisa no Prêmio José Reis, que foi jornalistas fazerem parte da comissão, representando a Federação dos Jornalistas e a ABI.

O programa de jornalismo científico do CNPq colaborou também para um maior e melhor entrosamento entre os jornalistas e cientistas, em particular através do patrocínio de reuniões e congressos, como foi o 4º Congresso Ibero-Americano e 1º Congresso Brasileiro de Jornalismo Científico. E ainda vem contribuindo para criar em nosso meio uma bibliografia e fontes de referência em jornalismo científico. Este é um outro problema. Quem quiser ler alguma coisa sobre jornalismo científico vai ter muita dificuldade. Em nosso meio não existe. Outro dia eu estava lendo um livro editado no Ceará, por um professor da Universidade, sobre técnicas e táticas do jornalismo. Na parte de jornalismo científico, – isso foi editado no ano passado, 83 e 84 – a bibliografia era só estrangeira. Um absurdo! Temos algumas coisas, são poucas, mas não havia menção de nada. Provavelmente ele não teve acesso.

É muito importante que os interessados na área possam ler. Não adianta nada uma pessoa se interessar, se não tiver acesso à informação. Em relação a instituições oficiais, ou relacionamento do jornalista com essas instituições, há riscos, mas, como argumentou Florestan Fernandes em uma das reuniões da SBPC, realizadas em São Paulo, “a ciência não pode ser oficial, incorporar o discurso do governo, ainda que possa conviver com os representantes do governo”. Da mesma forma, o jornalismo científico também pode ter essa postura.

São importantes passos em benefício do jornalismo científico, mas igualmente importante é que todos os setores das Universidades proporcionam oportunidades para aperfeiçoamento de jornalistas profissionais em jornalismo científico. Principalmente que não se atenham a aspectos teóricos da comunicação em divulgação científica, mas que se esforcem na abordagem de um ângulo prático para formação adequada desses profissionais, como, por exemplo, proporcionar estágios em laboratórios de pesquisa e investigações, onde jornalistas e cientistas, por um certo tempo, estariam diariamente em contato. Seria uma situação ideal para uma maravilhosa simbiose: jornalistas aprendendo noções e importantes conceitos sobre os mais diversos ramos da

ciência, e os cientistas recebendo a contrapartida. Esse contato seria realmente válido para o esforço comum em benefício de toda a sociedade.

Na Universidade de São Paulo há um jornalzinho chamando “Pauta”, que é enviado pela assessoria de Imprensa aos veículos de comunicação. Lá há alguns estagiários que vão aos vários departamentos e ficam fuçando a informação. Eu soube que aqui na UFBA – o Othon depois poderá falar – também existe um sistema similar.

Nos últimos anos, temos observado em nosso meio um entrosamento altamente gratificante entre cientista e jornalista. Foi precisamente a partir da 30ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em 1978, que, ao organizar a mesa redonda sobre jornalismo e ciência, a ABJC passou a participar regularmente das reuniões da SBPC. Aquela primeira mesa redonda mostrou aspectos já conhecidos por todos: as queixas recíprocas entre jornalistas e cientistas, como a do cientista que se queixou em relação à seleção do noticiário ser exercida pelos jornalistas e não pelos cientistas.

Realmente, o que não se pode é permitir que os cientistas controlem o noticiário sobre ciência. Uma grave distorção, que levaria os jornais a permitir que políticos controlassem o noticiário econômico. Isso é em teoria, pois eles podem também economicamente tentar controlar. Por mais esse motivo, o entrosamento entre jornalistas e cientistas não só é necessário, mas muito importante. Nestes últimos anos temos feito em quase todos os encontros da SBPC reuniões entre cientistas e jornalistas, para tentar melhorar esse aspecto. Isso está funcionando, e temos a impressão que os jornalistas estão alcançando um melhor e mais efetivo entrosamento com os cientistas.

Nesses anos todos procuramos mostrar que o jornalismo científico deve ser exercido, prioritariamente, pelo jornalista profissional e não pelo cientista. O trabalho do cientista é produzir conhecimento, o do jornalista é tornar esse conhecimento acessível ao leitor médio dos jornais e revistas, aos ouvintes das rádios ou aos assistentes dos programas de televisão. É claro que existirão sempre as exceções de cientistas divulgando de forma adequada a ciência, para confirmar a regra. O componente básico dessa tarefa, porém, deverá ser o jornalista profissional.

O professor José Reis, que é redator há mais de 40 anos de temas de divulgação científica na “Folha de São Paulo”, começou como cientista e foi

para o jornal. Realmente, ele escreve de uma maneira muito fácil de ler. Dá a impressão que ele também sempre escreveu fácil. Mas a gente sabe o quanto ele transpira para tornar aquela leitura fácil. Ele acabou virando jornalista, porque, no tempo, não existiam escolas de comunicação. Eu comecei pelo lado oposto. Comecei como jornalista. Depois fui para a medicina e agora estou nas duas. Em Campinas, temos um companheiro que estava fazendo o curso de Biologia. Chegou no 4º ano e achou que não era o caminho que queria. Entrou para a Escola de Comunicação, acho que este é o caminho. Temos que ter uma reserva de mercado e, depois, se especializar em algumas áreas de ciências.

Temos ainda um problema a analisar que é a quase ausência de informação entre os órgãos de comunicação sobre os trabalhos desenvolvidos nas universidades brasileiras ou nos institutos isolados de pesquisas. Na realidade, essas pesquisas e trabalhos não chegam ao grande público, porque os jornalistas ou não têm acesso às informações necessárias para a divulgação desses trabalhos, ou não tiveram a curiosidade despertada para esses projetos. É neste ponto que surge um aspecto inusitado dentro das universidades. Em quase todas existe um serviço de imprensa, geralmente constituído por profissionais altamente qualificados em termos jornalísticos. Por razões que até o momento não detectamos no Brasil esses serviços de imprensa estão voltados para inúmeros problemas, mas entre eles não se situa a finalidade principal da Universidade que é ser um foco dispersor de ciência e cultura. Esses serviços de imprensa deveriam contar em sua equipe com um jornalista científico, um jornalista profissional especializado em divulgação científica.

Com esse entrosamento, as instituições de pesquisa poderiam criar um sistema de apoio à divulgação científica. Os meios de comunicação passariam a ser informados sobre as investigações em andamento e, em relação as já concluídas, os avanços observados. Essas informações não devem ser confundidas com “press release”, que consideramos a moderna praga do jornalismo, porque apresenta o terrível aspecto negativo de amortecer o entusiasmo pela reportagem. Essas informações serviriam apenas como indicação e sugestão para reportagens e artigos mais amplos de divulgação científica. É uma pauta que a própria Universidade faria e encaminharia para os

jornais. Existe um risco aí, também. Houve um companheiro que fazia essas pautas e mandava para alguns jornais de São Paulo e esses jornais publicavam a pauta.

É aqui que surge um novo campo, dos mais promissores para o jornalista interessado em divulgação científica. O restrito mercado de trabalho para o jornalista profissional é mais ainda para o jornalista científico. Esta é uma das áreas onde ele melhor poderá desenvolver as suas aptidões, despertando nos meios de comunicação o merecido interesse para que sejam mobilizados os seus redatores. Quando comecei a trabalhar em jornal, há mais de 30 anos, a seção de economia tinha duas ou três aves raras, porque ninguém queria saber de economia naquele tempo. Hoje a redação de um jornal que não tenha, pelo menos, 15 redatores em economia, cada um trabalhando em um determinado setor, está perdida e não informará adequadamente seus leitores. É isso que nós esperamos que o jornalismo científico atinja, que um jornal não tenha apenas um ou dois redatores especializados, mas tenha uma editoria completa, grande, porque cada setor da ciência e da tecnologia também precisa de um redator especializado.

As seções de divulgação científica começaram a surgir com uma certa regularidade praticamente na década de 50, com Rômulo Argentieri, no “Diário de São Paulo”, José Reis, na “Folha de São Paulo”. Argentieri escrevia muito sobre física atômica, e pontificou durante vários anos, com sucesso, mas já em 1960, o periódico não contava mais com a sua colaboração. Atualmente, o “Diário de São Paulo”, que foi dos Diários Associados, deixou de circular. José Reis permanece com a sua seção de divulgação científica na “Folha de São Paulo”. São mais de 30 anos ininterruptos de trabalhos consagrados nessa atividade. Não há um único domínio em que não tenha saído matéria dele, em todos esses anos.

Há alguns aspectos especiais em que o jornalismo científico pode aparecer como em suplementos infantis. O “Diário do ABC” tem um suplemento infantil que faz divulgação de ciência. A própria “Folhinha de São Paulo” faz, mas não é só aqui no Brasil. Em Lima, no Peru, há uma revista chamada “Jaimito”, que também publica material de divulgação científica para crianças. Na verdade, eles querem despertar o interesse da criança pela ciência. No México e na Venezuela, existe esse tipo de revista também para crianças. Na

Venezuela a revista chama-se “Chispa”. São exemplos realmente muito bons, muito interessantes. Eles transformam a divulgação da ciência em brinquedos para as crianças, e elas acabam se adaptando. Do mesmo jeito que essas crianças hoje estão brincando com computador, amanhã usarão o computador, e até o ensino já vai começar a ser feito através da computação. Até eu mesmo estou aprendendo a usar o microcomputador.

Estamos observando um grande incremento da divulgação de ciência. Alguns jornais do interior do Estado de São Paulo já têm seções permanentes. O “Diário do Grande ABC”, que é um jornal de São Bernardo do Campo, tem. Em Campinas o jornalista Pascoal Neto faz a seção semanal “O Mundo em Ciência”. Pascoal Neto é aquele que estava estudando Biologia e passou a fazer o curso de Comunicação. Ainda na área da Imprensa, revistas como “Veja” e “Manchete” já há vários anos dedicam grande parte do seu espaço para informação sobre ciência e tecnologia. Quando eu falo que dedicam espaço, não é apenas dos grandes eventos, mas de rotina. O aproveitamento do tema nas revistas indica, seguramente, que este campo do jornalismo interessa realmente aos leitores, e nestes últimos anos também vêm surgindo algumas revistas de divulgação científica, como a revista “Ciência Hoje”, que é o órgão de divulgação da SBPC. Foi lançada em Julho de 1982, com uma tiragem inicial de 20 mil exemplares. Em Maio de 1983, já no sexto número, alcançou 50 mil exemplares. É destinada ao público em geral, e vendida nas bandas de todo o país, com um sucesso sempre crescente.

Também a televisão entrou nisso, com toda a retaguarda de que dispõe a Globo. Temos, agora, o “Globo Ciência”, que é ótimo. Antigamente, a imprensa é que influenciava a televisão. Agora, está havendo o contrário. O “Globo Rural”, que também faz divulgação de ciência e tecnologia, acabou gerando a criação de uma revista, que está saindo agora. É a revista “O Globo Rural”. Entretanto, algumas outras revistas especializadas não tiveram o mesmo destino. “O Espectrum”, jornal brasileiro de ciência, depois de alguns poucos números, não tivemos mais notícias. “Ciência Ilustrada”, da Editora Abril, permaneceu por dois anos. Tinha leitores, mas não conseguiu sensibilizar a área da publicidade, depois do seu terceiro ano em 1982, com uma tiragem de 70 mil exemplares. Passou a ser editada mensalmente e caiu para 40 mil. E 40 mil exemplares, para uma revista de divulgação científica no Brasil, é uma

coisa extraordinária. Contudo, a Editora Abril, que bancou os prejuízos iniciais da revista “Veja”, realizada, hoje, com 500 mil exemplares, acabou a “Ciência Ilustrada”. Essa revista, “Ciência Ilustrada”, chegou muito tempo depois da criação da “Veja”, e talvez até atrasada, em relação ao arrojo dos primeiros tempos da Editora. Todavia, para os padrões atuais da Editora Abril, 40 mil exemplares mensais significam fracasso.

Ao lado da contribuição que dá para a difusão dos conhecimentos científicos, o jornalista científico deve engajar-se na luta contra a dependência tecnológica. Esse é o ponto de vista de Aristides Bastides, que foi presidente da Associação Ibero Americana de Jornalismo Científico e que é apoiado por praticamente todos os presidentes das associações nacionais de jornalismo científico. Esse ponto de vista também é destacado por Wilson da Costa Bueno, responsável pelo curso de pós-graduação de jornalismo científico na Universidade de São Paulo e que recentemente defendeu uma tese de doutoramento abordando esse tema. É a primeira tese de doutoramento em jornalismo científico que se fez no Brasil. Anteriormente, só existia uma dissertação de mestrado em jornalismo científico.

Joviniano Soares Neto – Além de professor da Universidade, na maior parte do meu tempo tenho sido também pesquisador, dentro e fora da Universidade. Por exemplo, entre o Ceped (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Bahia), que é um centro tecnológico, e a Coordenação de Recursos Ambientais, onde passei 10 anos e meio. Agora mesmo, estou dando assessoria ao IBDF, para implantar o sistema de planejamento, que não existia no órgão.

Como professor de ciência política, uma das coisas que tenho que ensinar são normas e leis de propaganda. Meu último artigo assinado no Jornal “A Tarde” referia-se exatamente à importância da análise cuidadosa de pesquisas eleitorais. Depois, retomarei essas informações biográficas para explicar algumas coisas, na intervenção.

A questão da divulgação, considero ser de importância política fundamental, para a afirmação dos meios científicos nacionais. Na exposição anterior, gostei muito da colocação de que a luta pela divulgação científica é

parte da luta contra a dependência tecnológica. É parte dessa luta a reação contra a mentalidade de que a ciência é uma coisa complexa, é uma coisa difícil. Parte da luta política para convencer os deputados, para convencer os congressistas em relação à reserva de mercado da informática foi mostrar que o Brasil podia fazer computador e que fazer computador era coisa fácil. Nós temos uma tradição, no Brasil, muito antiga, de achar que essas coisas são complexas. Então, é melhor importar logo. Tenho documentos de 1948 mais ou menos, onde a argumentação contra a exploração do petróleo sustentava ser essa uma tecnologia muito difícil, muito complicada, junto com o melhor argumento de que, como vinha a energia atômica, o petróleo era um negócio que se extinguiria muito rapidamente. Essas foram argumentações do debate na campanha do petróleo, de 1948 a 1950.

Outro aspecto em relação à questão da divulgação é a luta com os próprios cientistas. Grande parte do pessoal que trabalha nessa área nem sempre percebe a importância política de ocupar espaço, de convencer-se da importância do que está fazendo para o conjunto da sociedade. Eles não percebiam isso, porque, em parte, durante muito tempo, e até com o regime militar, no período autoritário, não era tão importante. Criaram uma série de esquemas para se convencer, para ter acesso aos órgãos de financiamento, aos gabinetes do ministro, CNPq, Finep. Agora, com a Constituinte, com o movimento de repensar a Universidade, por exemplo, tenho a impressão de que há necessidade de se vender a importância das atividades que se está fazendo, e isso pode ser parte do trabalho do jornalista científico. Lembrando minha própria experiência, uma das coisas que fiz muita questão de tentar vender ao Ceped, quando eu trabalhava lá como assessor de planejamento, foi a ideia de um plano de divulgação. Uma das coisas que exatamente agora estou propondo ao IDBF é criar um plano de divulgação: que envolva mais do que assessor de imprensa, agência de publicidade, pedagogos, etc. É uma questão de definição política e participação política das pessoas que dirigem as entidades. Associo muito o plano de divulgação a uma ideia de propaganda geral do órgão.

A outra questão já começa a entrar mais como problema de divulgação. É a dos jornais e dos jornalistas. Há anos atrás, fiz uma pesquisa para a Petrobrás sobre satisfação no trabalho. Por sinal, essa pesquisa nunca a

Petrobrás autorizou a publicação, porque era sigilosa, sobre a satisfação e insatisfação do petroleiro.

Naquela época, a Petrobrás pagava 80% das internações em clínicas psiquiátricas em Salvador, diante da crise que ocorreu logo após a implantação do regime militar no Brasil. Mas nesse estudo existiam quatro profissões que eram as consideradas como as que mais provocavam neurose e loucuras. Uma dessas doenças era a profissão de jornalista. É claro que cada uma dessas profissões tinha seu motivo. Para o caso do bancário, acho que era a maior de todas, era a tensão total, permanente, em coisas não interessantes, exigindo particularmente grande atenção e grande responsabilidade.

Em relação ao jornalista, era prazo, rapidez para entrega de trabalho, rapidez de tentar entender assunto que nem sempre entendia e ser obrigado a escrever sobre aquele assunto com rapidez muito grande. Esses eram os motivos pelos quais a profissão de jornalista é uma das profissões mais neurotizantes, na sociologia do trabalho.

Na Bahia, temos alguns problemas muito mais sérios do que o Júlio colocou, quando ele fala, por exemplo, que um jornal para informar bem em economia deve ter 15 jornalistas na área econômica, especialistas. O pessoal da Bahia deve ficar morrendo de inveja.

Tenho a impressão que tem havido, na Bahia, uma redução muito grande de setorialistas, de jornalistas especializados. Acredito, inclusive, que tem havido redução de repórteres no mercado de trabalho, na Bahia. Como também uma característica do jornalismo na Bahia é uma grande rotação de mão de obra. Sempre que encontro um jornalista, pergunto em que jornal ele está. Alguns, inclusive, se identificavam mais com um jornal; passavam mais tempo num jornal. De repente, estão em outro. Acredito que foi um tipo de comportamento que as empresas jornalísticas fizeram. De um certo modo, acho um pouco suicida, mas é um dado da realidade. Estou me metendo na análise da situação dos jornalistas, mas serve de provocação para o debate posterior.

É verdade também que nós temos notícias boas na Bahia. Por exemplo, essa agência de ciência e tecnologia, criada na Universidade, é uma inovação a nível nacional. É uma experiência muito útil, nesse trabalho de definição do

que é importante para a sociedade, com o aumento do nível de matérias sobre ciência e pesquisa que tem saído na imprensa baiana e a nível nacional.

Nós fizemos também uma experiência, um pouco amadorística, que agora está se tentando profissionalizar, com a página “Universidade e Comunidade” que passou a sair semanalmente no jornal “A Tarde”. Depois que os diretores saíram por outros motivos, está se tentando transformar, agora, numa coisa que o próprio Departamento de Jornalismo da Escola de Comunicação assuma.

Existem também algumas outras coisas, que não são para o grande público. Esse informativo da Fapex, também editado por Othon Jambeiro, tem qualidades jornalísticas, no meu modo de ver.

Agora, vamos chegando ao debate que o professor colocou.

A primeira questão: O jornalismo tem por obrigação informar rapidamente? Isso é uma grande questão, que sempre existe com o cientista, com o homem que está fazendo pesquisa. É o perigo que eu chamara de fragmentação da informação. Se é verdade que a imprensa tem de informar rapidamente, é importante que o Brasil reassuma a ideia das campanhas. Na área das ciências, acho que a última importante foi a campanha para o mercado da informática. É importante que se tenha ideia dos eixos de desenvolvimento de uma ciência, de uma pesquisa, de uma área, para que a pessoa que leia uma matéria tenha a ideia do sentido, onde é que aquilo se incorpora, se insere. É importante enquadrar, inclusive, conhecimentos prévios, históricos, uma série de informações.

Falei que não era à toa que eu tinha feito referência a esse último artigo meu sobre pesquisa eleitoral. Tem saído um bocado de análise, muito ruim, em relação à pesquisa eleitoral no Brasil. Às vezes, por desconhecimento de coisas elementares como, por exemplo, o que toda ciência política do mundo já aprovou, há muito tempo, que as classes baixas, em países como o nosso, se decidem mais tarde, demoram mais para se decidir; que a classe média e a alta decidem primeiro, porque veem mais informação, identificam o candidato que lhes interessa. Então, na hora em que você vê, por exemplo, o Medina não sair na frente no Rio, isso é uma péssima indicação, para quem tem essa informação corriqueira na área de ciência política; ou, quando você sabe que os resultados eleitorais no Rio de Janeiro, há 40 anos, seguem o mesmo

padrão, em termos de bloco de votos, dois grandes blocos de votos; um, com 60 e poucos por cento; outro com 30 e 40. Isso torna muito mais fácil prever o resultado.

O eleitor brasileiro é, como Glauco Soares colocou, num artigo muito interessante na “Ciência Hoje”, um eleitor altamente previsível. E aquela ideia que aparece nessas análises de pesquisa de opinião tem mais condição do leitor perceber a importância do sentido das coisas que existem. Isso, sem contar informações mais elementares, como por exemplo, sair no “Jornal da Bahia” que Mário Kertesz tinha 70% dos votos dos baianos, quando ele tinha 70 e poucos por cento dos que tinham se decidido até aquele momento, e que é a minoria dos eleitores. Setenta por cento de 30 significava que ele tinha, naquele momento, 20, 21% dos votos.

Então, essa importância de enquadrar em campanhas, enquadrar em eixos, você ter uma ideia do que está acontecendo, quais são as grandes linhas, os problemas centrais do futuro, que eu chamaria de “as portas do futuro”: os grande temas de discussão política e nacional e internacional em relação à ciência e à tecnologia, a questão dos recursos do mar, a questão da produção de alimentos, a questão da computação, a importância da telemática. Você precisa ter alguns eixos centrais, para não jogar um monte de informações para o leitor. Isso implicaria na importância da preparação dos setorialistas. Aí, eu perguntaria, e a Bahia? Não temos essa riqueza de 15 jornalistas no setor econômico, acho que em nenhum jornal da Bahia.

Em relação a que o jornalismo científico deve ser feito por jornalista, concordo globalmente. Mas, eu faria a pergunta: onde tantos setorialistas? Como prepará-los? Acho que pode ser uma das funções da Associação Baiana de Divulgação Científica fazer a preparação do jornalista para essa linha profissional, para trabalhar nessa área. Algumas das ideias aqui colocadas, inclusive de um curso de jornalismo científico, ou de uma matéria de jornalismo científico na Universidade, poderiam ser interessantes. Mas, eu lembraria só a questão Rogério Cerqueira Leite, que não é tão idoso quanto José Reis. Ele é um grande cientista e, hoje, no meu modo de ver, é também um dos jornalistas científicos mais agradáveis, mais interessantes de se ler. O jornalismo científico é feito por jornalista, mas deve ter algumas exceções. É interessante saber

como e quando, para também não encher os jornais de cronistas, comentaristas.

Preocupa muito o pessoal que faz pesquisa ou o pessoal da área científica, ou o pessoal da área de Ciências Sociais a concepção que havia no jornalismo de que quando o cachorro morde o homem não é notícia. É notícia quando o homem morde o cachorro. Ora, essa ideia é a ideia do exótico, do diferente, do provocativo, quando, às vezes na área política, às vezes na área histórica, às vezes na área social, reconstituir o que é o padrão, reconstituir qual é o eixo da história, lembrar o óbvio, o óbvio ululante de Nelson Rodrigues, às vezes é fundamental, nem que seja para amarrar o tal caso do cachorro que mordeu o homem no que é fundamental.

Uma outra questão é a do jornalismo nas Universidades, das assessorias de imprensa nos órgãos científicos. Gostaria de colocar como provocação o seguinte: não será que, muitas vezes, esse assessor de imprensa nos órgãos científicos, nas Universidades, não se assume como repórter? Além de querer passar o “press release”, de achar que sua função é passar isentamente, objetivamente, o noticiário da direção da entidade ou do órgão, ele não faz muito esforço em sair procurando a notícia dentro do próprio órgão. Não será que, muitas vezes, ele fica esperando que a notícia lhe seja entregue, para fazer uma matéria e distribuir? Essa é uma questão que eu colocaria. Eu acho que o jornalista deve ser também, fundamentalmente, um repórter. É claro que eu sei que isso corre risco, inclusive, de demissão. Como também acho que a luta da divulgação científica é parte de uma luta contra a dependência tecnológica, é parte do trabalho dele também fazer um pouco de propaganda.

Júlio Abramczyk – Vamos tentar ser bem rápidos, para dar oportunidade a que o pessoal do plenário possa se manifestar. Muito grato ao professor Joviniano, que é professor. Eu não sou professor. Ele falou do levantamento que fez sobre o grande índice de loucura entre os jornalistas. Tenho observado isso. É uma observação assim um pouco aleatória. Tenho observado é que, normalmente, quem vai para o jornalismo tem um pouquinho de neurose, já tem antecipadamente a neurose. Se ele não fosse neurótico,

não iria para o jornalismo. E ele, na verdade, precisa dessa neurose, porque, se não a tiver, acaba não trabalhando em jornal, porque sempre trabalha sob pressão. Tem a hora do fechamento, a hora de arrumar o material, está sempre pressionado por alguma coisa, porque precisa dar o furo, porque precisa fazer a matéria, ou por outros fatores. Pode ficar mais louco um pouquinho depois. Isso é outro problema. O problema do grande número de redatores em Economia – quando falei 15, talvez tenha exagerado, talvez até para menos. Existem até jornais, como a “Gazeta Mercantil”, que hoje atinge vários pontos do Brasil em que, praticamente toda a redação é de jornalistas econômicos.

Mas o que eu quis dizer é que, como houve uma grande demanda desse setor, de repente a economia passou a ser notícia. O dono do jornal é um empresário, como todos. Então, sentiu que o leitor estava interessado em acompanhar. Hoje, um jornal tem que ter, pelo menos nos grandes centros, um redator que vá acompanhar a bolsa, que faça a matéria sobre tendência de bolsas e tem os outros setores especialistas de economia. Quando eu falei em 15, tenho a impressão que na “Folha de São Paulo”, que conheço bem, deve ter, mas o que eu quis mostrar é que, quando comecei a trabalhar no jornal, eram dois ou três só, e hoje são 15 ou 20. Por que isso acontece? Por que a seção de esportes tem muitos redatores? É porque existe uma demanda de leitores para esse tema.

O que estamos querendo é que tenha gente habilitada para fazer essa matéria, porque ele tem que ter uma razoável formação. Não adianta nada ele entrevistar um cientista, e o homem começa a falar e diz: “bom, porque a célula...”. E ele vira e pergunta “o que é uma célula?”. Realmente, a entrevista acaba nesse momento. Ele tem que entender a linguagem do cientista e o cientista tem que estar um pouco relaxado e à vontade, para saber que está dando uma informação para quem está entendendo o que ele fala. São duas linguagens completamente diferentes. O cientista tem uma linguagem e o jornalista tem outra. O perigo de fragmentação da informação é mais ou menos isso.

Como fazer para a formação do jornalista que trabalha em divulgação científica? Acho que este problema só será resolvido pela Universidade. Esse problema tem que ser resolvido pelos departamentos de jornalismo das Escolas de Comunicação. É aí que está a solução. Tentar criar, durante o

próprio curso, entre os alunos, o interesse de fazer com que possam caminhar para essa área. Normalmente, eles põem na cadeira de Jornalismo Especializado. Talvez seja muito complicado criar uma disciplina, mas de alguma forma o que vai resolver isso é a Universidade. Estão ganhando pouco, mas é para isso que ganham.

Quanto a Cerqueira César, o problema foi muito bem levantado. É um exemplo muito bom. Cerqueira César é um físico fabuloso, extraordinário, um homem que tem uma visão política muito boa das coisas, escreve de uma forma muito agradável, mas é exceção. É exceção do cientista que foi para o jornalismo. Nem todos os cientistas conseguem se comunicar adequadamente. Muitos não conseguem nem se expressar adequadamente, porque estão no mundo deles. Estão acostumados a fazer pesquisas, publicam trabalhos científicos extraordinários, mas na hora de fazer uma comunicação um pouco mais leve, não conseguem, porque a cada afirmação sentem-se na obrigação de explicar. Na hora em que começam a explicar, se enredam todo. Esse é um problema muito sério.

Quanto aos assessores de imprensa nos órgãos científicos, realmente o problema aí já é encontrar uma pessoa certa, e pode-se encontrar uma pessoa que não seja adequada para isso, que conseguiu, através de contratos pessoais ou favorecimentos, uma posição. Mas aquele realmente que tiver interesse, que queira fazer, quem realmente trabalha bem, acaba conseguindo. A medicina está em crise, mas o médico bom sempre tem clínica. Na hora de tirar uma dúvida, o pessoal faz das tripas coração, e vai procurar o melhor médico. Esse, sempre tem a clínica. Agora, quando a ele procurar os departamentos, acho que deveria fazer isso. É uma proposta que tenho sempre feito é que, durante o próprio curso de jornalismo, durante três meses, os estudantes ficassem em um laboratório de pesquisas, e eles passariam a deixar de ter medo de cientista, porque cada recém-formado acaba tendo medo de se aproximar de um cientista. Por sua vez, o cientista também tem inibição de procurar, porque dá a impressão que está querendo fazer média, fazer autopromoção, mas na verdade precisa mostrar o que está fazendo, para que seja valorizado o seu serviço. É aí que nós entramos na área da publicidade.

O governo tem que saber que a Universidade faz pesquisa, que estas pesquisas resultam em benefício para a população. A população tem de saber

o que está se empregando em pesquisa, que são verbas realmente vultosas, que terão o retorno muito maior, a longo prazo.

José Carlos Capinam – A minha experiência com a informação científica é recente. Fiz Medicina e também lidei com a TV Educativa e fui responsável pela edição de uma revista ligada à Seplantec (Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia). Minha experiência maior sempre foi com linguagem estética. Mas vou tentar trazer algumas coisas que estas minhas últimas experiências me fizeram reconhecer como “dificuldade de informação”.

Na TV Educativa – gostaria de trazer isso aqui, porque, talvez, interesse a vocês levantar algumas sugestões relativas a isso; vou remar até em sentido contrário ao sentido da exposição matriz – quando nós chegamos lá, ainda no início da formação da TV, a pressão principal era para que fosse apresentada uma pauta de programação, ou seja, uma pauta que significasse um número de eventos programados em horário. Era que, às 12 horas daquele dia de domingo, segunda feira, etc. e tal, haveria um determinado programa preenchendo aquele espaço. Nós resistimos a esta tendência, que não era nada mais senão do que uma tentativa de passar por cima de algumas questões que as TVs educativas têm e terão, e vão ter que responder. Que é, por exemplo, a questão da conceituação entre cultura e educação. E é por esse caminho que vou tentar sair um pouquinho, porque me pareceu que, como você coloca o jornalismo científico, você está num momento de superespecialização. Uma especialização de ponta. Uma especialização fina. Quando a TV Educativa tem uma função primária, inclusive, de educar e alfabetizar, ou seja, de satisfazer carências primárias, mesmo do sistema educativo, carências básicas.

Então, nós remamos no sentido contrário. Nós remamos no sentido de superar essa divisão entre educação e cultura, que me parece, a princípio, equivocada, conceitualmente equivocada. Porque cultura fica sendo entendida como “chantilly” ou a sobremesa, e a educação como uma coisa básica, por exemplo, como o arroz que tem que satisfazer. O que me parece é que não existe nenhuma contradição entre alfabetizar, entre ensinar a ler, se for o caso, ou qualquer outro método, e promover, divulgar ideias mais elaboradas, balé,

etc. Esta dicotomia nós queríamos afastar na programação, substituindo por uma coisa que não realizasse esse conceito, esta divisão.

Quando tive que fazer a revista “Planejamento”, ligada à Seplantec, vivi grandes dificuldades, porque esta revista é basicamente de divulgação de informação técnico-científica. Uma das grandes dificuldades que tive era de contar com pessoas que pudessem corresponder aos assuntos propostos, de maneira competente, de maneira preparada e que pudessem também satisfazer algumas coisas relativas ao jornalismo, principalmente prazo. Então, a revista nunca conseguiu se manter dentro de sua periodicidade.

O professor fez uma referência relativa à quantidade de informação que você encontra nos jornais sobre futebol, por exemplo, número de especialistas. Me parece que o custo da informação científica é muito mais caro para ser produzida. Existe uma questão também econômica ligada à própria produção desse conhecimento. Se supõe que o conhecimento sobre futebol, sobre esportes e até mesmo sobre artes, para a produção destas coisas, antes da produção da informação, é muito mais barata, está ao nível quase da pessoa a quem vai se comunicar.

Quem lê as informações sobre futebol, enche os estádios. Já tem essa vivência realizada no próprio cotidiano. Enquanto que a informação científica, pelo próprio estágio de desenvolvimento do país, não circula, e a sua produção econômica é dependente, inclusive, do grau de desinformação do público. Ou seja, um profissional liberal, um médico, depende, basicamente, do seu sucesso econômico, quase que depende da ignorância sobre as doenças que o público tem. Ou seja, o saber passa a ser também uma mercadoria de venda, que ele aprende na Universidade, e constitui também um equipamento, que é vendido bem caro, cuja divulgação não interessa, a troco de custar algum prejuízo para o profissional que exercita essa profissão. Não sei se está sendo claro o conceito. Estou também sacando agora o conceito.

A informática, por exemplo, mesmo sendo uma coisa recente – o meu filho domina muito mais informações sobre informática do que sobre doenças, por exemplo. A televisão atende essa expectativa, com programas. No domingo, existem dois programas de televisão sobre informática, um pela manhã, na Globo, um à noite, na Bandeirantes, ensinando como é. E é uma coisa muito recente, difícil, e não se hesita de se fazer essa coisa, por quê?

Porque me parece que a economia dessa coisa depende da compra de equipamentos. Quer dizer, o equipamento tem que ser distribuído mesmo, tem que ter usuários para comprar computador e usar essa coisa. Então, me parece que tem um interesse imediato de realização dessa economia, coisa que não se tem em Medicina. Por exemplo, ninguém vai comprar um estetoscópio ou uma outra coisa, para se atender a si mesmo. Essas coisas estão bem ligadas. Quer dizer, o processo de produção desses conhecimentos.

Retomo também ao papel de importância da Universidade, voltada para a produção do conhecimento que pudesse ter um impacto social, poderia também servir para difundir esses conhecimentos com mais interesse. Faço esse raciocínio, mas acho que a difusão de conhecimentos, tanto médico ou seja lá o que seja, ajudaria a cada profissional, individualmente, mas com certeza economizaria o setor de saúde para toda a população.

Nós estávamos discutindo, em São Paulo, agora, como fazer para o Inamps e o seu serviço pudessem ser entendidos melhor pela população, e aí se pudesse reverter o comportamento médico que atende nesse serviço, e isso pudesse também servir à divulgação não só do Inamps como de outros conhecimentos científicos. É bem difícil fazer isso. Porque teria que se contar também com uma modificação da cabeça do médico e do seu comportamento. O médico auxilia muito este estado de coisas. Esta coisa do Inamps dependeria muito da modificação do comportamento do médico, e não só do usuário. É um sistema complexo. Acho que tem que se remeter a outras coisas, porque ele não vai se resolver somente aí, nesse nível. Ele vai ter que resolver nas outras coisas, na própria formação de conhecimento, no próprio sistema de formação de conhecimento, ou seja, na Universidade.

O problema da saúde pública, nós tivemos aqui um caso, no Departamento de Medicina Preventiva, em que experimentalmente se tentou tratar uma comunidade, no município de Muniz Ferreira. Essa experiência é muito interessante, porque é crítica, em relação a duas abordagens anteriores sobre a xistossomose. Uma abordagem que antes se tentou fazer, acho que até em termos de programa. Tentou-se combater a xistossomose curando o paciente. Isso foi feito em massa, e não resultou em nada, porque o paciente se mantinha no mesmo nível, se infectava novamente, e retornava o ciclo da doença. Posteriormente, tentou-se quebrar o elo, no sistema da própria

doença, que era o caramujo, o transmissor, e se jogou pesticidas em rios. Isso resultou em algumas catástrofes ecológicas, e que não se conseguiu debelar o problema.

Então, o Departamento fez um outro projeto, que não eliminava estas hipóteses, mas, incorporava um grande esforço de comunicação, um esforço cultural, que seria alfabetizar, levar cinema, teatro, fazer um jornal, fazer comunicação à distância, pelo rádio, com essa população, tentando-se modificar o comportamento e trazer outras medidas como saneamento, etc. Não sei o resultado dessa experiência, mas me parece que ela era muito importante e refletia sobre esse problema da desinformação da população sobre o seu próprio estado, a sua alienação biológica e social.

Na TV Educativa, minha experiência foi de não contar e tentar reverter esse quadro de especialização, e não contar com o jornalismo científico, mas tentar fazer uma coisa que trouxesse todos os esforços para um esforço único, sem dicotomizar, sem distribuir para educação e cultura valores diferentes, nem entender essas coisas que partem de princípios, conceitos formulados equivocadamente. Educação não é nada mais que um momento da cultura, e, como tal, deveria ser vista de uma outra forma.

Essa outra coisa sobre economia na produção eu gostaria também de trazer como uma questão fundamental dessa raridade da informação científica nos meios de divulgação, dessa dificuldade também.

Minha contribuição é essa, somente quase como provocação.

Sérgio Brandão – O tema jornalismo científico daria para a gente ficar o dia inteiro aqui, mas como a gente tem um limite, vou procurar resumir as ideias. Um aspecto da palestra do Júlio que me interessa, particularmente, é o da formação do jornalista científico. Inclusive, acredito que uma boa parte dos que estão ouvindo a gente seja de estudantes de jornalismo.

Acredito na necessidade de complementação para a formação do jornalismo científico. Um contato com o pesquisador, eu diria que é fundamental, porque é muito difícil, com a própria estrutura dos cursos de jornalismo, hoje, no Brasil, se esperar que o jornalista recém-formado tenha já condições de falar sobre engenharia genética ou mostrar uma pesquisa na

área de metalurgia, ou de Física, ou de Biologia. Então, acho que um contato com o pesquisador, na formação do jornalista científico, é muito importante e deveria ser levado em conta pelas pessoas que estão encarregadas dos programas dos cursos de jornalismo.

Mas a minha área é televisão. Anteriormente, eu trabalhei com rádio, no jornalismo científico também. Então, eu queria puxar um pouco essa asinha, para o lado da televisão. De certa forma nossa experiência aqui se complementa, a de todos nessa mesa. O Júlio há muito tempo se dedica ao jornalismo científico, no jornal “Folha de São Paulo”. Acho que depois do José Reis, ele é a maior autoridade, hoje, no Brasil, em jornalismo científico.

Mas a televisão, como todo mundo sabe, e acho que é redundante a gente ficar falando, tem um alcance sem limites, praticamente. O jornalismo científico, através da televisão, é uma experiência nova. “Globo Ciência” fez um ano na semana passada, transmitido todos os sábados, abordando praticamente todas as áreas da ciência. Nós fizemos o programa cobrindo desde problemas de malária à tecnologia de aviação, até Antropologia. São pouquíssimas áreas em que o Globo Ciência não entrou. Não me ocorre nenhuma. E fazendo jornalismo científico para a televisão e o rádio, você tem que ter uma preocupação talvez diferente da do jornalista científico que vai trabalhar em jornal. É que em televisão o público é muito diversificado. No jornal você pode escolher a coluna que mais lhe interessa e pode selecionar os artigos que vai ler e os que vai ler só o cabeçalho.

Em televisão a preocupação com a linguagem é fundamental. O jornalismo científico já tem esta necessidade de saber explicar, procurar traduzir, como o professor Júlio falou, para o leigo aquilo que o cientista está fazendo. E na televisão você tem que ser ainda mais cuidadoso com isso, porque senão você vai fazer um programa que ninguém vai entender nada e não vai ter nenhuma utilidade. Então a linguagem é importante e também a gente busca mexer com aspectos da natureza humana que é, por exemplo, a curiosidade que todo mundo tem. A televisão, quando a gente vai tratar de uma questão da área de ciência em televisão, a gente tem que apelar um pouco para a curiosidade, para aquele trabalho de detetive, do pesquisador e a informalidade, porque o cientista tende, justamente porque não está acostumado ao contato com o público, tende a ser formal nas entrevistas.

Então o jornalista que vai trabalhar em televisão e quer fazer matérias na área de ciência, tem que fazer uma preparação, um bate-papo antes com o pesquisador e descontraí-lo e alertá-lo de que vai estar com um público muito diversificado e que precisa ser informal.

Um outro aspecto que é uma questão também fundamental, que os redatores de jornal talvez aleguem é: para quem nós vamos fazer o jornalismo científico? Será que há interesse do público por notícias da ciência? Todo mundo sabe que é importante a questão da independência tecnológica, mas nós vamos fazer, vamos publicar notícias que ninguém vai ler, ninguém vai se interessar? Bom, na minha experiência de seis anos fazendo um programa de ciência transmitido para o Brasil pela BBC de Londres, chamado Ciência em Perspectiva, e na TV Globo e mais recentemente no Globo Ciência, é grande o número de cartas que a gente recebe do Brasil inteiro, já desde a época da BBC de Londres, cartas que chegavam para esse programa de ciência, era o programa que mais recebia cartas no Brasil.

Na TV Globo, trabalhei no Globo Repórter e no Fantástico, agora no Globo Ciência. A quantidade de cartas que chega do Brasil inteiro, de todas as camadas sociais mostrando curiosidade em querer saber, em querer se informar sobre coisas da medicina, da ciência, é realmente muito grande. Inclusive trouxe aqui, se alguém tiver interesse de ver, cópias Xerox de cartas que a gente está recebendo semanalmente para o Globo Ciência. Em média a gente recebe umas 30 cartas. Se se tinha dúvida se há interesse do público sobre o que se está fazendo em termos de pesquisa científica, deixa de ter dúvida, o interesse é generalizado.

E por último eu queria falar do papel futuro da televisão. Estamos ainda começando a fazer jornalismo científico pela televisão de uma forma sistemática, semanal, inclusive temos uma boa notícia, é que parece que a TVE está começando com um programa agora chamado Ciência Hoje e a TV Manchete também está começando com um programa que vai ser Manchete Ciência, então vão ser mais dois programas regulares de ciência na televisão. Mas eu vejo o papel da televisão ainda muito maior na medida em que a televisão for se democratizando e forem surgindo as TVs locais e regionais. Isso já acontece nos Estados Unidos, na Europa. Aí entra o papel do jornalismo local e dentro do jornalismo local, o jornalismo de ciência local para atender a

problemática da região, os problemas da localidade ou da região, vistos pela ótica do pesquisador que está resolvendo o problema dali. Então as pessoas hoje que estão fazendo o curso de jornalismo podem ter certeza de que o mercado de trabalho vai se expandir nessa área e especificamente que pensem na televisão como um meio que está aí para ser usado, que precisa ser mais explorado.

Othon Jambeiro – Vamos então agora abrir o debate aos demais participantes. A Matilde já está levantando o braço. Como está sendo gravado, Matilde, você vai ter que fazer um sacrifíciozinho e vir até aqui à frente para pegar um microfone que vai levar a sua voz à fita. Isso vale para todos os demais. É que nós vamos publicar os Anais e tudo está sendo gravado. Então toda pessoa que quiser perguntar alguma coisa chega até aqui e pega o microfone.

Matilde Schinitman – Tenho algumas colocações muito rápidas para fazer sobre a questão do jornalista na assessoria. Acho que a gente tem hoje uma visão extremamente distorcida, inclusive o próprio jornalismo dentro da assessoria. Acho que foi uma função criada exatamente num período de ditadura, para cercear a informação, e o jornalista hoje de assessoria já chega achando que é para aquilo que está ali, para cercear a informação. Não se dispõe a realmente mostrar o que aquele órgão está fazendo, independente de ser Estado ou não. Existem coisas positivas e boas que valem ser divulgadas e ele espera ser comandado, fazer somente o “press release”. Isso é uma coisa que a gente tem que pensar, porque há uma distorção nisso e isso vai tender a mudar.

A questão também em relação ao repórter que chega para um cientista e faz perguntas terríveis que a gente mesmo de cá assistindo fica envergonhada. Acho que é um pouco também um problema interno dos jornais, onde o pauteiro não tem informação, onde o editor não tem informação e o chefe de reportagem não tem nenhuma informação, nem conta com biblioteca e arquivo. Então o repórter é solto: “Vai procurar fulano de tal”. Não tem absolutamente nada para informar ao repórter que vai buscar o óbvio evidente.

Agora o que eu estou mais preocupada é essa questão de ciência e tecnologia. É um trabalho que tem que começar a ser desenvolvido, porque da mesma forma que economia, não se falava de economia, não se entendia de economia como uma coisa explicativa do problema da sociedade. A sociedade tem que ganhar consciência de que ciência e tecnologia é tão importante compreender, participar e se posicionar diante disso quanto diante da economia. Isso é uma coisa que tem que se ganhar. É uma coisa que tem que estar presente em toda pessoa que estiver fazendo isso, porque acredito que não baste informar que está acontecendo isso ou aquilo. Essa informação tem que ser inserida no contexto maior, no contexto político. Ela solta realmente não vai dizer muito, o que eu acho que é um pouco o pecado da televisão onde a coisa é muito solta, é jogada. A informação dentro de um contexto político permitiria que as pessoas começassem a ganhar essa consciência.

Suzana Varjão – Quanto a essa questão da imprensa na área da ciência e tecnologia vejo hoje se abrir mais a discussão em torno disso. Acredito que exista um grande buraco, uma grande falha, não se tem uma experiência consistente no Brasil nesse sentido, e eu acredito que o problema esteja basicamente centrado em dois eixos. Um que seria a questão da especialização propriamente dita do profissional e a outra que seria a inserção dessa questão no mercado, na sociedade como um todo. Não seria nem no mercado de trabalho. A questão da especialização seria uma coisa simples cujos problemas não são diferentes da especialização quanto a área da economia, da política, ou seja jornalismo político, jornalismo científico, até cultural, de arte, etc. Mas a questão da inserção, como é que isso seria feito, de que forma, onde é que está o erro? Não sei se erro, não sei se o termo exato é este. Mas onde é que está a falha? E esta é inclusive a grande questão que eu queria colocar.

Acredito que a coisa teria que passar primeiro por descobrir onde é que está isso, onde é que está essa falha, para se conhecer as causas mais a fundo, abrindo debates e propondo uma postura, uma política nativa nesse sentido. Não sei se estou sendo clara.

Eu acredito que já esteja começando a coisa a se descortinar nesse sentido. Existe inclusive uma bolsa do CNPq. Falo isso porque acredito que

uma solução seria uma política do estímulo por parte dos órgãos de incentivo à pesquisa. Existe uma bolsa de jornalismo científico, especialização em jornalismo científico da qual eu só tomei conhecimento particularmente por trabalhar em conjunto com o Othon. Acredito que inclusive aí haja uma falha, porque acredito que muita gente na Escola de Comunicação gostaria de entrar nessa área, mas não se tem informação, não se conhece essas coisas. Eu tomei conhecimento dessa bolsa de jornalismo científico, escrevi e fiz um projeto de pesquisa, só que eu não sei nem como é que anda isso.

Então eu pergunto: é por aí? Inclusive nesse projeto eu proponho que se faça uma análise quantitativa e qualitativa das notícias sobre ciência e tecnologia que são veiculadas nos quatro grandes jornais de Salvador, porque acho que afora as raras experiências que existem inclusive na área da televisão, uma das áreas super falhas é a do jornalismo impresso. Se a gente for ver a quantidade de matérias veiculadas sobre ciência e tecnologia nos grandes jornais, na grande imprensa, a gente vai ver que é pouca coisa, muito mal feita. Acredito que vá encontrar resultados assim parecidos com o que eu penso. E nesse projeto eu também proponho que se inclua, não sei se uma cadeira, mas pelo menos dentro de alguma cadeira, dentro de alguma matéria o jornalismo científico. É esse questionamento que eu quero colocar. Não sei se é por aí somente, ou seja jogar para a área da formação do jornalista, da Escola de Comunicação. Não adianta a gente formar o profissional e jogar num mercado que não vai ter retorno. Não tem infraestrutura nenhuma. Eu queria colocar justamente esse questionamento: se passaria somente pela questão da formação do jornalista em si, do profissional de comunicação ou se seria a questão mais de uma política de inserção dessa questão dentro da sociedade.

Lélio Rafanelli – Sou Assessor de Imprensa do CNPq e ele foi citado várias vezes. Parece que ele está na berlinda hoje. Eu queria dizer que ciência e tecnologia, para o CNPq, é o dia a dia da nossa vida. Não é coisa de sobrenatural. É uma coisa que acontece toda hora com a gente.

Na Assessoria de Imprensa, por exemplo, nós queremos só trabalhar com jornalistas, porque existe inclusive um órgão no CNPq que quer botar um cientista fazendo jornalismo científico. Sou frontalmente contrário a essa coisa. Numa visita que fiz a um Estado o Governador colocou um ex-deputado como

Assessor de Imprensa. Fiquei cético quando vi o ex-deputado, uma pessoa de prestígio, mas que não entendia de jornalismo. Quando perguntei se ele ia convocar a imprensa, não conhecia jornalista nenhum. Aí perguntei: “mas você é jornalista?” Ele disse: “não, sou ex-deputado”.

Na nossa profissão existe muito isso, muita gente que não está habilitada escrevendo. A folha de São Paulo apresenta sempre um artigo escrito pelo Jarbas Passarinho, Fernando Henrique Cardoso escreveu muito. Veja bem: eles sabem escrever, conhecem todos os assuntos, mas não são jornalistas. Apesar de não trabalharem no dia a dia do jornal, estão tirando a função de um jornalista. Estão ocupando um espaço que deveríamos ocupar.

O jornalismo científico, para nós o CNPq, é uma coisa como fazer esporte, como fazer a cidade, como fazer política. Tenho a impressão que é só questão de tempo: o jornalismo científico tende a crescer muito e muito mesmo, com a ajuda da televisão, com os jornais hoje dando espaço. O que nós pretendemos no CNPq é tornar o jornalismo científico um jornalismo do dia a dia. Nós lá não mandamos matéria para colunas especializadas, nós mandamos para o dia a dia do jornal. Todos os jornais recebem o nosso noticiário como se fosse assim um acontecimento do dia a dia, uma coisa normal dentro do jornal.

E quanto à colocação da colega que não sabe se o CNPq dá ou não bolsa de estudo, a função do CNPq hoje, com vem sendo há vários anos, é a formação pós-universitária, pós-graduação, mestrado, quem estiver interessado é só se dirigir ao CNPq. É só encaminhar, por nosso intermédio inclusive. Não tem problema nenhum. Podemos ajudar em qualquer coisa. O CNPq está pronto a colaborar nesse ponto. Muito obrigado.

Carlos Ribeiro – O jornalista Júlio Abramczyk, que me esforço para não chamar de professor, colocou uma questão da tensão que há entre jornalista e cientista. Isso eu puder ver recentemente com a visita de um Prêmio Nobel ao Museu de Ciência e Tecnologia, onde trabalho como assessor de imprensa. Ele deu uma entrevista a uma repórter na qual, acompanhado de um outro cientista brasileiro, estava já com uma certa má vontade para dar essa entrevista. Ele havia ganho o prêmio Nobel com um trabalho sobre elementos da Química Orgânica aplicados em Química Inorgânica e a jornalista quis que

ele explicasse em poucas palavras o que significava isso para que ela escrevesse. Essa pergunta dela irritou bastante o cientista. Ele achou um absurdo que pretendesse que ele explicasse o resultado de um trabalho longo, numa área com essa, em poucas palavras. Isso criou uma tensão entre a jornalista e o cientista, que impediu até a continuação do bate-papo para que se pudesse transmitir essa informação, para que pudesse transmitir exatamente o que ele era, para que não ficasse apenas uma coisa vaga.

O que deu para perceber é que existe na realidade uma sensibilidade muito grande para o profissional que trabalha nessa área para que ele possa atingir, para que ele possa criar um diálogo com o cientista, para que possa servir como canal de veiculação dessa informação para o público, porque nem sempre a informação é uma coisa que possa ser explicada, possa ser passada em poucas palavras, com o espaço que há nos jornais para se passar. O que sinto no meu trabalho no museu é que há uma tensão muito grande aqui, não exatamente entre o cientista e o jornalista, mas entre o assessor de imprensa e os próprios jornais e a própria imprensa. A dificuldade que há para que se possa sensibilizar os próprios diretores dos jornais, a própria direção, os editores, da importância dos eventos que são realizados.

A importância das discussões que são realizadas e que devem ser passadas para o público é uma coisa extremamente desgastante, porque o que a gente vê diariamente na imprensa são páginas inteiras dedicadas à música popular brasileira, que é muito importante, como são também muitos outros assuntos, mas que muitas vezes se tornam repetitivos, enquanto que outros assuntos que poderiam ganhar pelo menos um terço daquele espaço, não ganham, não sai, ou quando sai é apenas uma nota muitas vezes reduzida e na qual não há interesse da pesquisa naquela informação.

Eu particularmente não acho vantagem para mim, escrever release e mandar para jornal, mas mandar uma matéria pequena já, porque sei que aquelas matérias que irei mandar vão ser publicadas não na íntegra, mas com cortes.

Quero aproveitar a oportunidade da sua presença aqui, com a experiência que tem nessa área, para compreender como se pode, como se ganha esse espaço na imprensa. Como fazer para que isso não se torne uma coisa desgastante que dá a impressão de ser até uma coisa inviável ganhar

esse espaço diante dos jornais. Acredito que no sul do país a situação deva ser diversa.

Agostinho Muniz – Sou contra a expressão jornalismo científico, principalmente nesse conceito, nesse entendimento que vem sendo dado, de alguma coisa especializada, de alguma coisa especial. Não sei mesmo que tempo de vida têm os programas no caso do Globo Ciência, os programas e as sessões especializadas na imprensa em ciência e tecnologia. Acho que deve ter muito pouco. E vejo a impropriedade disso porque trabalhando em assessoria de imprensa há quase 20 anos e sempre ligado a instituições de pesquisa em ciência e tecnologia, a gente sente que houve momentos em que a informação saída dessas instituições, relativamente, tinham mais espaço, ou mais facilmente ganhavam espaço no jornal, na imprensa.

De um tempo para cá isso vem diminuindo, porque tem diminuído na imprensa o espaço específico de informação de ciência e tecnologia.

Acho impróprio que num veículo de comunicação social, se queira fazer informação especializada. O veículo de informação social deve conter matérias, seu conteúdo deve ser aquele que interessa à população, à sociedade. Evidentemente que o esforço aí será o seguinte: se a gente tem a informação de ciência e tecnologia, verificar realmente o que é que interessa à comunidade saber, o que é que a comunidade também está interessada em saber. Muitas vezes as instituições estão interessadas em se promover. Tem havido muito isso. Na verdade há uma pressão sobre as assessorias de imprensa para produzir um material de informação, ou conseguir os espaços nos veículos de comunicação social que são mais de promoção da instituição do que propriamente do que interessa ao veículo e à comunidade a ser informada.

Eu queria discutir isso um pouco porque o que mais me provocou aqui foi essa questão de assessoria de imprensa, principalmente nas Universidades. Essas assessorias de imprensa, que inclusive agora vêm sendo questionadas em encontros nacionais dos jornalistas das assessorias de imprensa das Universidades, não são propriamente das Universidades. Foram caracterizadas durante todo esse tempo como assessorias de imprensa, assessoria de comunicação social das reitorias. Na discussão nacional dos integrantes dessas assessorias, a compreensão é de que na verdade não deve ser da

reitoria, deve ser da Universidade. Mas o único caso que a gente conheceu, pela informação que se teve nesses encontros nacionais, é da Universidade Católica de São Paulo, que passou a assumir realmente um papel de assessoria de imprensa da Universidade como um todo e não da reitoria. É evidente que começaram a surgir choques sérios com o reitor e com a direção da reitoria, e continua havendo. O jornal produzido pela assessoria de imprensa da Universidade Católica de São Paulo parece um jornal de oposição à reitoria, à Universidade. A crítica é aberta e tem um largo espaço.

A gente tem uma série de dificuldades no problema de estruturação de uma assessoria de imprensa criada pela reitoria, funcionando para a universidade. É que as unidades sendo autônomas, não influem na estruturação, na formação, na escolha do assessor de imprensa, porque aí teria que haver um processo de eleição. Todos os diretores de unidade votando para escolher o assessor de imprensa. Como não há essa participação das unidades, de um modo geral há uma certa reação de algumas unidades quando o assessor de imprensa assume esse papel mais de comunicador social. Quer dizer, as unidades também estão acostumadas aquele controle, aquela censura da informação.

O papel do assessor de imprensa em relação à reportagem, tocada aqui por Matilde, me parece que precisa realmente uma discussão muito séria do assessor de imprensa. Como ele deve funcionar nessa função intermediária que tem entre a instituição, entre a Universidade e a imprensa. Isso precisa ser rediscutido, ser reformulado, ser refeita essa análise.

Quería tocar em alguns pontos sobre a experiência que tenho tido da informação de ciência e tecnologia. A gente tem feito um esforço para que essa informação saia como a informação social e não como informação especializada. Quer dizer, ser dado tudo aquilo que interessa à sociedade, que desperte o interesse na sociedade, que seja útil para a sociedade e não para a instituição onde a gente está trabalhando e não talvez até para o objetivo de promoção e divulgação do pesquisador, do trabalho de ciência e tecnologia, porque esse não é o papel, não me parece ser corretamente o papel do veículo de comunicação social.

Dr. Júlio falou sobre a censura dos pesquisadores uns aos outros. É uma comunidade extremamente crítica para combater os que aparecem, os

que têm oportunidade, por estarem fazendo alguma coisa terem alguma destaque na imprensa. Esse negócio é extremamente acirrado e hoje nas instituições onde trabalho – trabalho também no Centro de Pesquisa de Desenvolvimento (Ceped) – existem alguns pesquisadores importantes que podem dar boa informação social, informação que vai interessar à comunidade. Esses pesquisadores muitas vezes criam obstáculos, resistem um pouco a dar informação por causa dessa censura dos colegas e do ônus que tem a divulgação científica e tecnológica por um veículo de comunicação social que não tem a precisão científica, que não tem por que fazer um tratado. A gente, quando prepara uma matéria, não faz um tratado de ciência e tecnologia. É devido a algumas imprecisões, e incorreções, às vezes na informação às vezes na linguagem jornalística da informação científica, que os pesquisadores resistem de um modo geral.

O Dr. Júlio me perdoe também. Ele parece que acha que o curso de jornalismo científico seria somente para jornalistas. Bom, de habilitação sim, mas na verdade seriam cursos de preparação e a gente tem pensado nisso em termos de Seminário interno, de preparação do pesquisador para que ele forneça corretamente a informação, conheça as técnicas de comunicação para que na hora em que vá transmitir a informação científica, diga realmente aquilo que interessa ser dito e não se perca em detalhes e em precisões técnicas e científicas que não vão na verdade interessar à comunidade, ou que pelo menos a comunidade não está em condições, não está preparada para entender. Ele tem de ter este preparo, ter este conhecimento da técnica de comunicação.

A gente tem pensado nisso e isso foi uma coisa discutida na reunião de jornalismo das assessorias de imprensa das Universidades com o representante do CNPq. O CNPq pensava realmente em preparar cursos de jornalismo científico. Que pensasse muito nessa participação conjunta de jornalistas, cientistas e pesquisadores, porque o que a gente está precisando melhorar na informação científica é exatamente a melhor técnica para que a comunidade como um todo compreenda melhor. Não creio na exigência da especialização do jornalista, mas é uma coisa de composição entre o jornalista perceber o que é a informação científica e o cientista perceber o que é a informação jornalística.

Othon Jambeiro – Não há mais pessoas inscritas. Vou então passar a palavra aos membros da Mesa, começando pelo Júlio.

Auditório – Gostaria só de contrapor dois pontos colocados aqui por Agostinho, dois quais discordo radicalmente. Primeiro é a questão que ele colocou de que o jornal, veículo de informação deve ser somente de interesse social. A discordância não é essa. Eu concordo completamente com isso. Quem foi que disse que ciência e tecnologia não é do interesse da sociedade? Isso é facilmente comprovado pelo que nosso colega aqui colocou das cartas todas que chegam a respeito do programa, querendo maiores esclarecimentos. De que forma isso vai ser feito, se ele não vai ser deturpado, isso aí não é problema específico dessa área. Segundo é sobre a questão dos cursos serem para adequar os cientistas e não para os jornalistas. Discordo também completamente. Assim a gente iria preparar também políticos, preparar economistas, para serem jornalistas, onde é que está o campo do jornalismo nisso aí?

Agostinho Muniz – As três colocações foram mal entendidas por ele e provavelmente eu me expressei mal. Vou ser bastante breve. Parece que é bastante fácil corrigir isso. Não concordo é com transformar um veículo de comunicação social em um veículo de divulgação de matérias especializadas. Acho que veículo de comunicação social não comporta matéria especializada revestida e encapotada de coluna de ciência e tecnologia. Acho que as sessões de economia que cada vez mais se aprofundam e se especializam não são apropriadas para veículos de comunicação social, são para publicações especializadas. Acho que toda a informação social deve ser colocada ao nível de entendimento do povo e nunca fazer coisas especializadas. Uma coluna de ciência e tecnologia com matéria especializada, numa linguagem que o povo não entende, evidentemente que não adianta de nada se usar por exemplo um jornal para uma divulgação dessa.

Agora o outro problema que você levantou do curso conjunto, uma participação de seminário de atualização e de treinamento de cientistas e

jornalistas para que se consiga uma melhor adequação da linguagem da comunicação social. Esse ponto que também foi afirmado por mim você entendeu mal aí.

Othon Jambeiro – Vou passar então a palavra a cada um dos membros da Mesa, começando pelo Júlio.

Júlio Abramczyk – Vamos começar do fim para o princípio. E essa é uma técnica também que ocorre muito com o cientista. O cientista prepara o seu trabalho, mostra como fez a pesquisa, apresenta os resultados, faz as discussões e no fim tem as conclusões. No caso é o que a gente pode considerar de pirâmide invertida ou lead do cientista. É a conclusão e o nosso lead é o princípio.

Achamos que o jornalista é para escrever sobre tudo. O problema que nós levantamos, em termos de jornalismo científico, é um jornalista que tem que aprender algumas noções para poder conversar com o cientista, é uma discussão que nós já tivemos muito lá em São Paulo, inclusive com o pessoal da velha guarda. O Cláudio Abramo, que foi diretor da Folha de São Paulo por mais de 10 anos, e está lá ainda hoje, acha que não tem que ter redator especializado de coisa nenhuma em jornal. O jornalista é para escrever sobre tudo. O que acontece é que na área da ciência e tecnologia, ele tem que ter um certo conhecimento para entender, para depois explicitar, decodificar. É isso que nós estamos falando. O fato de ele ser jornalista científico, a semana que vem ele pode mudar, pode ir para economia, mas vai ter que aprender noções de economia para poder se tornar legível. É apenas isso.

Tenho a impressão que o Agostinho falou que é contra o termo jornalismo científico. Nós não temos nada que ele seja contra. Existe o jornalismo econômico, é uma denominação que acabou pegando e ficando, e é no mundo inteiro. Nos países de fala hispano-americana é o periodismo científico. Isso acabou ficando, mas podia ser apenas o jornalista que escreve sobre divulgação de ciência, como tem o repórter ou o redator de política, o jornalista político, qualquer coisa assim. O próprio Castelinho, um dos melhores jornalistas políticos no Brasil, nem por isso ele é político, assim como o

jornalista científico jamais será um cientista, ele apenas vai mastigar, tornar legível a leitura de um fato.

Quanto ao cientista estar a aprender técnicas de se comunicar com o jornalista, acho isso formidável. Acho também que eles poderiam ir mais. Isso é muito louvável, um exemplo até a ser seguido. A Universidade poderia até ensinar ao cientista a aprender a escrever para o grande público. E ele poderia fazer e há uma saída na lei de imprensa. O cientista pode escrever em jornal. É por isso que o Cerqueira Leite está escrevendo na Folha. Cientista pode escrever sobre a sua área de trabalho. O que ele não pode é tirar o lugar onde o jornalista trabalha. Se ele escrever sobre aquilo que ele está pesquisando, muito bom. Einstein também escreveu no New York Times o resumo do trabalho dele. Conseguiu fazer uma coisa formidável, ninguém até hoje escreveu tão bem, em tão poucas linhas. Ele não escreveu mais do que 10 linhas sobre a Teoria da Relatividade, e muito bom, está ótimo, mas é sobre aquilo, senão não sobra nada para o jornalista profissional.

Quanto à afirmação de que está diminuindo o espaço para a divulgação nos jornais, não concordo muito. O que está acontecendo é que este espaço está pulverizando. Magali Izuva, que é de Brasília, do CNPq, fez um trabalho muito interessante sobre o volume das matérias publicadas sobre ciência e tecnologia. Ela verificou que a informação sobre ciência e tecnologia ocupa 5,5% do espaço diário dos jornais no período pesquisado. Isso são informações sobre ciência e tecnologia. As seções de divulgação científica são outra coisa: eram veiculadas uma vez por semana, seções especializadas saem uma vez por semana. Mas o material, a informação sobre ciência e tecnologia sai todo dia, está pulverizado. Das 475 matérias que ela analisou, 91,3% eram de responsabilidade de jornalistas profissionais.

Há também um levantamento feito por Mário Erbolato, professor de jornalismo na Universidade Católica de Campinas, São Paulo, e durante um debate que nós organizamos no Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo, ele mostrou que realmente a ciência aparecia sob as mais diferentes formas, desde um pirulito até matéria mais ampla como, por exemplo, transplantes ou outras coisas, mas sempre fora das sessões especializadas. Quanto às assessorias de imprensa, realmente elas têm os seus problemas particulares e nisso nós não entramos. São problemas realmente desse grupo

específico. Inclusive eu tenho a impressão até que já estão organizados em entidades, em São Paulo já há um grupo.

O nosso problema é que queremos apenas que o assessor de imprensa facilite e encaminha o repórter de um jornal que chega na Universidade e diz: “olhe, eu tenho que falar, tenho que entrevistar alguém sobre esse tema”. Ele deve dizer: “olha, tem fulano que é muito bom para isso, ele está pesquisando isso, ou está trabalhando isso e vai falar bem”. É essa a função que nós entendemos de um assessor de imprensa, de aproximar o jornalista do cientista. Ele não precisaria fazer o press release, mas a verdade é que realmente muitos dos responsáveis maiores pela Universidade ou por algumas reitorias entendem que o assessor de imprensa tem que falar bem do reitor, tem que fazer uma promoção pessoal dele e começam a surgir os problemas. Nós achamos que as assessorias de imprensa das Universidades poderiam fazer anualmente um quem é quem das Universidades: professor fulano de tal está pesquisando isto e isto, em três linhas e quem quisesse maiores detalhes entraria em contato com o assessor de imprensa, que faria o contato.

Aí a assessoria de imprensa não teria que mandar material nenhum para os jornais, a assessoria de imprensa não tem que trabalhar de graça para proprietário nenhum de jornal, quem tem de trabalhar é o jornalista. O assessor de imprensa fornecendo este material gratuitamente, fica muito fácil fazer um jornal com base em press release.

Em relação ao Lélío, que falou rapidamente sobre o problema dos colaboradores da Folha. A Folha está num projeto muito amplo de aceitar que toda a comunidade participe e emita as suas ideias. Mas isso também não quer dizer que esteja restringindo o mercado de trabalho. O próprio fato do Jarbas Passarinho continuar escrevendo na Folha uma vez por semana para emitir os seus conceitos, é uma oportunidade de um jornal permitir que alguém que já teve poder, e agora não está mais no poder possa continuar manifestando as suas ideias. A sociedade tem o direito de saber as suas ideias. É uma abertura, é um programa da Folha, acho isso válido, pode ser que haja críticas contra isso, mas isso também não restringe o mercado de trabalho. Os temas que ele aborda representam o pensamento dele ou do grupo que ele representa. Devemos também tomar conhecimento desse tipo de pensamento. Acho válido.

A Suzana falou particularmente sobre a formação do jornalista científico. Acho que só se aprende jornalismo científico trabalhando. Então tem que realmente trabalhar, errar, e vai errar muito, até que entre num ritmo de ter as suas fontes. Essas fontes ele poderá acordar a qualquer hora do dia ou da noite. Por exemplo, o prêmio Nobel de Medicina esse ano foi para quem fez trabalho sobre colesterol. Telefonei para uma das minhas fontes e me deu alguns dados. A gente tem que ter as fontes e só acaba tendo as fontes depois de trabalhar muito tempo e experimentar e ter as suas fontes confiáveis, porque vão surgir fontes que também vão poder nos pôr em alguma fria.

Gostei muito também do que a Matilde falou, porque hoje todos falam em economia. Todos falam em economia porque os jornais passaram a dedicar um espaço maior, as televisões também passaram a ter programas de televisão sobre economia, todo jornal tem realmente um ou dois redatores ou editores de economia em seus programas. O Sérgio Brandão foi muito gratificante ouvi-lo falar e principalmente saber a repercussão que tem a rádio e a televisão em termos de divulgação científica, porque o retorno está se mostrando muito bom e é uma das coisas que pode atingir locais onde a imprensa não chega. Acredito que muito mais difícil do que fazer jornalismo científico em jornal, revista ou televisão é fazer no rádio, porque ele tem que realmente se explicar muito melhor. Acho muito difícil, fiquei realmente muito contente. Agora há um problema em relação à TV. Um dos programas pioneiros de divulgação científica pela televisão foi da TV Educativa do Rio de Janeiro. Em 1981 já tinha feito 15 programas seguidos, então a TV Educativa resolveu pôr esses programas mais ou menos para meia noite. No Rio de Janeiro essa hora o pessoal está no barzinho, então não deu lbope. Acabaram com esse programa por falta de lbope. Foi muito lamentável.

Quanto ao Capinam, gostei muito dos seus conceitos, principalmente quando falou sobre processo de produção de conhecimento, que irá produzir um impacto. E este impacto ele exemplificou com a desinformação da população com relação à xistossomose. Aí a gente entra em um outro problema. Nós temos que fazer uma notícia que faça com que o leitor a leia. Vou dar um exemplo sobre a xistossomose. Aqui na Bahia o professor Carlos Luz era um cirurgião que inventou um método de filtração do xistossomo para resolver o problema das pessoas afetadas. Isso é notícia, um brasileiro bolou

um sistema de filtrar e tirar os bichinhos de circulação. Viemos aqui para Salvador há muitos anos, já fazem uns 15 ou 18 anos, para fazer essa matéria. Pusemos algumas coisas sobre educação sanitária ou educação e saúde para o grande público, mas é uma matéria só, isso realmente teria que ser repetitivo e repetido muitas vezes.

É a mesma coisa que ocorre, por exemplo, quanto à expansão da própria xistossomose pelo Brasil todo, que veio do Nordeste e foi descendo, atualmente atinge todo o Sul. Há 20 anos atrás havia apenas 23 focos autóctones em São Paulo, hoje são mais de 100, 120. Então esse é um problema de educação da população, que nós vamos conseguir daqui a um certo tempo e realmente repetindo e melhorando sempre, porque senão não conseguiremos.

Joviniano Neto – Tenho três colocações a fazer. A primeira é uma resposta à pergunta de Suzana. Aonde está a falha? Eu não vou fazer essa análise inteira aqui, inclusive para não antecipar a pesquisa que alguém fará, talvez a própria Suzana, a respeito. Vou colocar alguns elementos. Primeiro é a pequena massa de informação que circula na comunidade em geral, inclusive na comunidade universitária. Existe um relativo e um grande anacronismo de um retardo no tempo em relação à difusão das informações em geral, das informações científicas em particular. Se eu disser que uma das coisas fundamentais para o mercado futuro do administrador, por exemplo, ou para o pessoal técnico de nível médio de estoques é a questão da telemática, é uma informação antiga, mas que grande parte das pessoas não pegaram, não perceberam ainda.

Uma outra questão que acho importante é a sobrevivência no Brasil da mentalidade da ciência e tecnologia, ou da cultura como ornamental, como não fundamental por exemplo para o funcionamento da economia do Brasil. Em grande parte, para Estados como a Bahia, que é ligado a exportação, ou o modo como foi feita a industrialização no Brasil, não era fundamental mesmo. Então entraria a questão de perguntar para que se fazia ciência e tecnologia no Brasil. Em alguns lugares se fazia, ou se fingia que se fazia para ascensão acadêmica. Em outros lugares para acompanhar o que vai pelo mundo, um

esforço de ilustração, de modernização. Em alguns lugares, principalmente na área tecnológica, de tipo IPT², por exemplo, para resolver problemas específicos, tópicos especializados. E quando o país definiu determinadas áreas prioritárias, se fez pesquisa dentro de determinadas políticas, nem sempre abertas ao grande conhecimento da população. Alguns dos maiores sucessos na área tecnológica no Brasil, indústria aeronáutica, indústria de computação, indústria bélica, começaram – estou dando exemplos bem específicos – em áreas muito especializadas, inclusive com o apoio das Forças Armadas e com certo sigilo em relação às áreas pesquisadas.

É importante perceber que hoje está aparecendo mais, se tornando mais clara a ideia da ciência e tecnologia para resolver problemas e também a ideia, que eu enfatizo muito, da ciência e tecnologia como coisas fundamentais para dominar as portas do futuro. São dois grandes eixos que vou colocar aí para uma política tecnológica no Brasil. Resolver carências fundamentais em termos sociais e permitir que o Brasil controle as portas do futuro.

Outra observação que eu faria é a seguinte: não sei se nós tiramos as consequências todas do que chamei a neurose do jornalista. Parte dessa neurose, ou parte fundamental dessa neurose vem do trabalho fundamental do jornalista que é o trabalho de decodificar rapidamente linguagens. Ora, se isso é verdade, a consequência disso é a importância da formação, o modo que você tem de diminuir essa neurose é aumentar a formação, inclusive você precisa aumentar a formação se o seu trabalho de decodificação se refere a uma linguagem especializada, a uma linguagem diferente do homem comum. Concordo com o Agostinho que o texto que foi escrito sobre ciência e tecnologia no jornal tem de ser lido por qualquer motorista de ônibus, ou cobrador, porque senão não é jornalismo. O meio de comunicação de massa é para ser lido, ser entendido pelas massas, mas isso implica numa necessidade maior de informação, para você ter maior capacidade de tradução, para não se agarrar mais a um tipo de linguagem que você recebe.

A terceira questão é a seguinte: não sou assessor de imprensa. Cada profissional tem o seu ônus, tem a sua carga, tem o seu problema. Acho que é parte do ônus, do problema do assessor de imprensa a importância de

² Instituto de Pesquisas Tecnológicas, de São Paulo.

equilibrar o interesse de promoção, de propaganda das instituições e dos pesquisadores científicos, que é reconhecível e é natural e é correto, porque existe uma política científica e essa política científica é parte da política global da sociedade, do mesmo modo que um partido político, que um deputado, um vereador tem interesse em vender seu peixe, fazer sua propaganda, defender sua posição. O cientista adequado, um cientista que percebe a importância do trabalho que está fazendo, deve sair vendendo o seu peixe, dizendo: “a coisa mais importante para o Brasil e para o mundo é, sei lá, controlar a esquistossomose” e para ele é.

Esse esforço de fazer propaganda, de mostrar que o seu trabalho e que o trabalho da sua instituição é importante para resolver problemas brasileiros, vai ser cada vez mais importante no regime democrático, onde você vai ter de explicar à sociedade porque vale a pena financiar ou não financiar pesquisa astronômica, acompanhar o cometa Halley, por exemplo. Todos os dirigentes científicos deverão, crescentemente, numa sociedade democrática, fazer propaganda para conseguir o apoio da sociedade e as verbas da sociedade que são públicas e devem ser controladas pelo conjunto da sociedade para suas tarefas. Isso é um lado da questão. Existe o interesse de propaganda e de fazer política científica da sociedade. Meu conceito de propaganda é isso, é convencer os outros da importância do que você está fazendo ou falando. A palavra propaganda diz tudo.

Isso é um lado da questão. O outro lado é que ele vai ter de intermediar, isso é o ônus da profissão dele, é o problema. O que é o interesse da comunidade? O interesse da comunidade é a resposta a problemas. Acho que é função do jornalista científico, é função do assessor de imprensa, do encarregado dessa intermediação, equilibrar essa mediação do interesse de quem quer fazer a promoção, vender a sua ideia, mostrar a importância social do que está fazendo com o interesse da comunidade que não quer ouvir blá, blá, blá, que não quer ouvir coisas de menor importância, mas quer respostas a problemas importantes e significativos. Isso pode dar desemprego, pode dar atrito. Em quase todas as profissões há uma área de atrito, mas isso, me parece, é o ônus, é parte do ônus. A outra parte Dr. Júlio colocou muito bem. São informações, sugestões para pauta, quem está pesquisando o que, isso é

fundamental, é parte do ônus de quem assume essa intermediação entre a instituição e a comunidade e a imprensa em geral.

José Carlos Capinam – Não tenho muita coisa para acrescentar, inclusive acho que as questões que coloquei não tiveram feedback que motivassem uma resposta. Mas me pareceu importante deixar claro que quando conduzi minha exposição com relação à especialização do jornalismo científico, me parece que ficou entendido que sou contra a ideia de especialização. Quando fiz Medicina resisti muito a hiperespecialização que o setor hoje comporta e realiza, inclusive na Escola, estimulado pela Escola e acabei fazendo Medicina Social.

Acho que evidentemente existem problemas que devem ser tratados de maneira específica, própria, localizada. Mas acho que essa tendência atende muito mais a uma satisfação do conhecimento, do próprio desenvolvimento de cada setor, atende menos, aliás, do que a pretensão de controlar o mercado, de poder destinar profissionais recém-formados para determinadas áreas, sem problemas de localização. Então é muito mais fácil localizar um jornalista recém-formado com a especialização de informação científica ou de economia, do que localizar um jornalista, na verdade. Quando leio Rogério Leite com a informação de Astronomia, não leio um jornalista, leio realmente um cientista e se houvesse que escolher entre uma matéria feita por um jornalista e um cientista, nesse caso, eu teria preferido a do cientista, talvez até com alguns prejuízos de informação, alguns prejuízos, vamos dizer assim de glamour na matéria. Talvez um jornalista pudesse dar mais glamour à matéria do que um cientista, mas talvez eu preferisse o cientista.

Como isso eu não quero dizer que fica interdita ao jornalista essa função. É que me parece que todas essas coisas podem ser desempenhadas por qualquer pessoa independentemente do que seja, cientista ou jornalista. Então me parece também que é um problema de escolha mesmo em relação à vida, em relação ao homem e que isso não destina necessariamente a partir de uma Escola, não fica destinado para uma localização do cientista científico. Me interessa economia como médico, me interessa poesia como médico. Me

parece que são formas, são linguagens que se interpenetram como forma de conhecimento.

Essa noção, que foi básica no que eu quis dizer, não é uma coisa contra a especialização, ao contrário, é uma coisa a favor da universalização do conhecimento, qualquer que seja a formação que as pessoas tenham.

Othon Jambeiro – Vamos encerrar e as pessoas interessadas ficam vendo o compacto do Globo Ciência. Quero agradecer ao Júlio pela brilhante colaboração que veio nos dar. Ao Capinam, ao Joviniano e ao Sérgio. Agradecer também a presença de vocês e convidá-los a que retornem amanhã para a terceira sessão desse Seminário.

Sessão 03

IMPrensa E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

Othon Jambeiro – Hoje temos uma exposição do professor Darcy Fontoura, editor da revista Ciência Hoje, da SBCP. Como debatedores oficiais estão o jornalista Marcos Dantas, Assessor de Imprensa da FINEP, o professor Carlos Alberto Dias, do Instituto de Geociências, Departamento de Geofísica e o professor Murilo Cesar Ramos, da UnB. O tema de hoje é a relação entre imprensa e desenvolvimento científico e tecnológico. Com a palavra então o professor Darcy.

Darcy Fontoura de Almeida – Quando o Othon me convidou para participar desse debate, confesso que fiquei encantado com a proposta, porque esse é um assunto de enorme importância, que as vezes não é reconhecida e portanto deve ser apontada. É um assunto que está sendo muito mal tratado. As relações da imprensa com a ciência e as repercussões sobre a sociedade estão sendo muito descuidadas em nome de outros interesses que frequentemente são subalternos, como vou procurar demonstrar aqui. Qual é o papel da imprensa, se é que tem algum, sobre o desenvolvimento científico e tecnológico?

De saída há duas formas de abordarmos essa questão. A primeira seria de tomarmos por empréstimo a experiência universal, uma vez que o jornalismo científico, ou seja, a relação íntima da imprensa com a ciência, já se encontra bem desenvolvida e bem estruturada em alguns centros, e evidentemente em países mais desenvolvidos. A segunda possibilidade seria a de procurarmos trazer para o debate, para o conhecimento de todos, uma experiência peculiar que é a experiência que estamos tendo com a tentativa do desenvolvimento de um jornalismo científico.

Agora mesmo antes do debate o Othon estava me dizendo que na verdade o jornalismo científico ainda precisa ser implantado no país. Acho que ele tem razão. A forma pela qual se comporta o cientista brasileiro repercute na

forma pela qual o cientista brasileiro divulga a atividade da ciência e tecnologia. Quando eu disser cientista entendam indivíduos especializados em atividade científica e tecnológica.

Esse é um dos pontos centrais da minha fala. É que nós acreditamos que a atividade científica deve estar estreitamente vinculada a modelos e problemas da realidade nacional. Isso é praticamente uma declaração de princípios, porque essa postura se situa no futuro destas relações. Vou abordar uma experiência que temos, uma experiência pessoal, uma experiência de um grupo, uma experiência brasileira de divulgação científica, de transmissão através da imprensa escrita do fato científico, e vamos ver porque fizemos isso e o que almejamos em relação às repercussões possíveis sobre a sociedade brasileira. Queremos atuar num contexto brasileiro e aí é preciso ter muito cuidado, porque caminhamos sobre um fio de navalha e corremos até mesmo o risco de um nacionalismo cego. Não se trata de adotar uma atividade xenófoba, mas de procurar aplicar os conhecimentos adquiridos através dessa atividade que se chama ciência, num conhecimento mais íntimo da natureza que nos cerca.

O que ocorre frequentemente é que a ciência que atinge o cientista é, até certo ponto, refletida na ciência que atinge a imprensa brasileira. É a ciência do país desenvolvido, é a ciência que é praticada no hemisfério Norte, enquanto nós estamos no hemisfério Sul. Essa é uma primeira questão, que me parece de transcendental importância. Não se trata de negar ou ignorar a atividade científica seja lá onde ela for exercida. Trata-se de aplicá-la, de utilizar esses conhecimentos para fins que sejam mais adequados ao país onde é exercida.

Muito frequentemente nossos cientistas são desviados até inconscientemente dessa trilha para exercer aquela ciência chamada de “ponta”, a ciência de vanguarda. Toda ciência é de ponta por definição, toda ciência é de vanguarda, toda ciência procura entender as fronteiras do conhecimento, e sendo assim é uma atividade de vanguarda. Toda ciência digna desse nome é uma atividade eminentemente criativa e não é por outra razão que nós vamos fazer ciência, porque senão poderíamos ser funcionários do Ministério da Fazenda, por exemplo.

Esse primeiro ponto deve ser ressaltado, e revisado. Isso é consequência de um outro aspecto que paradoxalmente é muito positivo, qual seja o de que nossos cientistas são treinados no hemisfério Norte em níveis de pós-graduação e de pós-doutoramento. É preciso não ignorar os grandes avanços científicos que são obtidos em outros meios, em outros ambientes, em outras sociedades. É uma coisa muito diferente você ser treinado e bem treinado e depois aplicar esse treinamento na resolução de algum problema científico. Quando falo problema me refiro a problemas científicos. Seria talvez melhor falar de modelos, modelos de pesquisa, modelos de investigação científica.

O que ocorre, lamentavelmente, é que nossos cientistas não conseguem distinguir a existência de modelos nos quais os seus conhecimentos podem ser aplicados com real vantagem, quando de seu retorno ao país. Fazem uma ciência que se diz de ponta, porque está sendo publicada nos grandes periódicos de circulação internacional, que são editados no hemisfério Norte, que obedecem aos interesses do hemisfério Norte. Isso é outro aspecto a ressaltar em relação à influência da imprensa e aos reflexos que a ciência e a sociedade têm sobre a imprensa. É bastante óbvio entender que a notícia veiculada pela imprensa, reflete em maior ou menor grau o interesse de uma sociedade, ou o interesse de grupos maiores ou menores, dentro dessa sociedade.

Logo, esse primeiro paralelo, entre a experiência que se ganha com a divulgação científica e a experiência científica exercida no país, me parece já um primeiro tópico extremamente válido e propício ao debate.

O segundo ponto que gostaria de levantar diz respeito à experiência propriamente dita, o que nós temos a dizer em relação a esse triângulo: imprensa, ciência e sociedade, a partir do momento em que nós, um grupo de universitários do Rio de Janeiro, resolvemos partir para um empreendimento que se chama Ciência Hoje e é uma publicação que está à venda nas bancas de todo o país.

Chamamos esta revista “Projeto Ciência Hoje”, porque a encaramos como um projeto científico na área de comunicação. O interesse era desenvolver um experimento e não uma máquina de produzir lucros. Essa é uma diferença essencial; uma empresa jornalística comum faz uma revista de

divulgação no hemisfério Norte, como no hemisfério Sul, com o objetivo de faturar e obter, no fim de um tempo mais ou menos longo, uma certa quantidade de lucros numa sociedade capitalista. Então ela vai cumprir o objetivo dessa sociedade que é o de quanto mais lucro melhor.

O nosso projeto tinha um lado quixotesco, no sentido de que na verdade o que nós estávamos a fazer era utilizar de uma segunda forma o conhecimento científico que havíamos desenvolvido na Universidade e aplicar esse conhecimento a uma experiência em divulgação científica. Como toda experiência ela tem uma série de propostas, uma série de objetivos, porque senão não seria uma verdadeira experiência. Trata-se de propósitos, de embasamento e das metas que nós almejamos ao constituir essa revista que se chama Ciência Hoje. E aí nós entramos, começamos a entrar no âmago da questão, que é a relação do triângulo ciência, imprensa e sociedade. Uma revista vendida em banca, que cuida do fato científico, que relação tem com a sociedade?

O primeiro aspecto que nós encaramos foi que era preciso criar um órgão que fosse centrado, que desse ênfase à ciência, fosse ela qual fosse. Essa é a nossa ciência, da mesma forma que o futebol que é jogado nos grandes estádios é o nosso futebol. Não adianta importar o Cosmos ou um clube da Itália. Nosso futebol é esse que está aí. Então vamos ver qual é a ciência que nós estamos fazendo e expô-la sem medo, sem temer o que pudesse dali se originar. Esse é um processo educativo, tanto para nós como para o público em geral.

Essa revista deveria se constituir num fórum autêntico para a própria comunidade científica. Inversamente e idealmente, a comunidade científica deveria dar o respaldo necessário à manutenção, à persistência, ao prolongamento da vida dessa revista. Ela deveria se constituir num canal de diálogo com o governo, com as autoridades constituídas responsáveis pela aplicação de recursos no desenvolvimento científico e tecnológico.

E finalmente, um outro ponto para o qual nós estávamos extremamente alertas era o de transmitir à população, atingível evidentemente pelo veículo, a noção de que é absolutamente possível obter um conhecimento científico da natureza, ou seja, é possível tratar os problemas que se apresentam cotidianamente por meio de um pensamento científico, tentando assim romper

barreiras que tratavam esse problema de uma forma exotérica, de uma forma mítica.

Uma série de características foi exigida para que pudéssemos atingir essas metas ou pelo menos algumas dessas metas. A primeira é que o veículo deveria ter credibilidade. Como obter isso? A credibilidade só pode ser obtida através do concurso das sociedades científicas, ou seja através dos especialistas, dos profissionais, que pessoalmente possuem essa credibilidade, ou seja, cientistas competentes, cientistas criativos, cientistas em atividade no cenário nacional e no cenário internacional.

Então nós nos socorremos, em primeiro lugar, da SBCP que é, bem ou mal, a entidade mais representativa da ciência e da tecnologia no país. Se vocês verificarem a composição do nosso Conselho Científico e do nosso Conselho Editorial, vão verificar que são todos indivíduos cientistas em atividade, com alto prestígio nacional e internacional e ligados a sociedades científicas. Esse é o primeiro segredo; é preciso a credibilidade que só a atuação profissional especializada e competente dá. E isso procuramos desde o primeiro momento.

Uma segunda característica se prendia à focalização da ciência nacional. Cada vez que o projeto era mencionado e começávamos a descrever o veículo que nós tínhamos em mente, vinha sempre uma comparação: “ah! É uma revista do tipo ‘La Recherche’”. “Não, não é. É uma revista do tipo ‘Ciência Hoje’”. Já aí começa a transparecer a relação com aquela primeira abordagem de que falei. Ou seja, a cópia, a adoção do modelo alheio, a vinculação, inconsciente até, ao modelo alienígena, ao desprezo às nossas fontes, raízes, capacidades e competências. É preciso fazer, valorizar e apreciar com justiça aquilo que realmente temos de valorizável.

Esse foi um dado importante, porque entendemos que ao fazer assim nós vamos realmente e fielmente refletir o que está se passando na ciência e na tecnologia no país e é totalmente diferente de se traduzir uma revista estrangeira, como tem acontecido em tantos outros países, na Espanha, Turquia, Argentina, ou em outro lugar qualquer onde revistas estrangeiras são traduzidas.

Quero aqui fazer um pequeno parêntese para contar um dado que é bastante pitoresco e que nos ocorreu com esse projeto.

Estávamos terminando de lançar o nº1 de Ciência Hoje quando bateu à nossa porta um editor da revista “LA Recherche”, essa revista de divulgação francesa. Ele viu o nº1, aquele que tem a reportagem grande sobre Cubatão, viu a revista e, como profissional, olhou-a. Viu o preço e disse: quem é que está pagando isso? Evidentemente por aquele preço não era possível fazer aquela revista. E não tinha publicidade nenhuma. A publicidade era zero.

Então ele nos confessou a razão de estar no Brasil. Vinha verificar o mercado, sondar o meio científico, porque era um projeto da La Recherche lançar uma revista de divulgação científica que fosse uma tradução da revista francesa. Porque eles haviam pressentido que o Scientific American estava com a mesma intenção e queriam passar na frente. Por acaso nós aparecemos num momento crucial, no momento exato. Absolutamente por acaso.

Não tenho a menor dúvida, de que tanto La Recherche como a Scientific American, são extraordinárias. Agora é preciso ter lado a lado o número atual da La Recherche e o número atual da Ciência Hoje e da Scientific American e verificar qual é a diferença. Dá para detectar que na verdade há um projeto em andamento que é muito mais que um empreendimento comercial e industrial. Acho que esse fato, essa circunstância é muito ilustrativa da importância no tratamento do fato científico e da sua repercussão na imprensa e na sociedade. No momento em que você faz uma revista de divulgação científica, que a revista vai ser lida por um conjunto de pessoas, por milhares, centenas de milhares de pessoas, ela passa a ter uma repercussão, por ínfima que seja, especificamente na população que tem maior capacidade de influir nas decisões políticas do país. Essa é que é a verdade. Quem é capaz de pagar 11.000 cruzeiros por uma revista dessas é uma pessoa que tem um poder aquisitivo que o caracteriza como pertencente a uma faixa economicamente ativa, que tem capacidade de influir nas decisões políticas.

Bem, dito isso, gostaria de abordar mais especificamente o papel do jornalismo científico na sociedade, ou seja, a imprensa científica e sua interação na sociedade. Idealmente o que se deve pretender é que tanto o cientista quanto o jornalista expressem a verdade absoluta. Isso evidentemente é uma declaração de caráter utópico. Na verdade, divulga-se a ciência porque a ciência é uma expressão vital da cultura nacional. Então o compromisso do jornalismo científico é um compromisso com um melhor conhecimento do

universo de um modo geral e mais particularmente com o meio que nos cerca de forma mais imediata.

A percepção científica do nosso meio é a única forma que nós temos de propiciar condições para mudar o status quo. Diz o Leite Lopes que é através da ciência e da tecnologia que nós poderíamos atingir a soberania nacional. Isso é a forma mais simples de se demonstrar a importância da atividade e o cuidado com que ela deve ser transmitida através da imprensa. Sob este aspecto, a posição do jornalista deve coincidir com a posição do cientista. Para citar um outro autor, o André Goks, ele diz que a sociedade nos controla simplesmente pela sonegação das informações que são capazes de propiciar a transformação da sociedade. Ou seja, divulgando o supérfluo e omitindo o essencial. Sob esse ponto de vista a imprensa de um modo geral, o noticiário de televisão de algumas emissoras, é um pouco como o Oscar Wilde dizia: “dê-me o supérfluo que dispensarei o necessário”. Então o que eles fazem é realmente isso, eles procuram omitir os dados que são vitais e essenciais.

Ora, o que nós desejamos é que através da divulgação um maior número possível de pessoas tenha uma informação a mais correta possível da realidade que a cerca, através de um conhecimento científico.

A atividade científico-tecnológica tem repercussões diretas sobre a sociedade. Basta citar o uso atual de computadores até para dados pessoais. Isso faz com que nós fiquemos em posição de alerta para o fato de que há uma possibilidade real de que a introdução de novas tecnologias seja instrumento de fortalecimento de um poder autoritário, ou seja, a sociedade poderá ser controlada através de novas tecnologias com alto poder de controle e de domínio. Por outro lado, apesar de toda a imensa circulação de algumas revistas científicas, o interesse público é relativamente pequeno. Por que isso? Então temos aqui um fato que eu acho que é muito importante para ser debatido que é a relação imprensa e ciência.

A atividade científica tem um caráter de incerteza que é intolerável para a atividade jornalística. O cientista lida com fatos que são permanentemente imutáveis, ao passo que o jornalista, especialmente o jornalista do cotidiano, o jornalista diário do jornal, tem que apresentar fatos como se fossem verdades absolutas, embora não o sejam. Por quê? Porque ele tem a obrigação de captar o interesse do leitor, ele tem a obrigação de fazer com que o indivíduo

leia e se interesse por aquilo que está lendo. Aí começa a primeira dificuldade com o jornalismo científico, dificuldade essa que já é talvez até um pouco histórica.

O cientista, – quando falo cientista falo o cientista médio, o cientista padrão – tem um enorme grau de cautela em relação às afirmações que divulga. O jornalista, por sua vez, pressionado pela sua própria atividade profissional, tem obrigação de fornecer dados que sejam, pelo menos na aparência, elucidativos e que resolvam problemas do leitor. Ora, na verdade, se formos examinar com profundidade essa questão, vamos verificar que só é possível fazer afirmações peremptórias, definitivas, em relação a problemas triviais. Então cria-se uma causa de conflito aparente que é o conflito de atitude entre as obrigações profissionais do jornalista e o comportamento profissional do cientista.

Isso pode ser resolvido, é claro, mas pode ser resolvido mais especificamente através de um tipo de jornalismo especial. Daí a importância do jornalismo científico, ou seja, aquele jornalismo que é exercido por um profissional formado em área de comunicação e que se dedica mais especificamente à atividade de divulgação da atividade científica e tecnológica. Ele desenvolve então a capacidade e a competência de traduzir em termos jornalísticos aquilo que é realizado nas Universidades e nos institutos do país. Isso é possível. Agora isso custa caro, custa uma grande quantidade de recursos, não só em termos de formação como em termos de distribuição de espaço no jornal, etc. e de interesses, de interesses corporativos, de interesse de empresas, a respeito do espaço que está sendo vendido e distribuído. Agora, com publicações sendo dedicadas especificamente à divulgação científica é possível transpor essa dificuldade e por isso eu a classifiquei como aparente. O jornalismo científico pode ser extremamente bem exercido e para isso eu gostaria de mais uma vez trazer nossa experiência.

O que se propõe é fazer com que haja uma liberação entre o jornalista e o cientista. Quer dizer, entre o indivíduo que produz o fato e o indivíduo que divulga esse fato. Interação que acabe de uma vez por todas com aquela atitude convencional de parte a parte: do jornalista ao dizer que é um indivíduo inacessível e hostil; e do cientista ao dizer que o jornalista é um indivíduo incompetente, que não sabe dizer aquilo que havia lhe transmitido em primeira

mão. Isso eu tenho a impressão que tende para uma boa solução, mas isso custa muito esforço e custa algum dinheiro.

O fato é que o jornalista lida com dados que são classificados, na gíria do meio, como “quentes” e frequentemente o fato científico é “frio”, não dá manchete. Vou citar outro exemplo da nossa experiência histórica.

Um dos meus vícios é a SBPC e uma razão de eu estar nessa revista é porque gosto muito da SBPC, que é a entidade mais representativa da comunidade científica brasileira. A SBPC faz uma reunião anual e a imprensa vai fazer a cobertura da reunião. É muito curioso verificar então o jornalista em atividade, a cata do fato científico. Qual é o fato científico que o jornalista procura? É aquele que tem uma certa dose de sensacionalismo no sentido de poder captar a atenção do leitor.

Vejam bem, é uma espécie de marca profissional. A função do jornalista é aquela, ele tem que produzir uma matéria que seja capaz de prender a atenção do leitor. O sujeito bate o olho, vê o título e vai ler a matéria. Por outro lado existe aquela piada de que a boa notícia jornalística pode ter o seu último parágrafo cortado sem prejuízo da matéria e o penúltimo também e o antepenúltimo também e os outros também, ela pode na verdade, a boa matéria jornalística, ser reduzida a um título e a primeira frase. Ali tem toda a história.

Esse poder de síntese que o jornalista deve ter, de síntese e de atratividade, é uma coisa que se manifesta muito nas reuniões da SBPC.

Há dois aspectos importantes na divulgação do fato científico. Primeiro o valor científico intrínseco da notícia, da matéria, do artigo, do trabalho, do assunto. Esse é um nível de decisão. O segundo nível de decisão é o nível editorial. Interessa à revista? Interessa ao projeto que nós estamos divulgando? São dois níveis de julgamento que nos trouxeram, por inexperiência, uma série de traumas e uma série de conflitos. Felizmente não em grande número. Indivíduos que tiveram o artigo validado cientificamente e que depois foi rejeitado do ponto de vista editorial. Bom, isso então por quê? Porque a revista há de ter uma política, há de ter uma ideologia. E por outro lado, deixando à margem todo o fato de que o conteúdo de cada número deve ter um equilíbrio para interessar a uma gama a mais variada possível de

leitores. O lema é que qualquer que seja o leitor deve ter pelo menos um artigo que o interesse.

Então há dois níveis de decisão: um nível de decisão científica e um nível de decisão editorial. Em paralelo com isso, por analogia a este tipo de comportamento, eu colocaria uma pergunta que é a seguinte: a quem cabe o dever, ou o direito, ou a obrigação de fornecer os subsídios para o debate público, para o debate pela sociedade sobre assuntos de ciência e tecnologia. Habitualmente em nosso país, pelo menos até recentemente, essas decisões eram tomadas em segredo, em ambientes fechados, em gabinetes. Vou dar um exemplo para contrastar depois com um segundo que vou dar mais tarde.

O primeiro exemplo que dou é o do acordo nuclear Brasil-Alemanha. Esse é clássico, já faz parte da história da ciência no Brasil. Uma decisão tomada de forma extraordinariamente arbitrária e pior: sem consultar as competências nacionais que estavam disponíveis, ou seja, os membros da Sociedade Brasileira de Física. Não foram sequer consultados sobre a conveniência, adaptabilidade e o interesse do estabelecimento de um tal acordo com um país estrangeiro. Isso eu considero o ponto extremo do desdém que se pode ter pela ciência nacional.

E um assunto desse deveria vir a debate, minimamente, no seio da comunidade científica especializada. Ou seja, os físicos deveriam ser consultados e eles estavam interessados no assunto, tinham o que dizer sobre ele e tinham com que contribuir sobre o assunto. E para chegar a este ponto tinham gastado uma soma de recursos não desprezível dos bolsos da população. Ou seja, a educação desses físicos aqui e no exterior custou muito dinheiro ao próprio país e na hora de utilizá-los foram absolutamente ignorados. Esse é um exemplo extremo que eu queria citar como de um grau exagerado de desperdício das competências locais.

Por outro lado, a focalização de determinados assuntos nos órgãos da imprensa representam frequentemente não a expressão da atividade científica, como um todo, nem muito menos a expressão dos interesses da sociedade, mas a expressão dos interesses de determinados grupos que têm capacidade de atuação, capacidade de penetração, capacidade de influência junto a círculos governamentais, junto ao Congresso. É o famoso lobby a que os americanos se referem e que nem todos são capazes de exercer. De modo que

este é um dado capaz de deturpar completamente o tipo de informação que é veiculada à sociedade. De repente está se tratando de um assunto que parece ser o grande evento científico do século, quando na verdade aquilo é pura e simplesmente o interesse circunstancial de um grupo reduzido de pessoas com objetivos subalternos. Subalternos no sentido de que não são objetivos específicos, nem são objetivos que visem a uma melhoria da sociedade de alguma forma.

De repente aparece alguém anunciando que uma determinada raiz de planta brasileira é capaz de curar o câncer. Isso acontece de vez em quando e aí se conjugam os esforços, as características de grupos de interesse comercial com a exploração do pobre do jornalista, que está interessado em produzir uma matéria de interesse, porque vai resolver um problema, dar uma resposta definitiva a um problema, através de um meio perfeitamente acessível. E infelizmente quando vai se verificar, toda essa informação está desprovida de substância. E o que é pior: paulatinamente essas informações podem ser demolidas de um modo científico e essa versão depurada frequentemente não vem à tona e não é publicada, o que considero ainda pior, porque permanece uma ideia anticientífica e espúria, informando à sociedade.

Há vários tipos de dificuldades. Mas um dos que considero mais importante é aquele que diz respeito à diferença de tratamento entre o jornalismo diário e o jornalismo científico. Então as dificuldades que mencionei podem ser parcialmente resolvidas no momento em que você cria um canal, um veículo que pode evitar todo esse tipo de contradição. Não são raras as cartas, os artigos e as matérias que nós recebemos com esse tipo de conteúdo, de pessoas que acham que conseguiram resolver problemas importantes no mundo moderno e que para tanto produzem um artigo, etc.

Agora, a seleção que se faz em termos do material que chega exige todo um poderio editorial do qual nem todos os órgãos podem desfrutar. Quem é que pode, dentro dos nossos órgãos de imprensa, se dar ao luxo de manter um editor científico? Ou um editor de textos? O que se observa é que as notícias de ciência que aparecem na imprensa diária são notícias de agências internacionais e, portanto, estão refletindo um interesse que não tem nada a ver, são coisas exógenas. Frequentemente leio uma notícia e fico me perguntando: mas porque estão divulgando essa coisa aqui, que interesse tem

isso aqui? Felizmente nós já temos sido consultados e algumas matérias que produzimos são repassadas para as sessões científicas dos jornais diários e ali divulgadas mais amplamente. Mas o que acontece, até aqui ainda mais comumente, é nós encontrarmos notícias na imprensa que correspondem a interesses outros, notícias que vêm do estrangeiro através das agências internacionais e que são divulgadas como matéria comprada dentro de pacotes mais ou menos amplos a que eles estão obrigados, até por interesses comerciais maiores.

Se nós passarmos da imprensa escrita para a televisão aí então fica absolutamente exagerada, porque o ritmo, a galope, é muito mais ousado, os tempos são muito menores, de um modo geral, e a informação é muito mais expressiva. O que se obtém são deformações extremas. Existem programas na televisão brasileira que devem ser frontalmente combatidos pelo tipo de noção que veiculam sobre as atividades científicas, pela deturpação que trazem da relação da ciência com a sociedade.

Quero encerrar com um exemplo positivo, para contrabalançar a ilustração que fiz do exercício de um poder discricionário e da adoção de decisões de ordem político-científica em gabinetes exclusivos. É o fato de que atualmente estamos evoluindo para uma sociedade que sofre uma influência enorme daquilo que se convencionou chamar de informática. Por desenvolvimentos tecnológicos que não cabe aqui detalhar a informática penetrou profundamente em todos os níveis da vida de cada um de nós e teve um impacto social dos maiores nos últimos 20, 30 anos. Gosto de citar esse exemplo como um dos mais nítidos do poder que a imprensa tem de influenciar a sociedade e os poderes constituídos, no sentido de conduzir a atividade científica para o proveito da nação, para a defesa dos interesses nacionais.

Quero me referir à política nacional de informática. Não fora o papel alerta da imprensa – e alerta aí significa pura e simplesmente divulgando a informação – não fora esse papel, a posição adotada pelos órgãos da imprensa diária e pelos periódicos a respeito do processo que estava se armando em torno da atividade científica industrial da informática no país, o projeto de reserva de mercado não teria sido aprovado. E ainda assim continua correndo riscos, porque há outros interesses em jogo interferindo com a repercussão que

o desenvolvimento da tecnologia em bases nacionais pode ter de importância para as sociedades.

Gostaria de encerrar minha apresentação e dar vez aos debatedores para que possamos expandir essas questões que tentei levantar em primeiro plano. Muito Obrigado.

Murilo César Ramos – Estou aqui vestindo também dois bonés, embora um pouco diferente: estou como jornalista que sou, embora hoje me dedicando exclusivamente a Universidade de Brasília, como professor e pesquisador.

Queria iniciar relatando uma experiência pessoal, a minha primeira experiência pessoal como jornalista científico que é ilustrativa de uma situação muito real ainda hoje. Foi a incumbência que recebi quando ainda jovem repórter do jornal “O Estado do Paraná”, de cobrir a reunião de 1970 da SBPC, em Curitiba. Foi uma experiência trágica que quase me levou naquele momento a pedir demissão do jornal porque, sem nenhum preparo, apenas com o que constava da pauta da reportagem geral para mim naquele dia, fui incumbido dessa tarefa. O despreparo, eu acredito que exista até hoje na imprensa regional e a situação não mudou, embora eu esteja afastado da imprensa do Paraná há bastante tempo.

Vi-me tentando, em duas horas, montar uma reportagem, um esquema de cobertura da reunião da SBPC. Se consegui realizar algum trabalho foi porque tendo contato muito bom com o então correspondente da Veja em Curitiba, ele me pôs em contato com Antony de Cristo, que foi um dos primeiros jornalistas especializados em ciência e tecnologia no Brasil, e então segui o Antony de Cristo a reunião toda e consegui me desincumbir razoavelmente bem da minha tarefa, do ponto de vista do que era a cobertura prevista naquele momento. Então, como eu disse, essa situação eu acredito que seja ainda a situação da imprensa regional e da imprensa do Paraná, e é significativa de uma situação com a qual nós temos que nos defrontar hoje ainda.

Como professor milito num Departamento de Comunicação atuando na área de jornalismo em que não existe ainda uma preocupação clara, uma

preocupação grande nossa com o jornalismo científico. A única tentativa que fizemos – e participei dessa tentativa como editor do jornal Laboratório – foi introduzir no jornal Laboratório uma editoria de ciência, na tentativa de fazer com que os alunos se ocupassem da cobertura de ciência na Universidade. É uma tentativa muito tímida, porque não vem acompanhada de um necessário tratamento teórico, de uma compreensão mais precisa do processo de produção científica e tecnológica. Então os alunos acabam repetindo os esquemas tradicionais de cobertura, o que não os ajuda em nada a compreender e a se formarem como possíveis profissionais especialistas em ciência e tecnologia. Então nós temos ainda hoje uma situação de extrema penúria do ponto de vista das universidades na formação de jornalistas.

No momento participo de uma equipe que realiza um projeto de pesquisa sobre o papel dos meios de comunicação social na difusão de ciência e tecnologia. E é essa exposição recente que me fez atrair para o tema e eu vou tentar compartilhar com vocês então uma das experiências obtidas a partir desse trabalho de pesquisa.

A minha sensação é de que começa a emergir na grande imprensa uma consciência para a questão da ciência e tecnologia. Estou trabalhando no momento com a Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, Veja, o Jornal Nacional e o Fantástico. Você tem por exemplo na Folha de São Paulo hoje uma editoria de ciência e tecnologia, uma página diária dedicada a educação e ciência. O Jornal do Brasil tem uma página semanal em que me parece que existe uma subeditoria de ciência. Parece que começa a emergir uma consciência para o problema.

Agora, eu estou convencido de que essa é uma consciência ainda muito incipiente. É como se jornais se sentissem obrigados a dar uma satisfação nesse momento em que há um debate maior na sociedade brasileira sobre ciência e tecnologia, e de certa forma improvisarem editorias específicas para a área. Da mesma forma nós fizemos isso no nosso jornal Laboratório, porque nos sentimos compelidos a incluir editoria de ciência, sem que na realidade estivéssemos preparados para isso. Mas a questão dessa consciência incipiente, no meu entender, também não é tão simples. Nós não podemos culpar os meios de comunicação social, pura e simplesmente. Entendo que na própria sociedade brasileira hoje não existe ainda uma consciência nacional

clara para a importância dos problemas de ciência e tecnologia. Da mesma forma não existe também uma consciência para a importância da formação de profissionais especializados em ciência e tecnologia.

A imprensa de certa forma reflete essa situação, a falta de consciência nacional e de preparo profissional para a divulgação dos projetos científicos e tecnológicos. Esta é uma situação grave. O professor Darcy já mencionou isso, o domínio da ciência e da tecnologia é uma questão fundamental para o processo da soberania nacional, de um nacionalismo evidentemente não xenófobo, mas de um processo fundamental para a soberania nacional e para a própria questão do fortalecimento das instituições democráticas. Lamentavelmente ainda os meios de comunicação de massa não adquiriram essa consciência tão necessária para esses dois processos.

Nesse trabalho que estamos realizando, fica claro que na cobertura da ciência e tecnologia há uma exacerbação do próprio conceito da objetividade. No meu entender essa exacerbação parte de uma concepção errada de que ciência e a tecnologia são neutras e são objetivas, então há de ser mais neutro e objetivo na cobertura da ciência e tecnologia. Há uma excessiva ênfase nos procedimentos técnicos sem que se encare de frente a questão da necessária politização do noticiário. E essa politização do noticiário é que faria a ligação com a própria questão de dependência, a própria questão da soberania e da democracia.

Acho que a maioria de nós viu pela televisão a cobertura dada pelo Jornal Nacional para o lançamento desse novo avião brasileiro, o AMX. É uma cobertura que ilustra muito bem esse tratamento despolitizado para a questão da ciência e tecnologia. A cobertura da televisão mostrou uma solenidade cívica, tentando passar uma imagem de extrema emoção, quando o avião é puxado de dentro do hangar acompanhado de cadetes. O que mais me chamou a atenção foi o batismo do avião em que uma garotinha acompanhada do presidente Sarney borrifou o bico do avião em champanhe. Bem, o que nós tínhamos ali naquele momento era a apresentação de uma máquina de guerra. Não houve nenhum tratamento crítico da notícia além da descrição do que era esse avião. Não houve nenhuma preocupação em dar um tratamento crítico ao fato nem se atentar para as implicações políticas da indústria aeronáutica brasileira hoje.

A indústria bélica é uma das principais categorias de cobertura hoje na imprensa, juntamente com a informática e medicina. A indústria bélica tem enorme espaço nos meios de comunicação social hoje. Então o que me chamou a atenção nessa cobertura específica foi isso. Acho que ela ilustra muito bem o que estou procurando chamar de despolitização do noticiário, quer dizer, a falta de um certo sentido crítico para o que está acontecendo hoje no país em termos de produção científica e tecnológica. E é a politização que vai nos levar a uma consciência crítica e à reformulação do nosso próprio conceito de ciência e tecnologia e no que esse conceito diz respeito: a questão da soberania nacional e da democracia.

Uma outra questão que tem chamado atenção da pesquisa diz respeito a informática. A informática é a categoria hoje que tem mais espaço, não só no noticiário normal. A Folha de São Paulo tem o suplemento de informática. O tratamento da questão da informática é um tratamento que leva a uma imagem extremamente otimizada da informática, sem que nós novamente entremos numa avaliação crítica do processo de informatização da sociedade brasileira hoje. A informática é mostrada nitidamente como um processo de redenção da sociedade, sem que haja uma avaliação.

Isso fica muito claro no suplemento de informática da Folha de São Paulo. Sua linguagem é uma linguagem publicitária, as próprias matérias redacionais se confundem com verdadeiros anúncios. Estou lembrado aqui de uma matéria assinada, sobre a questão da informática na educação. Fazendo uma análise detalhada do texto, o que você tinha era a promoção de um curso pré-vestibular do Colégio Objetivo em São Paulo. Então a falta desse tratamento crítico causa distorções que são fundamentais para a nossa compreensão desse processo.

Uma outra categoria que chama a atenção na análise é a categoria de medicina, que tem um peso muito grande no noticiário. As notícias sobre medicina enfatizam processos que vou chamar aqui de tecnológicos. Quer dizer, você tem uma grande ênfase, por exemplo, na questão dos transplantes. Isso tem relação com o próprio conceito de notícia, que é algo que eu gostaria de retomar um pouco adiante para fazer referência a algo que o professor Darcy colocou. Então, no tratamento dado à medicina o peso é enorme para a

questão dos transplantes e no que os transplantes têm de um suposto avanço na tecnologia médica.

O noticiário nos induz a acreditar na infalibilidade da tecnologia médica como salvação, do ponto de vista da medicina. E você nota uma absoluta carência, por exemplo, no noticiário de medicina, sobre problemas sérios no país hoje: o problema das endemias, as alternativas da medicina, esse é um noticiário praticamente inexistente. Basicamente são as alternativas da medicina e a própria questão da medicina preventiva que teriam uma importância social enorme e não são tratadas pelos jornais, que se ocupam quase que exclusivamente na ênfase nos processos tecnológicos na área da medicina. Essas coisas todas se ligam, no meu entendimento, à própria conceituação do que seja a notícia do ponto de vista da imprensa de massa. E esse é o grande problema estrutural com que temos que nos defrontar para a busca de um jornalismo científico mais condizente com a nossa realidade.

Na minha prática jornalística, tanto profissional como hoje na Universidade, sinto uma enorme preocupação com a questão do conceito de notícia, e essa é uma questão válida não apenas para a cobertura dos processos científicos e tecnológicos, mas a própria cobertura dos demais processos políticos, sociais, econômicos no país. Entendo que a conceituação de notícia é muito grave no que diz respeito à cobertura dos processos científicos e tecnológicos.

O conceito de notícia tradicional no jornalismo é um conceito fincado no evento. Não há preocupação com a cobertura de processos, e ciência e tecnologia são processuais, como são processuais os processos políticos e econômicos. Ocorre que essa ênfase no evento gera essas deformações que o professor Darcy acentuou. As notícias realmente pecam pela profundidade, porque não há preocupação com o acompanhamento dos processos científicos e tecnológicos.

Acredito que, em termos de hoje, uma das necessidades mais prementes que temos no campo do jornalismo científico é realizar pesquisas, estudos sobre os processos de produção da notícia. É claro que estudos nessa área só podem ser fundamentados no desejo ou necessidade que temos de algum tipo de intervenção na realidade jornalística hoje, seja na cobertura de ciência e tecnologia, seja na cobertura dos demais processos. Acredito que há

uma necessidade muito grande de realizarmos estudos sobre esse aspecto, de processo de produção da notícia.

Carlos Alberto Dias – Devo dizer que concordo em larga escala com os pontos colocados pelo professor Darcy. Temos um projeto na área de armazenamento subterrâneo de água que vem se desenvolvendo há 15 anos e teve sua inauguração no dia 21 de Setembro em Cocorobó, município de Euclides da Cunha, Bahia. Foi feito um esforço tremendo para divulgar isso, porque cria uma alternativa ao açude. É um projeto polêmico, coloca em cheque uma série de pensamentos tradicionais, arcaicos. A Veja divulgou uma notícia completamente distorcida. Vou só dizer o que não saiu para você ver as coisas. Tive que escrever uma carta de protesto a Veja.

Em primeiro lugar, a informação a respeito da instituição que realiza essa pesquisa, no caso a Universidade Federal da Bahia. Não diz nada. Depois, o da instituição que vem financiando há dois anos e meio essa pesquisa, período no qual se construiu uma infraestrutura que custou um bilhão de cruzeiros em 1984. Financiamento que não é para petróleo, é para água no semiárido, uma área miserável do país. A instituição que teve mérito em dar esse dinheiro, que é o Fipec do Banco do Brasil, foi omitida também na divulgação. Também não foi mencionado o nome do professor que está fazendo a tese de doutorado nessa etapa e o meu papel de orientador também foi absolutamente relegado a um plano trivial. Foi o máximo que consegui de divulgação. No fim teve alguma utilidade porque o pessoal lê Veja, e como apareceu meu nome algumas pessoas se interessaram em saber um pouco mais. Mas como notícia é uma calamidade.

Consegui que a A Tarde e o Globo participassem. Só a A Tarde e o Globo e mais nada como divulgação. E por sinal saiu uma bela reportagem, bem feita, informativa. É o que pagou como divulgação, mas tive que pagar até a passagem do camarada para ir. Esse é um exemplo patente de quanto é difícil essa questão.

É alto o grau de dificuldades para se realizar uma pesquisa, que vai desde a elaboração do projeto, definição de um problema, encaminhamento da sua solução, ao planejamento financeiro e planejamento da execução da

pesquisa, a execução do projeto, a obtenção e execução do financiamento e a execução da pesquisa propriamente dita. Depois vem a prestação de contas e relatório ao financiador. A divulgação dos resultados eu vejo como parte da prestação de contas, divulgação entre pares na comunidade científica e divulgação para o grande público. É aí que entra o papel fundamental da imprensa escrita e falada.

E finalmente vem a utilização dos resultados, que eu chamaria de valorização ou esquecimento, que depende muito dessa etapa anterior da divulgação. Se uma pesquisa não é divulgada, pode-se dizer que ela não existiu. Então o papel do jornalismo científico e do jornalismo não científico para divulgar é essencial e é uma lacuna tremenda em nosso país, que precisa ser preenchida. Acho que em boa hora a Ciência Hoje se transformou num projeto que nos honra pelo seu êxito e pela sua qualidade, pela sua alta competência, conquanto tenha começado de uma experiência eu diria não totalmente profissional, muito mais idealista do que profissional, e veio se profissionalizando aos poucos. É uma experiência da maior importância nessa área. Mas a nível de uma divulgação que atinja o homem comum acho que nós estamos realmente numa situação precaríssima.

Acho que isso revela naturalmente o nível de mediocridade que permeia a vida diária do homem comum brasileiro, mas reflete também a mediocridade e a falta de seriedade com que os meios de comunicação são usados pela maioria daqueles que os possuem e os controlam.

Quero dizer também que a questão da divulgação do trabalho científico tem vários graus de complexidade. Vai desde a necessidade de uma divulgação a nível do cotidiano, como de revistas como Ciência Hoje, que atinge um grande número de leitores digamos em potencial, da escola secundária, da universidade e de indivíduos interessados em saber algumas coisas em ciência. Tem também o grau de complexidade de ser publicado nas revistas científicas, de ser apresentado em congressos, inclusive internacionais.

Queria também me reportar à própria mentalidade que a gente tem de não divulgar certos trabalhos, trabalhos que não têm nenhum segredo maior de segurança. O sujeito gasta um dinheirão na pesquisa e na hora de divulgar

acha que não deve gastar dinheiro. Ainda não está madura no país essa noção da importância da divulgação.

Aqui está uma publicação de uma instituição alemã (mostra um livro). Esses artigos que estão reunidos aqui foram realizados na Universidade Federal da Bahia. Um dos autores é alemão e o outro é brasileiro. Só a capa é em alemão, porque o resto é em inglês, com o nome inclusive da Universidade Federal da Bahia, porque foi feito aqui. No Brasil não tem essa divulgação, nem vai haver tão cedo.

Mas enfim, acredito que temos de reunir o pesquisador com o homem da divulgação, o profissional da comunicação, de tal maneira que se possa produzir um tipo híbrido. Eu já encontrei tipos híbridos como por exemplo um advogado de patentes, uma coisa que não estava na minha cabeça, um indivíduo que era um engenheiro e era um advogado, que fazia os processos de patenteamento de inventos. Ele tem que entrar no mérito do invento e tem que fazer o procedimento legal da coisa. De forma que tem de haver um profissional da divulgação que seja também um indivíduo capaz de falar a linguagem científica e traduzi-la para o grande público. Acho que isso é possível e deve ser feito.

Marcos Dantas – Na segunda rodada de debates o professor vai fazer o favor de me dizer que jornal anda lendo, porque eu também gostaria muito de ler essa imprensa que estaria tendo um papel decisivo na afirmação da reserva de mercado de informática. Porque nem o Jornal do Brasil, nem Globo, nem Estadão, nem Veja, nem Folha de São Paulo, nenhum desses tem defendido a Lei. Pelo contrário, têm adotado posições muito calhordas em relação à Lei de Informática. Dito isso eu queria falar o seguinte: minha experiência vai muito mais pelo que eu diria jornalismo tecnológico de que propriamente científico, uma experiência, aliás, que coincidentemente começou aqui na Bahia, na Tribuna da Bahia uns 15 anos atrás.

Como jornalista ligado a área de economia, nos vários jornais por onde passei, sempre tive o interesse pela cobertura da área industrial e a partir daí pelas implicações do desenvolvimento tecnológico nessas áreas industriais. Como assessor de comunicação da Financiadora de Estudos e Projetos –

Finep tento levar para lá, agora do outro lado do muro, digamos assim, do outro lado do balcão, um pouco dessa experiência anterior de quem buscava notícia. Agora eu sou um canal de fornecimento de notícia.

O que eu senti nos debatedores e na exposição do professor Darcy foi um pouco de incompreensão do papel da imprensa e ao mesmo tempo uma frustração, mas acho que é tarefa nossa procurar entender como a imprensa se posiciona até porque estou convencido de que o problema é muito mais complexo e talvez insolúvel.

Creio que a imprensa tem um papel ideológico na sociedade. A imprensa é um dos mais importantes e mais poderosos aparelhos ideológicos do estado. A imprensa não cria a sociedade, ela é um reflexo dos poderes organizados nessa sociedade. Numa sociedade capitalista dependente como a nossa, a imprensa só poderia refletir o tipo do capitalismo que se faz no Brasil. Num país em que o desenvolvimento científico sempre foi relegado a um plano que não é nem secundário, é quaternário e que todo desenvolvimento tecnológico é basicamente um copismo ou mera importação, a imprensa teria que dar o espaço que sempre deu ou não deu à nossa ciência e à nossa tecnologia. Ou seja, importa o noticiário científico, é verdade, basta a gente ver a Veja, a Isto É, a Senhor. O material está lá, é meramente traduzido e quando há um material nacional é um material pautado de fora. Eventualmente a Time, o Le Monde fazem uma ampla reportagem sobre o assunto que passa a ser de relevância científica e imediatamente a Veja faz uma pauta interna em que absorve muito desse material externo e coloca alguns elementos de nacionalidade mas subordinada à ótica dessa pauta importada. A Senhor é um escândalo. A página de ciência e tecnologia é uma mera tradução da “Economist”.

É verdade que mais recentemente começou a aparecer alguma coisa de produção nacional na nossa imprensa, daí eu discordar, até por esses exemplos mais recentes, que seja um luxo para a imprensa ter um editor de ciência e tecnologia. Não é. Poderia ter um editor de ciência e tecnologia se houvesse por parte da concepção ideológica que norteia a imprensa no Brasil espaço para um editor verdadeiro de ciência e tecnologia. Algumas revistas têm um editor de ciência e tecnologia. A Senhor tem, a Veja tem, o Jornal do Brasil tem. Só que a orientação ou até a desorientação que esses profissionais

recebem, não é no sentido de efetivamente abrir espaço para uma ciência e tecnologia produzida no país, mas sim dar o espaço para a adaptação tecnológica própria de um sistema capitalista dependente.

Vou tentar aprofundar essas questões. Acho que nós mapeamos bem nessa Mesa os fenômenos. Devemos ver a imprensa e a televisão como um canal de suprimento simbólico da sociedade. Acho que a imprensa, tanto escrita como televisada, atende uma demanda da sociedade, e ao mesmo tempo supre tais representações de modo a conformar a sociedade dentro de um determinado padrão de reprodução.

Uma imprensa numa sociedade subdesenvolvida tem que, necessariamente, conformar a sociedade aos padrões de reprodução subdesenvolvidos, a não ser que houvesse por parte de uma sociedade como a brasileira um inequívoco projeto de desenvolvimento próprio. Na medida em que a sociedade brasileira não formulou um inequívoco projeto de desenvolvimento próprio, não foi capaz, conseqüentemente, de criar os seus instrumentos de formulação simbólicos que calcassem esse projeto de desenvolvimento próprio.

O que temos hoje é uma estrutura jornalística oligopolizada. São quatro, cinco ou seis grandes grupos noticiosos, e um escândalo, como é a TV Globo, que chega a deter 90% das audiências nacionais, cujos padrões, cujos códigos de estruturação das notícias são importados. A televisão usa um código de mensagem importado da televisão norte-americana. A nossa imprensa usa código de mensagens importados da imprensa norte-americana. Quando aqui se faz uma crítica à tendência da imprensa de tratar a informação como fait-divers é bom que se diga que isso não é da imprensa brasileira. Isto é um padrão da imprensa capitalista ocidental. O fait-divers foi inventado em 1833 no New York Sun e a partir daí expandiu-se e hoje é um padrão da imprensa ocidental, porque responde a uma necessidade simbólica da sociedade industrial moderna, que quer através desse tipo de noticiário, ou através do tipo de programa que a televisão mostra ou do tipo de cultura que os cadernos divulgam e as revistas de domingo divulgam, encontrar os seus elementos de representação e de identidade social.

Obviamente os elementos de representação e identidade social de uma sociedade como a brasileira não é, me perdoe o professor, o sertanejo

nordestino que precisa da água, mas sim a camada média urbana que precisa da gasolina. Daí porque não é notícia. Petróleo é. Particularmente concordaria que do ponto de vista social a água tem um impacto muito mais amplo, mas a doença de Chagas não é notícia e a AIDS é, embora atinja 300, 400 pessoas e a doença de Chagas, a esquistossomose, a leishmaniose, a milhares de brasileiros que não estão inseridos no universo simbólico da nossa sociedade ou do padrão simbólico dos segmentos dominantes dessa sociedade. Do contrário, seria um padrão alternativo que fizesse essa sociedade se olhar para dentro e obviamente se olhar para dentro significaria uma ruptura com a proposta de inserção internacional que hoje dirige o desenvolvimento brasileiro.

Hoje como assessor de comunicação da Finep enfrento esse tipo de problema. Minha tarefa é interessar os colegas para que noticiem projetos que a Finep financia e é muito difícil, é muito árduo, interessar os colegas. Agora estou entendendo esse processo, estou entendendo a dificuldade de ter esse tipo de espaço. Passa por uma necessidade de conscientização também. Passa pela necessidade de uma luta política que tem que ser travada inclusive dentro das próprias redações dos jornais, onde o jornalista, subordinado aos padrões de dominação existentes nas redações, subordinado às burocracias das redações, tem se recusado a travar uma luta política pela informação.

Ele vai brigar nos sindicatos por melhores salários, vai brigar no partido pela eleição do prefeito ou pelo governador de sua preferência, mas não briga dentro da redação pela informação, por um jornalismo alternativo que privilegie um tipo de notícia, um tipo de informação que talvez não seria nem o fait-divers tradicional, mas poderia até passar pela própria utilização do fait-divers, mas no sentido de promover culturalmente, simbolicamente, uma inserção diferente da sociedade brasileira no sistema internacional. Na medida em que essa reivindicação não é posta profissionalmente, os jornalistas então não consideram notícia aquilo que não está inserido dentro da proposta básica da imprensa, como é esta imprensa hoje.

A questão passa então por solução tipo Ciência Hoje, ou seja, aqueles elementos que compõem a contraelite tem que buscar os seus canais de comunicação e buscar fazê-lo com eficiência, com competência, com inteligência e nesse caso a Ciência Hoje tem nos dado um brilhante, um

belíssimo exemplo de que é possível. Ciência Hoje realmente é uma lição para todos nós.

Agora mesmo na Finep estamos lançando um novo tipo de boletim informativo e pretendemos atingir um público selecionado de três mil, quatro mil, cinco mil pessoas. Selecionadas a dedo, realmente pegando em listas e listas um por um. Um público que decide, para levar a esse público um tipo de informação a respeito do que se faz em termos de ciência e tecnologia, e atingir um público que basicamente é o que decide num país como o Brasil, para pelo menos permitir peneirar ali dentro algum tipo de articulação política que dê sustentação a um projeto científico e tecnológico nacional.

Creio que hoje no contexto da revolução técnico-científica ou o Brasil assume uma posição científica diante da revolução técnico-científica mundial ou vamos ficar definitivamente dependentes. Fala-se em uma sociedade da informação. Corremos o risco de sair da sociedade subdesenvolvida para a sociedade da subinformação, consumidores de conhecimentos gerados nos países mais avançados, mero aplicadores de tecnologia que tais países queiram nos transferir. Daí porque a questão do desenvolvimento técnico-científico, que se colocou aqui na Mesa, tem que virar uma demanda da sociedade brasileira. A sociedade brasileira tem que assumir que precisamos gerar aqui dentro o conhecimento necessário ao nosso desenvolvimento, para que possamos ser também coparticipes da revolução técnico-científica que não se opera em todo o mundo, mas em uns 10 ou 15 países mais adiantados.

Eu veria até com uma certa expectativa de esperança o desenrolar desse fenômeno, porque o Brasil hoje é um país industrialmente maduro, embora com distorções que todos nós sabemos, mas temos uma base industrial avançada e podemos, aproveitando a crise, como já aproveitamos a crise em outras épocas até para montar essa base industrial, podemos romper ou reduzir os laços de dependência na área técnico-científica. A política hoje, a proposta hoje, creio, seria a mobilização da sociedade para o desenvolvimento técnico-científico brasileiro. Essa proposta deve ser levada à própria Constituinte, como um princípio constitucional brasileiro. Agora, essa proposta passa por um trabalho que não levo muita esperança em relação a imprensa que está aí. Ou seja, por uma mobilização que há de usar outros canais de comunicação com a sociedade, e outros instrumentos de articulação social.

Darcy Fontoura – Gostaria de fazer uns dois ou três comentários. O primeiro deles a respeito da falta de politização do noticiário que é veiculado pela imprensa, e mais particularmente pela televisão. Quer dizer, a notícia sem o revestimento de suas consequências político-sociais. Isso realmente mostra o quão simplista é a técnica de informação em nosso meio. Agora, por comparação com países mais desenvolvidos, tenho a impressão que um desenvolvimento do tipo que ele citou, de instrumentos bélicos, levaria certamente a uma onda de protestos de alguns setores da sociedade. Infelizmente não atingimos ainda essa situação. Esse tipo de manifestação só era conseguida através dessa mobilização. Não sei se a Constituinte é o caminho mais adequado. Enfim acho que a Constituinte está virando um pouco a panaceia.

Acho que, independentemente de inserção em documentos legais, é importante a ação, a atividade em torno desses assuntos que nos preocupam. É preciso atuar diretamente. E o curioso é que às vezes nós descremos um pouco do poder de que desfrutamos. Apesar de tudo é preciso que tenhamos sempre em mente que cada um de nós desfruta e detém uma fração microscópica do poder. Esse é um dado de que realmente as pessoas não se dão conta. Apesar de toda a dependência, apesar de toda a repressão, cada um de nós tem uma capacidade e evidentemente o somatório dessas frações microscópicas é que vai dar a todos o sentimento de nação. É daí que vai surgir o desejo nacional.

As pessoas de um modo geral não se conscientizam dessa possibilidade. O exemplo mais flagrante em termos políticos é a recente constituição da associação de moradores de bairros e as respectivas federações que exercem já um considerável poder político em várias regiões do país. Isso resulta pura e simplesmente da conjugação de esforços e da integração dos micropoderes que cada um detém individualmente.

Um outro dado que julguei muito apropriado, a que o Murilo se referiu, foi o da linguagem utilizada para a divulgação do fato científico. Ele se referiu ao fato de que era difícil distinguir, num suplemento da Folha de São Paulo, o que era publicidade ou o que era notícia em termos de linguagem. É verdade, eu

tenho essa grande dificuldade também, já tinha percebido isso. De repente estou lendo uma matéria e não sei se aquilo é um informe publicitário, porque não está nitidamente destacado, mas a forma de expressão é absolutamente identificável com uma linguagem publicitária. Estou absolutamente de acordo. Acho que foi muito bem apontado esse aspecto.

Quanto à ênfase que está se dando à Medicina, especificamente no desenvolvimento tecnológico dentro da atividade médica, tenho a dizer o seguinte: é um fato notório que medicina é sempre assunto. Se você não tem o que dizer, se falta assunto, pauta uma doença que dá certo. Hipertensão, doença, câncer, dão logo um interesse incrível, calvície, qualquer coisa. Há um editor do Science que diz o seguinte: seja lá qual for a pauta que você fizer, põe sempre alguma coisa de medicina, porque as pessoas se interessam muito pelo próprio bem-estar, pela própria saúde. Há de haver sempre alguém que tem uma doença vascular, ou dor no fígado.

Agora, o que é importante é o seguinte: esses supostos avanços tecnológicos são noticiados com grande estardalhaço. Fez-se um transplante de coração, um transplante de não sei o que, especialmente esses transplantes cuja eficiência ainda não está assegurada. Reparem que esses casos, primeiro, ou eles não têm um segmento, você não sabe o que aconteceu com o paciente ou, o que é mais comum, o paciente morre e o óbito não é noticiado, ou é noticiado em páginas internas ou em locais menos visíveis.

Isso é um dado muito importante. Forma-se uma tremenda ilusão de que as pessoas têm à sua disposição todo um arsenal terapêutico que na verdade não existe. Isso corresponde à necessidade que a população tem de se sentir bem, ou pelo menos de ter a possibilidade de se sentir bem. É uma esperança fantástica, você se nutre através desse processo.

Bem, agora em relação a intervenção do Dias. Eu vejo esse caso que ele relatou sobre o projeto de armazenamento subterrâneo de água, de longa duração, com perspectiva de um profundo impacto social. Sua deturpação por um semanário brasileiro, que é algo corrente, apenas ilustrou mais uma vez o fato de que a notícia científica pura e simples não levanta um grande interesse dos responsáveis pelas redações, do secretário de redação, principalmente dos empresários que detêm o poder dessas organizações. E pode ser até pior, eu acho que isso pode ser bem agravado em certos casos: você se referiu a

omissão, mas às vezes a notícia é inteiramente deturpada. Você diz uma coisa e sai outra diferente. Acho que isso tende a mudar. Tenho a impressão de que é preciso sempre trabalhar nesse sentido.

Da mesma forma que o jornalista é o profissional mais adequado para veicular a informação, o cientista é o profissional mais adequado para fazer a avaliação técnica dessa informação. É só juntar esforços. O jornalista não é obrigado a julgar o mérito científico da matéria, ele é obrigado a saber divulgá-lo corretamente e de um modo profissionalmente justo e com todo brilho que deve ter. Por outro lado não pode dispensar o concurso do cientista, que tem a capacidade de fazer a avaliação técnica.

Agora, qual é a característica fundamental do jornalismo científico, do jornalismo de um modo geral e mais particularmente do jornalismo científico dentro desse processo. É que o jornalismo científico pode fornecer o tipo de informação para a mobilização nos termos que o próprio Marcos se referiu, de procurar desenvolver um processo de conscientização. Desenvolver um processo de conscientização sem proselitismo, mas sim através da divulgação, da informação correta, ou das várias vertentes que cercam um determinado tipo de informação. Isso ainda é mais importante e o leitor médio é capaz de distinguir isso.

Ao invés de dizer que a loucura é um fenômeno que resulta de uma disfunção bioquímica, eu posso dizer que há quem diga que a loucura resulta de uma disfunção bioquímica, mas há quem diga que isso é um fenômeno social. Há quem diga que isso resulta da interação com a família, há quem diga que isso é um distúrbio científico, compreende? Então os pontos estão lá e o indivíduo recebe toda essa informação, bem fundamentada cientificamente. Não é matéria de achismo, “eu acho que”, “eu penso que”, não. Os fatos são os seguintes: encontrou-se essa situação, há um número x de casos que demonstram isso, há um número que respondeu a essa terapêutica, outros que não respondem a essa outra, então vamos discutir com bases científicas. Isso é um tipo, uma forma de conscientização que você faz.

O sujeito aprende então a discernir a partir dos seus próprios potenciais e baseados em informações que não são aquelas que atendem aos interesses desta ou daquela televisão ou deste ou daquele jornal.

Quando o Marcos diz que a imprensa atende às demandas da sociedade isso é verdade, mas também tem um outro lado que é o seguinte: que a imprensa é capaz de impor certas características à sociedade que a sociedade não necessariamente possui ou deseja. Existe um caráter impositivo quando o sujeito apresenta novas modas, na música isso é muito característico. De repente você tem todo um trabalho das editoras de disco, das gravadoras nos meios de comunicação, que faz com que de repente o rock pauleira seja mais tocado que a música popular brasileira, simplesmente em função de interesses comerciais. Isso não significa que essa sociedade esteja suscetível, mas não é aquilo necessariamente que ela quer. Ela não tem direito de opção. Eu só posso dizer que a sociedade deseja aquilo quando se oferecem alternativas.

Othon Jambeiro – Não há ninguém inscrito. Eu me inscrevo para tecer algumas considerações e colocar algumas questões para a Mesa.

Uma das coisas que gostaria de colocar é a questão da transformação desta relação que está sendo constatada aqui agora, ou que está sendo explicitada aqui agora, entre imprensa, ciência e sociedade. Essa intermediação que segundo foi colocado aqui é mal feita, quase inexistente, deturpadora e tudo mais. Mas eu pergunto o seguinte: será que não há uma explicação para isso acontecer? Acho que deve haver. É da própria característica da atividade científica buscar o porquê das coisas. Porque essas coisas acontecem, porque há um tratamento dessa natureza com relação aos fatos científicos, aos processos científicos, aos produtos científicos? Como se explica, por exemplo, que haja tanto noticiário sobre a indústria da informática e sobre alguns assuntos de alcance semelhante? Será que por trás disso não há determinados interesses e por trás do noticiário não há determinados movimentos sociais que levam a isso?

No caso da informática, foi feito, no ano passado, um movimento enorme, chamado Brasil Informática, que certamente teve um papel fantástico na divulgação do que estava ocorrendo, da luta que estava ocorrendo a respeito da informática. O desfecho que se conseguiu foi a aprovação da lei no Congresso Nacional. Em vários momentos da história recente brasileira

também a imprensa tem sido levada a mudar de comportamento exatamente em função da atividade de movimentos que a sociedade assume. O caso das eleições diretas deu-nos exemplos magníficos, inclusive a mudança de comportamento da Rede Globo que inicialmente sequer noticiava os comícios, mas por força de pressão popular, por força da atividade da sociedade organizada teve que mudar seu comportamento e terminou sendo talvez a rede que maior cobertura deu à luta pelas eleições diretas, engajando-se até de maneira grandiosa e apoteótica no final, fazendo até determinados aproveitamentos emocionais dos fatos da campanha das diretas. Isso tudo coloca uma questão de importância muito grande, que é a questão do controle dos meios de comunicação, da propriedade e uso dos meios de comunicação e que tem que desembocar na democratização da comunicação social, das telecomunicações brasileiras.

Hoje, dentro da nossa sociedade complexa e capitalista dependente é impossível, senão a pequenos grupos controladores do capital, possuir, usar os aparatos da comunicação. Numa sociedade complexa, sociedade chamada de massa, para se montar um jornal ou uma revista é preciso um capital enorme. Nem todo mundo consegue, como conseguiu o pessoal da Ciência Hoje, uma instituição que resolva bancar a revista, resolva subsidiar a revista durante pelo menos um certo tempo até que ela se segure. Isso é impossível, porque no mundo capitalista em que a gente vive o que importa efetivamente é o lucro e o Estado não representa outra coisa senão exatamente esses grupos capitalistas que dominam a nação.

Ao Estado pode, em determinado momento, interessar financiar uma revista como Ciência Hoje, mas num Estado democrático uma revista Ciência Hoje não deveria ser uma exceção, ela teria que ser uma regra geral. Isto é, ao Estado competiria, esperamos que competirá, dar facilidades semelhantes a uma série de outros segmentos da sociedade que precisam explicitar o seu pensamento a essa mesma sociedade. Quer dizer, o tratamento diferenciado que é característico de uma sociedade capitalista, porque é uma característica dela também a injustiça social, o tratamento diferenciado que é dado a Ciência Hoje, num Estado democrático deveria ser rompido e aí deveriam também ter o mesmo tipo de subsídio, não só entidades profissionais científicas, mas também entidade tipo associações de bairro, tipo sindicatos, etc., que tem o

que dizer a sociedade e do que a sociedade precisa, até como medida de sobrevivência.

O que eu gostaria de colocar é se não seria um bom caminho, buscar com maior rigor as causas reais que provocam esses fatos, o porquê desse boicote da imprensa. Podemos pegar como objeto de estudo o jornalismo científico, mas seguramente este boicote se dá com relação a inúmeras outras coisas. Talvez seja um bom caminho começar por aí e a partir daí generalizar para outros fenômenos destas relações entre a sociedade e a imprensa e por este caminho conseguir levar a sociedade a refletir sobre o papel que a imprensa desempenha na sociedade.

E, quem sabe, talvez ajudar esta luta que os profissionais de comunicação vêm travando de uma maneira desigual pela democratização da comunicação. Porque toda vez que se acusa a imprensa, o primeiro pensamento de todos se dirige muito mais para os trabalhadores na imprensa do que para os proprietários dos meios de comunicação. E na verdade hoje, e cada vez mais, quem menos manda nas redações dos jornais são exatamente os jornalistas.

É preciso que se coloque isso para a sociedade e é possível até que os próprios cientistas possam ajudar executando, planejando investigações que nos auxiliem a superar esse empecilho para uma sociedade democrática.

Murilo César Ramos – Acho que tem algumas questões bem interessantes colocadas aqui e acho que todos concordamos que a indústria cultural hoje, talvez seja o mais importante mecanismo de controle social sobre nós. Então esse é o ponto de partida.

A análise que o Dantas fez podemos concordar inteiramente com ela. O que me preocupa, e o Othon deu a deixa, é o seguinte: onde é que nós podemos buscar as contradições para tentar algum processo de mudança? Essa preocupação tem me angustiado muito ultimamente, porque se tratamos a indústria cultural de forma apocalíptica realmente vem o desânimo que o professor Carlos Alberto vem sentindo. Então a nossa tarefa é tentar encontrar as contradições na indústria cultural para que se possa fazer alguma coisa em termos de mudança.

Creio que o entendimento do processo de produção da notícia, o entendimento de como funcionam as redações, a descrição, da hierarquia das redações, pode ser um primeiro passo. Assinalo aqui o gancho das eleições diretas. Foi uma coisa que acompanhei, escrevi e fiz alguns trabalhos sobre isso. O comportamento da Globo foi interessante. No caso do comício da Praça da Sé, houve uma tentativa, um princípio de greve na redação da Globo em São Paulo, quando profissionais se rebelaram contra a decisão de boicotar a cobertura nacional. Eles conseguiram que a cobertura fosse aberta para São Paulo e depois passou a valer para todas as outras capitais.

Se nós fizermos um trabalho de conscientização do profissional, é possível explorar essas contradições e conseguir abrir as brechas que provocam algumas transformações.

A Veja é um caso típico. Estou no momento com um grupo de alunos trabalhando comigo numa pesquisa de jornalismo comparado em Brasília. Uma das redações que estamos pesquisando é a Veja. O chefe de redação dá um exemplo que para mim é clássico: Brasília produz 70% do material que vai para São Paulo, com 10 profissionais.

É impossível fazer um trabalho realmente competente com essa estrutura. Além do mais o poder decisório de mando em São Paulo é muito grande. Como fazer para democratizar as redações dos jornais, para que o profissional tenha um poder muito maior de decisão? Se esse caminho fosse um caminho possível, é evidente que nós teríamos alguma transformação significativa do ponto de vista da cobertura, porque o problema não reside no profissional. O problema reside, evidentemente, no controle da indústria cultural pelas classes dominantes.

Na questão da radiodifusão há outras coisas que podem ser vistas com maior possibilidade. A radiodifusão é uma concessão pública. O que ocorre no Brasil é a distorção do próprio modelo que nós importamos e que nos foi imposto, que é o modelo da radiodifusão norte-americana. Nos Estados Unidos a legislação prevê que grupos organizados ou cidadãos individuais peçam a cassação de uma concessão de uma emissora de televisão caso ela não esteja cumprindo o seu papel de servir à comunidade, já que ela explora uma concessão pública. A legislação brasileira simplesmente é omissa sobre isso. Quem detém o poder de intervir é o Estado apenas e isso é muito pouco. A

sociedade deveria ter canais de acesso, canais de intervenção na própria radiodifusão.

Vejo isso como um caminho que deve ser perseguido, como uma mobilização nossa, como devemos fazer no caso específico da radiodifusão para alteração da legislação. O código brasileiro de telecomunicações, superadíssimo, de 62, é algo que tem que ser revisto urgentemente.

No caso da radiodifusão, um outro aspecto que me parece importante é a criação de um sistema alternativo, intermediário entre o chamado controle estatal, que tanto afugenta as classes dominantes, mas que por seu lado também tem problemas, e o controle estritamente privado. A possibilidade de você instituir um sistema público estruturado de forma que o controle da radiodifusão pública fosse através de fundações com participação das comunidades. Isso traria seguramente um avanço no campo da radiodifusão, da televisão. E o embrião desse sistema público existe: são as TVs educativas, educativo-culturais. Agora conhecemos a situação as TVs educativo-culturais e sabemos que esse sistema está longe ainda de representar uma possibilidade, pelo menos a curto prazo, de termos acesso a um sistema mais democrático, o que não nos impede de pensarmos em alternativas para ele.

Em Brasília, no momento, estamos numa luta pela recuperação do canal educativo-cultural de Brasília, que foi passado para a TV Bandeirantes no final do governo Figueiredo. É uma articulação da Universidade de Brasília com o governo do Distrito Federal. A proposta que temos para essa televisão educativo-cultural, que deverá funcionar em conjunto com a própria rádio da Universidade de Brasília, que deverá ser criada, é de algum tipo de fundação, cuja forma jurídica seja a mais democrática possível, de modo que haja controle por parte do público.

São possíveis caminhos, são coisas que temos que considerar, admitindo que há condições de alguma intervenção democrática nos meios de comunicação e na imprensa.

Marcos Dantas – Queria sublinhar que quando coloquei o problema da imprensa ou do noticiário, ou das informações veiculadas via jornal e televisão atenderem a uma demanda da sociedade, é bom explicitar que estou

falando de uma demanda simbólica, estou falando da necessidade que a sociedade tem de encontrar mecanismo de representação. O capitalismo gerou um instrumento de oferta desses mecanismos que é a indústria cultural. A existência da indústria cultural acaba negando à sociedade, alternativas simbólicas. Agora, é preciso ter muito claro que quando essa sociedade tem um projeto não é a indústria cultural que registra. E o caso da Globo que foi citado aqui, é um caso claro. No momento em que a sociedade brasileira teve um projeto claro de mobilização, não foi possível ver a TV Globo fingir que ignorava, ela teve que vir atrás.

Esses momentos na sociedade brasileira infelizmente são muito raros e até mais, a gente se lembra que a campanha das diretas, que foi uma campanha belíssima, acabou frustrando-se. A sociedade brasileira foi toda para rua pedir as diretas, nós não tivemos as diretas. Temos grupo organizado que quer a Constituinte assim e assado, mas acabaram de aprovar uma Constituinte no interesse de outros grupos organizados e ficou por isso mesmo.

Não sou muito autocomplacente com os profissionais de imprensa, Murilo. Acho que há uma responsabilidade grande nossa. Sou jornalista e posso falar. Há uma responsabilidade grande nossa do que acontece dentro dos jornais e revistas e na televisão. Não acho que a responsabilidade seja dos patrões, embora admita que existem limites além do qual você não passa. Mas tenho consciência clara de que o profissional de imprensa dentro das redações é um burocrata. E toda a linha, de editor-chefe ao repórter, é cumpridora de tarefas. É até, como se diz na nossa gíria, um filho da pauta. O pauteiro mandou, o repórter cumpre. O repórter é incapaz hoje em dia de sair para fazer uma pauta própria, buscar a sua pauta e trazer a sua matéria. É uma atitude do repórter não discutir dentro do seu trabalho, de não discutir o trabalho que está realizando. É uma atitude política. Posso falar isso, inclusive, e vou trazer um caso que é pouco conhecido, mesmo no meio da imprensa.

Nos meados do governo Geisel abriu-se uma campanha na imprensa, sobretudo no Jornal do Brasil, para acabar com o monopólio estatal do petróleo. Montou-se um lobby via JB para que o governo aceitasse os contratos de risco. Nessa época eu trabalhava na Globo e nós repórteres de economia do Globo adotamos uma posição contrária aos contratos do risco, posição esta da qual compartilhava o editor. A partir disso foi possível articular os outros

canais de hierarquia da redação contra os contratos de risco. E foi possível convencer o Roberto Marinho de que o governo Geisel era contrário aos contratos de risco. Ou seja, partiu da base. Como o patrão estava convencido de que o Geisel era contra os contratos de risco, porque toda a evidência dizia que era, ficou na dele e a gente passou três, quatro meses no O Globo, combatendo os contratos de risco.

Isso é possível quando há a mobilização do profissional em torno da informação que está manipulando o que é raro, o que rigorosamente raro. Uma revista como a Veja, por exemplo, o Civita praticamente não intervém na redação, quem está lá fazendo ou deixando de fazer, quem decide que essa notinha aqui vai ser desse tamanho não é o Civita, é o editor da revista, é o jornalista, que está lá e que decide. É a burocracia do jornalista que decide. Ela pode até convencer o patrão a sair por uma linha diferente, evidentemente quando o assunto não é o final para ele. E a maioria dos assuntos que a imprensa aborda diariamente não é vital para a acumulação empresarial. Então não sendo vital para a acumulação empresarial o espaço não é ocupado porque nós profissionais da imprensa somos burocratas da redação.

Concordo a partir daí que o trabalho de conscientização pode ser feito. Há o espaço para que a sociedade brasileira trabalhe em cima do profissional de imprensa e dele cobre as suas responsabilidades, exija do profissional de imprensa uma inserção social maior e uma apropriação política da informação que divulga. Agora, tem que partir da sociedade, a sociedade é que tem de fazer essa pressão. O trabalho de buscar o jornalista, levar o jornalista lá para ver o evento científico, o evento tecnológico, isso efetivamente tem que ser feito. O trabalho de conscientização, de explicação.

Pagar passagem do jornalista para ir lá, isso todos fazem. O empresário quando quer ver sua empresa no jornal paga a passagem do jornalista para ir lá. Temos que fazer também. Quando não pago a passagem do jornalista, pago um anúncio no jornal e o jornal manda cobrir, porque o que interessa para o patrão, aí é o outro lado da questão, o que interessa para o dono do meio de comunicação é o lucro, é transformar o seu meio de comunicação em veículo de informação pagas. É lamentável isso, mas é verdade. A imprensa hoje, a televisão hoje, não é um veiculador de notícia, de informação, é um veiculador

de publicidade, o patrão acha ótimo. E essa é a base da indústria que nós temos hoje.

A ciência e a tecnologia não são ainda vistas entre nós como em sociedades mais desenvolvidas, como um gerador de comportamento, exceto no campo da informática. A informática hoje tem espaço na imprensa, porque a informática virou comportamento, virou consumo e o espaço que a imprensa dedica à informática é o espaço do consumo. A imprensa não discute na informática os impactos sociais. A discussão de impactos sociais não está em questão, a não ser o impacto comportamental que não precisa ser discutido, porque é discutido pelo próprio produto.

A informática ganhou um certo espaço na imprensa porque foi montada em torno de um lobby empresarial, a reserva de mercado, que pretendeu a criação de uma camada empresarial nesse setor de informática. Ao criar essa camada gerou-se um interesse específico, e esse interesse passou a gerar faturamento para a imprensa. O espaço e até as folhas dedicadas aos computadores são folhas pagas.

Sobre a questão da democratização dos meios de comunicação, acho que é muito complexa. Por exemplo, nós temos em todas as cidades brasileiras dezenas de rádio AM e FM. Ninguém pode reclamar que o rádio não seja democratizado. Você liga de uma rádio para outra, pula de uma para outra, é tudo a mesma coisa. Então a democratização não passa por uma mera distribuição maior dos canais de informação, não seria o caso apenas ter mais televisões, ou ter mais jornais, porque voltamos à questão inicial. Os meios de comunicação integram uma indústria cultural e cumprem uma função. Você pode ter dezenas de rádios, estas dezenas de rádios serão instrumentos dentro da indústria cultural e veicularão o que a indústria cultural quer veicular para atender uma demanda simbólica da sociedade. Então a questão da democratização dos meios de comunicação acaba passando por uma questão de democratização da sociedade brasileira. Enquanto a sociedade brasileira for esta que está aí, dezenas de rádios estarão tocando rock hoje, amanhã passa a moda do rock, vem a moda do samba, passa a moda do samba, vem a do bolero, passa a do bolero, vem a do funk, porque a indústria cultural está permanentemente criando símbolos aparentemente novos que a sociedade esteja permanentemente consumindo numa dinâmica simbólica que mantém o

equilíbrio psíquico de uma sociedade dividida, confrontada e cheia de contraste como essa sociedade brasileira.

Othon Jambeiro – Muito bem, vamos então encerrar esta sessão, a penúltima do Seminário. Amanhã teremos a última sessão com a exposição do professor Roberto Santos que é presidente do CNPq e que terá como debatedores o presidente do CEPED (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Bahia), o secretário executivo do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, a professora Maria Brandão, da área de Ciências Humanas, o presidente do Sindicato de Jornalistas e o presidente da Associação Bahiana de imprensa. Muito obrigado e até amanhã.

Sessão 04

POLÍTICA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA – O PAPEL DA IMPRENSA

Eliane Azevedo (Vice-reitora da UFBA) – Nossa satisfação é exponenciada pela presença como conferencista principal do professor Roberto Santos, nome muito ligado a história desta Universidade e sobretudo ao seu desenvolvimento científico. Não apenas como pesquisador, na própria produção do conhecimento científico e na escola de ciência que ele formou na Faculdade de Medicina, mas também pelo seu desempenho como administrador, dando todo apoio a que essa instituição passasse a ocupar um lugar mais privilegiado na produção em ciência nesse país.

Não apenas isso, mas a compreensão do professor Roberto sobre os problemas sociais e o seu entendimento da importância da ciência para o bem estar da comunidade, faz com que seja a pessoa mais indicada para falar para nós aqui hoje sobre ciência e sociedade. E a necessidade de fazer com que não apenas um pequeno público participe dos benefícios da ciência, mas que realmente a ciência chegue a se tornar um bem comum usufruído por todos os brasileiros.

É com muita satisfação que nós presidimos essa Mesa, e devido ao adiantado da hora nada mais oportuno do que começar a ouvir o professor Roberto Santos a quem convido para proferir a sua conferência.

Roberto Santos – Eliane é amiga firme e decidida de muitos anos, de modo que como vocês sabem disso já terão dado o desconto nas palavras amáveis e sempre generosas com que ela se refere a mim.

Quero inicialmente aplaudir a iniciativa da Escola de Comunicação da Universidade Federal da Bahia de promover esse encontro sobre jornalismo científico. Creio que há motivos profundos que levam a justificar um apoio muito especial a esta área de atividade dos meios de comunicação, em vista dos reflexos que uma intensificação das atividades neste campo de grandes

assuntos das comunicações de massa no Brasil moderno deva merecer um espaço muito especial.

Ao receber o convite para participar desse encontro, entretanto, recebi também uma espécie de roteiro; devo ater-me a ele, e por isso antes de enfrentar logo a questão do jornalismo científico, darei uma ligeira notícia sobre como vem o CNPq procurando cumprir as suas atribuições dentro do grande sistema do Governo Nacional. Eu o farei de forma breve, até porque essas mesmas notícias já têm sido trazidas aqui à Bahia e em especial à Universidade em outras oportunidades, mas vejo aqui presente com grande satisfação uma proporção muito elevada da juventude. Procurarei relatar o que estamos fazendo mais especificamente tendo como alvo a juventude que está aqui presente.

O CNPq tem a responsabilidade de promoção, de coordenação, de trabalho de desenvolvimento científico e tecnológico, em todo país. Essas responsabilidades vêm sendo cumpridas por meio de mecanismos que já adquiriram alguma tradição. O CNPq é um órgão que tem estado em pleno funcionamento desde 1951 e que foi fundado num momento em que o Brasil tomava percepção, poucos anos depois da 2ª Guerra Mundial, da crescente significação dos estudos científicos e da inovação tecnológica no dia a dia da vida do cidadão. O Brasil não tinha naquela época uma tradição de ciência implantada nas nossas Universidades. Nossa tradição de ensino superior era voltada para a formação profissional. O sistema de ensino superior era apenas um meio auxiliar de preparar o futuro profissional para compreender e para aprender as técnicas que compõem o exercício de cada profissão.

Assim, na Escola de Medicina se lecionava a Física, a Química, que eram necessárias para a percepção do essencial nas práticas que compõem a profissão médica. Assim como na Engenharia uma outra Física e uma outra Química e uma Matemática eram lecionadas com vistas para a profissão de engenheiro. Já outra Matemática existia na Escola de Economia e outra na Escola de Arquitetura, assim como uma outra existia na Faculdade de Farmácia. As ciências eram fragmentadas. E a não ser em situações muito especiais e muito pessoais em que a vocação do cientista e de pesquisa motivava nossos homens das gerações passadas a aprofundarem os seus estudos no ramo da ciência a que se dedicavam, de um modo geral estas

Escolas se destacavam pela formação de profissionais, não pelo trabalho de pesquisa científica ali realizada.

Isto tinha de mudar porque o Brasil tinha sido até então um país que produzia certos gêneros que vinham do trabalho de campo com uma tecnologia simplificada. Esses produtos eram exportados para países onde o mercado tem maior poder aquisitivo e com os recursos gerados por esses produtos primários de exportação, o Brasil comprava os produtos industrializados, em que a tecnologia já estava inserida, embutida na própria compra do produto pronto.

O Brasil, entretanto, caminhou a passos firmes para uma economia crescente na produção dos bens e dos serviços que interessam a vida do cidadão brasileiro. Isso não teria ocorrido se não fosse o desenvolvimento científico que começou, pode-se dizer, ressalvadas poucas exceções anteriores, com o apoio que o CNPq passou a dar a esses pouquíssimos pesquisadores da época. E a formação, a princípio também de uns poucos profissionais que mostravam vocação para esse tipo de trabalho e que vieram mais tarde, já formados, graças ao apoio do CNPq, consagrar-se como cientistas e pesquisadores.

Portanto, o começo de tudo isso foi o desenvolvimento científico realizado quase sempre dentro das Universidades. A tecnologia efetuada no Brasil era muito simples e o que havia de base científica nos trabalhos de relevância econômica era muito pouco.

Mas assim as coisas foram crescendo dentro das Universidades a ponto de forçar-se uma reestruturação do ensino superior, atribuindo às ciências básicas um espaço, a partir da década de 60, que anteriormente jamais existia. Essa transformação na vida das Universidades, que poderá até nem ter nascido da iniciativa das próprias Universidades, mas que terão sido compelidas a transformar-se para atender aos novos anseios de uma sociedade que evoluía, essa transformação ensejou um crescimento muito mais rápido dos setores básicos do conhecimento e também de pesquisa. Essa transformação até hoje não foi completamente entendida até por algumas das nossas lideranças que lidam com outros ramos de atividade, porque a ideia de que a Escola de Ensino Superior tem como atribuição exclusiva a formação profissional está tão arraigada na mentalidade nacional que está custando décadas para que haja compreensão de que a pesquisa científica e os setores

básicos do conhecimento devem ter um papel da máxima importância dentro das Universidades.

Este apoio aos setores básicos do conhecimento de que o CNPq foi pioneiro é assim a primeira das nossas atribuições. A primeira no tempo e também a primeira pela importância que a ela se deve atribuir.

Mas o Brasil, graças a essas bases científicas que foram se firmando, pôde alcançar novos estágios do desenvolvimento tecnológico. E aqui o ritmo foi se acelerando, está se acelerando e precisa acelerar-se para o futuro.

O CNPq dividiu então as suas preocupações e os seus meios entre o desenvolvimento tecnológico que se faz em parte nas Universidades e em grande parte em institutos especializados. Especializados no sentido de que eles se dedicam a um setor especializado, seja o Centro de Pesquisa sobre o Petróleo, que é uma instituição extraordinariamente bem dotada, sejam os centros de pesquisas minerais, os centros de pesquisas agrícolas e assim por diante. Como também institutos que estão também se espalhando pelo Brasil todo, voltados predominantemente para a solução de problemas tecnológicos de interesse regional. Quase todos os Estados dispõem hoje, sustentados pelos respectivos governos estaduais, de institutos dessa natureza, o primeiro dos quais, o mais antigo e mais respeitado pelos níveis dos trabalhos realizados é o famoso IPT de São Paulo. Mas com variações em torno daquele modelo, hoje inclusive aqui na Bahia, há vários institutos desse gênero, prestando grandes serviços.

O desenvolvimento tecnológico, portanto, se insere como responsabilidade do CNPq lado a lado com o desenvolvimento científico, havendo até uma certa ciumada entre os que defendem uma predominância, uma atenção maior para um lado e para um outro. O que, é claro, gera uma certa mão de obra para os responsáveis pela direção do órgão. Porém uma mão de obra que deve ser mantida, uma vez que a junção dessas duas atribuições no mesmo órgão, num país que teve a evolução que tem tido o Brasil, se justifica plenamente.

É importante mesmo que isso gere algum desequilíbrio em algum momento, que o desenvolvimento científico, o desenvolvimento tecnológico, num país como o Brasil sejam juntos objetos de cogitação de homens de ciência e tecnologia, que contribuam e colaboram para decisões a prazo curto,

médio e longo, indispensáveis ao aperfeiçoamento das condições de vida no país. Para isso o CNPq dispõe de certos meios bem conhecidos, de bolsas que se atribuem no país, bolsas que levam muita gente ao exterior e auxílios que trazem cientistas do exterior para cá.

Em termos muito genéricos eu direi que o CNPq tem mais de 13 mil bolsistas no país, o que representa hoje uma folha mensal de mais de 19 bilhões de cruzeiros.

A primeira providência que tomamos quando foi aumentada a disponibilidade de recursos do CNPq, devido ao apreço manifestado pelo Presidente Sarney pela área de ciência e tecnologia, foi a duplicação do valor dessas bolsas que se achavam de fato em níveis irrisórios. Depois cuidaremos de aumentá-las, uma vez que não se poderia imaginar que estivesse sendo cumprida a função de estímulo aos jovens que se dedicam ou pretendem dedicar-se a atividade de ciência e tecnologia, com o valor que as bolsas haviam atingido, pela pouca oferta de recursos e pela fragmentação que se havia permitido oferecer ao número de bolsistas.

São hoje 13 mil bolsistas no país e são cerca de 1.100 bolsistas no exterior. Enquanto os bolsistas no país representam uma despesa de mais de 19 bilhões por mês, os bolsistas no exterior com uma cifra que cresce mês a mês por causa da mudança de valor do cruzeiro, em relação às outras moedas, representa, este mês, uma despesa entre 7 e 8 bilhões. No conjunto, o CNPq despende 26 a 27 bilhões por mês com bolsas.

Mas o CNPq atribui também auxílios a projetos de pesquisa mediante o exame de solicitações que sejam submetidas individualmente pelos cientistas. Há uma tradição no CNPq de lidar diretamente com o cientista, salvo situações muito excepcionais. Passando assim por volta das instituições, porque com esses altos e baixos que têm tido as instituições de educação no país ao longo dos últimos anos, foi experiência claramente verificada pelo CNPq que as instituições muitas vezes retêm o recurso por um tempo indevido na intermediação entre o CNPq e o pesquisador. É por isso que uma das tradições ciosamente observadas pelo CNPq é exatamente esta: de lidar, salvo exceções, diretamente com o cientista. Assim se há atrasos, se há demoras, se há problemas de comunicação, essas devem ser resolvidas diretamente no contato cientista-CNPq e vice-versa. Há também um relacionamento estreito

dos cientistas nacionais com cientistas estrangeiros intermediado pelo CNPq. É esta outra de suas atribuições.

Há problemas de aplicação de novos conhecimentos científicos a atividades econômicas de produção, portanto problemas de transferência de tecnologia ou de tecnologia que venha do exterior ou de tecnologia gerada aqui mesmo no país, ou que tenha condição de aplicação direta ao processo econômico, que são também estimuladas e intensificadas pelo CNPq. Esta é outra das nossas preocupações. Mais outra ainda: há mais de 10 anos, mediante Decretos especificamente expedidos pela Presidência da República, o CNPq recebeu a responsabilidade de projetos de desenvolvimento regional dos quais dois se destacam. Um o projeto do Trópico Semiárido, atingindo quase toda a região do Nordeste. Outro o projeto do Trópico Úmido, que se estende por toda a Amazônia legal.

Por circunstâncias já de caráter histórico, o projeto do Trópico Semiárido é muito voltado para agricultura, para a melhoria das condições de produtividade da agricultura e tem um apoio financeiro substancial do Banco Interamericano do Desenvolvimento. O projeto do Trópico Úmido tem como atividade predominante, embora não exclusiva, os estudos da saúde da população daquela área. Estes estudos de saúde têm sido financiados tanto por uma agência internacional, no caso o Banco Mundial, como com recursos do PIN e Pró-Terra e têm tido um papel importante na fixação do homem naquelas regiões e cresce ainda de importância com o terrível aumento do problema da malária em toda aquela região.

Ao lado dos problemas de saúde há outros que são também cuidados pelo CNPq pela via do projeto do Trópico Úmido e que constitui assim uma das responsabilidades, como a do desenvolvimento regional para que melhorem as condições de vida dos homens das nossas regiões menos favorecidas.

Com isto procurei dar uma ideia muito genérica de como funciona o CNPq, sendo que nestes últimos meses, no específico dos programas tecnológicos, procuramos definir algumas áreas que consideramos prioritárias e que correspondem a problema de ordem social que necessitam de atividades de ciência e tecnologia para a sua solução, correspondendo assim aos programas gerais do governo da Nova República, no qual as questões sociais passaram a ter uma importância que anteriormente não vinham recebendo.

Nós definimos assim como projeto na área do desenvolvimento tecnológico, juntamente com a grande prioridade do desenvolvimento científico nas Universidades, programas na área tecnológica que respondem àqueles anseios manifestados nos reclamos das ruas quando o Brasil sofreu aquela extraordinária transformação política ao longo dos anos de 84 e começo de 85. O primeiro deles, e talvez o mais urgente, que toca muito de perto à nossa região Nordeste é o problema de alimentos, que sem dúvida para a sua solução requer providências de ordem muito variada, entre elas medidas que se baseiam em novos, mais aprofundados e mais adequados estudos de ciência e tecnologia.

Nesta área de alimentos, na preocupação de que não haja superposição nem conflitos com outras entidades que pelo país afora vêm estudando o mesmo assunto, nós nos concentramos no estudo de alimentos de consumo popular, de alimentos básicos, portanto excluindo a preocupação com produtos agrícolas de exportação. Estes produtos de exportação tradicionalmente são bem estudados, são bem conhecidos no país e correspondem à base econômica que prevaleceu durante tanto tempo quando nós exportávamos os produtos agrícolas, para com isso gerar dinheiro para comprar os produtos industrializados.

Houve também um período em que o país se dedicou muito à pesquisa agrícola com vistas para a geração de fontes alternativas de energia. O Pró-Álcool absorveu recursos imensos desse país e entre esses houve também recursos destinados ao aperfeiçoamento dos trabalhos agrícolas para a produção de fontes alternativas de energia.

Nós estamos preocupados com alimentos de consumo popular e de consumo interno, alimentos básicos para os brasileiros que não vinham tendo o mesmo grau de atenção, cujos resultados até agora obtidos não vinham tendo a difusão que se compare ao que se fez com as outras áreas.

Nós nos concentramos então nesse trabalho e na busca de espaço a propósito da pesquisa científica e tecnológica sobre alimentos. Nós temos nos concentrado no problema da irrigação.

O potencial e aumento da produtividade da produção de alimentos básicos no Brasil, por força da aplicação dos processos de irrigação é imenso e a verdade é que ao longo do tempo não houve a seriedade devida no

tratamento dos problemas de irrigação como um dos processos essenciais para o devido crescimento da agricultura no Brasil.

Quando se compara a área irrigada, o nosso país, com a dimensão que tem e com os recursos naturais que tem, com o ocorrido em outros países que estão em nível semelhante ou até mais baixo de desenvolvimento que o nosso, como é o caso do México, como é o caso do Peru, para não falar de Israel e para não falar nas imensas áreas milenares de irrigação em volta do Mediterrâneo, o Brasil se situa em posição altamente desfavorável.

O Presidente Sarney desde o começo deu uma ênfase muito grande a esse problema de irrigação e anunciou a meta de implantação de um milhão de hectares nesses próximos cinco anos, o que parece uma meta ambiciosíssima, porém que comparada com o que outros países, com meios menores que o Brasil tem alcançado, seguramente que não é nada de espantar.

Entre tanta coisa que se precisa fazer, para dar cumprimento a essa meta, de modo que não apenas se implante, porém que se implante bem, que se obtenha daí os resultados que podem ser obtidos, o problema da formação de irrigantes é essencial. Basta dizer, por exemplo, que para a implantação desse milhão de hectares está estimado que será necessária a especialização de mais de 10 mil profissionais de nível superior, a especialização de 40 a 50 mil profissionais de nível médio, em irrigação e assuntos correlatos, e cerca de 250 mil irrigantes, trabalhadores rurais que vão produzir em condições satisfatórias o que a nossa terra pode dar em função da irrigação.

O CNPq está entrando nessa área, porque há necessidade de pesquisa e muita pesquisa e há necessidade também de capacitação de recursos humanos para a aplicação dessas áreas especializadas.

O CNPq está entrando também na questão da produção, do controle da qualidade na produção de alimentos básicos. O que não apenas significa fortalecer os nossos laboratórios especializados na questão, como por essa via atingir a qualidade do trabalho na agroindústria de alimentos, o que terá reflexos sobre a mesa do cidadão brasileiro.

Imaginamos que se possa por esse meio ter um aumento de produção, a exemplo do que se conseguirá com a irrigação e o controle da qualidade. E que esteja também sendo atingido aquele objetivo de baixa dos custos pela redução dos transportes e pela melhoria da qualidade, pela melhoria das

condições da conservação, pela redução das perdas e assim por diante, com reflexos, portanto, sobre a condição nutricional de uma grande proporção de brasileiros que comem pouco e comem mal.

Mas não é apenas o problema de alimentos. Ainda com este feitiço social há os problemas de saneamento básico de habitação.

Na questão do saneamento básico, depois de uma série de trabalhos preparatórios, o CNPq promoveu uma série de trabalhos preparatórios, o CNPq promoveu há cerca de 20 dias um seminário sobre biodigestão como uma forma de tratar esgotos domésticos e detritos industriais. A mesma biodigestão que havia sido bem estudada para produção do gás metano, como fonte alternativa de energia, que havia sido bem estudada para produção de insumos para a agricultura, está tendo no momento a sua aplicação mais promissora, como método para tratar do saneamento básico, tratar de esgotos e de lixo.

Esta questão é de uma importância imensa, quando se observa como nas cidades de pequeno e de médio porte e também na periferia das grandes cidades as condições de higiene são altíssimamente prejudicadas pelo custo ainda alto do tratamento desses detritos. Custos que não ficam ao alcance da maioria das nossas Prefeituras do interior e que de outro lado não permitem o devido atendimento das populações das periferias das maiores, das mais ricas das nossas cidades, a exemplo de São Paulo.

Foi para mim muito interessante observar que quando nós tratamos de identificar para apoiar os projetos da área de saneamento básico que significassem barateamento de custos, os estudos mais avançados, a preocupação mais viva se identificou nos órgãos que cuidam do saneamento da periferia da grande São Paulo, onde se concentra a maior riqueza do país, e no Estado do Paraná, que é também um dos mais ricos da Federação. Foi, portanto, nestes Estados, que dispõem de recursos humanos de alto nível, porém que tem também a consciência da necessidade de baratear estes custos, que estes estudos despontaram com maior força.

O Seminário realizado pelo CNPq representou sem dúvida um marco que já começa a ter repercussão para que estes estudos se aprofundem, se aperfeiçoem, porque ainda há muita coisa que esclarecer para realizar a aplicação desses processos de saneamento básico de custos mais baixos e se difundi-los pelo país afora, onde a necessidade é imensa.

Houve uma experiência que para mim foi muito interessante quando debatíamos o assunto com um grupo de cientistas do CNPq e uma professora da área de Ciências Humanas, do mais alto valor e da mais respeitável experiência, assinalou que talvez não se devesse colocar este assunto entre os mais prioritários para pesquisa em ciência e tecnologia porque ele não figura entre os que contam com maior número de pontos nos inquéritos de opinião realizados entre as populações de baixa renda. O curioso, portanto, é que por problemas de ordem cultural, uma parte expressiva da nossa população nem se dá conta das péssimas condições de higiene em que notoriamente sobrevive.

O problema do desemprego, o problema da fome, o problema da falta de escola, ressaltam muito mais que os problemas de ordem biológica de que aqueles outros das condições de higiene que o lastro cultural não chega sequer a ensejar, qual seja a sua grave significação e qual seja o baixíssimo nível inaceitável da condição em que sobrevive uma grande parcela da nossa população.

O problema da habitação no qual o país tem investido recursos imensos, mantendo com raríssimas exceções a mesma tecnologia convencional que vem de longa data, é outro a merecer pesquisa em ciência e tecnologia, tendo em vista, sobretudo o barateamento dos custos.

Outro setor ainda é o dos medicamentos e de produção imunobiológica, sobretudo na produção de vacinas e soros em que o Brasil curiosamente já teve uma posição melhor do que tem hoje. Está havendo um esforço que envolve capacitação de recursos humanos e a pesquisa, para retomarmos a condição de produção de vacinas e soros que tivemos no passado, sobretudo para enfrentarmos as profundas modificações que estão na eminência de ocorrer. E algumas já têm ocorrido em vista do progresso das técnicas da Biotecnologia.

A produção de vacinas nos próximos anos vai se modificar completamente e o Brasil tem de estar capacitado para passar da fase de bancada para a fase de experiências em produção semi-industrial, em planos pilotos, e afinal a produção em grande escala, o que requer um grande investimento em ciência e tecnologia.

O problema de medicamentos, no qual o Brasil é quase que totalmente dependente do exterior, necessita de grande investimento em talento e em dinheiro para que saíamos da situação dificultosa que é da nossa tradição.

O CNPq está entrando também neste assunto, que ao lado das dificuldades de ordem técnica envolve problemas de mercado, de competição do meio empresarial, o que torna o assunto muito mais complexo do que o da preparação para a produção de vacinas e soros.

Precisamos estar acompanhando os grandes progressos e rápidos progressos ocorridos nos países mais avançados, com uma série de técnicas que constituem as chamadas tecnologias de ponta. Aí se incluem a Química Fina, fundamental para os medicamentos, a que estão revolucionando uma boa parte da indústria a nível mundial, a Microeletrônica, com seus reflexos sobre toda a Informática. O CNPq se concentra também nesses assuntos, mas ainda há a necessidade de formar técnicos de 2º grau que deem apoio a essas novas tecnologias.

E chegamos ao problema que mais de perto nos interessa agora que é o da conscientização da nossa população quanto à importância da ciência e tecnologia no Brasil de hoje. Entre os meios de que o Brasil precisa munir-se de forma mais intensa, com maior agressividade, para que a nossa população em geral tenha a consciência devida do significado da ciência e tecnologia para a vida do cidadão no mundo moderno, o jornalismo científico se destaca. Quero aqui, para efeito de início de debate, fazer referência a alguns dos problemas que nos têm preocupado a este respeito.

O jornalismo científico tem se aperfeiçoado no Brasil e ocupa um espaço especializado considerado em alguns dos nossos maiores meios de comunicação, seja a imprensa escrita, seja a imprensa falada e televisionada.

O CNPq mantém o chamado prêmio José Reis em homenagem a um grande divulgador científico que hoje está com 78, 79 anos, mas que ao longo de várias décadas desempenhou um papel fundamental neste ramo. Mantém o chamado prêmio José Reis em três categorias, como estímulo para o jornalismo científico. Uma categoria se destina a jornalistas que ao longo do tempo se dedicam a divulgação de fatos da ciência. Uma outra categoria se destina a cientistas que dedicam atenção especial e adquirem uma capacidade especial para divulgar o seu próprio trabalho e os trabalhos de outros. E por fim

o prêmio institucional que se destina a jornais ou órgãos de comunicação que dedicam espaços maiores e que têm aperfeiçoado a sua cobertura de fatos relativos à ciência e tecnologia.

Mas não é apenas a intensificação, o espaço maior em páginas e horário especializados que importa, porque o público que vai em busca dessa especialização é já um público motivado, é um público que tem formação científica, ou que vive em ambiente que já o motiva para a busca da informação a este respeito, muitas vezes em linguagem que começa até a se complicar.

O que importa sobretudo para uma população como a nossa é que nas páginas gerais dos jornais e nos horários nobres da televisão e do rádio e, sobretudo nos noticiários dos horários nobres da televisão e do rádio, a ciência e a tecnologia ocupem um espaço maior do que têm hoje. Na verdade este espaço é muito reduzido, seguramente porque há uma sensibilidade por parte dos órgãos que dirigem, que orientam a distribuição desse espaço para a reação diminuta da população em geral a esse noticiário, talvez porque o Brasil tivesse ao longo de séculos a ser habituado a importar a ciência e a tecnologia, comprando com o dinheiro gerado pelos produtos agrícolas, resultantes de técnicas relativamente simples.

Mas isso está mudando entre as lideranças, nas Universidades, nos institutos de pesquisa e nas empresas que empregam e aplicam tecnologia mais avançadas. É indispensável que se mude no público em geral, porque o Brasil está fazendo uma democracia, as decisões vão depender da participação de um número cada vez maior de elementos de sua população. Já não são aquelas decisões enfeixadas na mão de uns poucos que tiveram os efeitos desastrosos que nós conhecemos. E para isso é indispensável que a população em geral esteja devidamente conscientizada, não apenas informada, porém conscientizada da significação da ciência e tecnologia em quase tudo que nos cerca hoje em dia: no transporte, no alimento que vai à mesa, na energia que move tanta coisa no dia de hoje, além daqueles processos já mais específicos da educação, da saúde e assim por diante.

Essa consciência de que o Brasil precisa acompanhar as atividades de ciência e tecnologia, foram os pesquisadores para se manter a par dos benefícios que oferece o mundo moderno, a generalidade de um cidadão de um país que se orgulha dos passos que têm dado em favor do bem-estar de

sua população, este significado deve ser oferecido mesmo àqueles setores de nossa população que não foram e não são culturalmente mais diferenciados.

Esses saltos de geração têm ocorrido no Brasil sobre vários aspectos, porém devem e precisam ocorrer também sob o ponto de vista desta consciência de significação da ciência e tecnologia em quase tudo que nos cerca hoje em dia.

E para isto o jornalismo científico tem uma importância absolutamente fundamental. Consideramos tão relevante este papel que colocamos o problema da conscientização da nossa população em geral sobre o significado da ciência e tecnologia, como um dos seis projetos prioritários ou áreas prioritárias de trabalho para o desenvolvimento tecnológico do país.

Há periódicos que desempenham já um papel importante nessa divulgação: a Revista Brasileira de Tecnologia, toda ela produzida e financiada pelo CNPq, porém pouco divulgada. A Ciência Hoje, produzida pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, com financiamento do CNPq e da Finep, é um órgão que tem felizmente se espelhado, como qualidade excelente, porém que deve ter um mercado ainda muito maior do que vem tendo.

Já em nível mais especializado, porém já abrangendo um público que não é limitado a um setor só da atividade da ciência e tecnologia, a Ciência e Cultura, também produzida pela SBPC e que mesmo não sendo um trabalho jornalístico, deve ser lembrado em situação como esta.

O CNPq tem uma publicação própria que se destina a informar decisões que interessam aos cientistas e eventualmente também a divulgar trabalhos realizados sob o patrocínio do CNPq, que está mudando de forma e dentro de poucos dias será distribuída em larga escala por toda a população universitária e não universitária de cientistas e pesquisadores da área científica e tecnológica pelo Brasil a fora.

Quero lembrar aqui as revistas estrangeiras de uma qualidade extraordinária que se destinam a essa divulgação, que, é claro, atingem apenas a um público reduzido, mas pela qualidade de sua leitura deveriam ter uma disseminação maior no país, a fim de que se conheça o que está lá fora, mas sobretudo para que tenhamos notícia do que poderá vir acontecer no Brasil nesse campo, relativamente em pouco tempo. Refiro-me, por exemplo,

ao *New Science*, revista inglesa que é uma leitura interessante, maravilhosa. É claro que não é para o grande público, mas é uma revista que dá gosto ler pela qualidade de sua leitura, em termos jornalísticos, e pela autoridade dos seus colaboradores. O mesmo ocorre com a revista americana *Science*, e com as revistas francesas, belgas, canadenses. Cada país onde há uma tradição científica e tecnológica se ocupa em ter uma ou mais revistas.

E por sua vez sentimos como em outros países em que essa consciência se espalha mais pela população em geral, pela própria tradição cultural, pela própria herança cultural, a cobertura, os espaços que se atribuem aos fatos da ciência e tecnologia nos noticiários gerais são sem dúvida muito maiores do que os nossos. Mas nós teremos de chegar lá.

E entre os meios pelos quais havemos de chegar lá está a necessidade de ampliarmos o quadro de jornalistas que a nível local e a nível regional se ocupam desta cobertura. O CNPq está disposto, está trabalhando no sentido de identificar oportunidades para apoiar esse ensino nas Escolas de Comunicação e pretende apoiar mais solidamente uma ou duas especializações em mestrados de jornalismo nas áreas de comunicação que estejam nos centros onde problemas de ciência e tecnologia já tem uma presença maior.

Além do mercado de trabalho desses meios de comunicação de circulação nacional que crescem e precisam crescer, há também publicações especializadas, publicações de órgãos públicos, até mesmo de empresas privadas, das grandes empresas estatais que necessitam dessa mão de obra especializada. Publicações que são numerosas, cada qual com uma tiragem limitada, porém há numerosos órgãos que possuem e necessitam desses órgãos de divulgação dos seus próprios trabalhos sobre a forma de jornalismo científico e aí se encontra naturalmente um mercado de trabalho que cresce para os que tenham essa especialização, uma vez que a economia nacional está ensejando cada vez mais a atividade que tenha um lastro científico maior e o emprego de tecnologia de maior densidade científica.

Para estes jornalistas a leitura dessas revistas, embora estrangeiras a que eu me refere, passa a ter uma importância muito grande, porque em outros países com a tradição de emprego de tecnologia avançada mais antiga que a nossa, isto já está num nível que é absolutamente extraordinário e é necessário

também uma interação entre o pessoal da área de comunicação e o pessoal da área de ciência para que acertem a sua linguagem, para que se entendam, e assim venham a atingir o grande público. Estas eram as palavras com que eu queria introduzir o assunto.

Eliane Azevedo – Muito obrigado ao professor Roberto Santos por sua brilhante exposição. E antes de passarmos a palavra aos nossos debatedores oficiais, gostaríamos de apresentar as nossas desculpas por não termos condições de permanecer e ouvi-los. Assim, gostaríamos de convidar o professor Othon Jambeiro para assumir a presidência dos trabalhos.

Othon Jambeiro - De acordo com o mesmo ordenamento que obedecemos nas outras sessões, vamos seguir a ordem dos debatedores pelo que está no programa. Gostaria de passar a palavra, então, ao Dr. José Luis Garrido, diretor-presidente do Ceped.

José Luis Garrido - Gostaria inicialmente de cumprimentar os organizadores desse Seminário que tenho absoluta certeza vai dar resultados que vão frutificar, possibilitando uma ação futura muito interessante nessa área.

Por outro lado, dar boas vindas aos jornalistas que vão participar da nossa trincheira, que vão, portanto, passar a ser aliados mais definitivos de um setor que certamente precisa de uma divulgação ampla e precisa de aliados muito fortes para que seu trabalho possa ser de maior alcance.

Gostaria de falar do trabalho que desenvolve o CNPq. Evidentemente o CNPq tem sido ao longo de todo o tempo um órgão permanente de apoio ao setor. A rigor tem se constituído num dos poucos redutos onde os pesquisadores e todos os especialistas têm de alguma forma buscado apoio. Esse trabalho evidentemente precisa de forma crescente ser ampliado, mas tem sido até aqui exatamente com o CNPq que boa parte da comunidade tem conseguido equacionar, dentro das limitações, as suas dificuldades.

Evidentemente que na medida em que incorporamos a imprensa, o jornalismo, às atividades do setor, vamos reverter uma tendência com

referência ao julgamento que faz a comunidade e as dificuldades que temos encontrado nos nossos trabalhos cotidianos e no próprio posicionamento do setor, em relação à comunidade e às próprias autoridades que, afinal de contas, dispõem dos recursos e administram os recursos nacionais que gostaríamos de ver maiores para o setor.

Evidente que a atuação da imprensa, com referência à difusão do conhecimento científico e do conhecimento tecnológico, esteja propiciando a transmissão desses conhecimentos entre os pesquisadores, entre as instituições nacionais, entre o grande público. Há um trabalho muito grande a ser feito e gostaria de colocar algumas variáveis nesse cenário, muito mais para termos uma oportunidade aqui de ouvir dos jornalistas as suas apreensões e as dificuldades daqueles que já militam no setor, nesse relacionamento entre a fonte da informação e as possibilidades e os mecanismos da divulgação dessas mesmas informações.

Vivemos num país com altos índices de analfabetismo que são conhecidos de todos e não gostaria de me fixar neles, mas que devem se constituir numa preocupação muito grande porque pretendemos atingir uma comunidade a maior possível, mas me refiro especificamente ao que se chama, ao que se tem denominado o analfabetismo funcional, os iletrados funcionais. Algumas pesquisas têm demonstrado que grande parte das pessoas ditas alfabetizadas, estão inteiramente desajustadas, a conviver numa sociedade moderna do ponto de vista dos procedimentos cotidianos que a sociedade impõe, seja do ponto de vista das apreensões das informações em jornais, seja do ponto de vista de absorver até os avanços tecnológicos que permeiam toda a sociedade atual. Estatísticas antigas de 1970, 1971 dão conta de um número expressivo de pessoas que desconheciam aspectos elementares do convívio social moderno. Portanto eu acho que há um trabalho muito grande aí de efetivamente engajar uma parcela expressiva, sobretudo nessas faixas etárias mais baixas, de pessoas que em princípio seriam receptores dessa informação tecnológica e dessa difusão científica e tecnológica.

De outro lado também vamos nos defrontar com aspectos reais da nossa situação. O país ainda apresenta um número de periódicos técnicos e científicos bastante reduzido. Informações que levantamos de forma muito expedita, dão conta da ordem de 2.300 títulos atualmente disponíveis, que

podem parecer à primeira vista alguma coisa bastante expressiva, mas em confronto com outros países é um número absolutamente modesto. Os Estados Unidos, por informações que tenho, têm qualquer coisa da ordem de mais de 23 mil títulos, para exemplificar somente.

De outro lado, os jornalistas e os que estão aqui conhecem perfeitamente o número limitado das tiragens das nossas publicações, mesmo dos nossos grandes jornais, e os custos elevadíssimos das revistas e dos periódicos técnicos, o que de certa forma tem dificultado o acesso de grande parte do público a essas informações.

Estamos pretendendo fazer uma divulgação e transferir tecnologias para grandes massas populacionais com as dificuldades já salientadas, dificuldades inerentes ao próprio receptor de informação pelo nível que dispõe e me parece que estamos usando processos extremamente tímidos e discretos nessa abordagem. É evidente que no mundo moderno em que estamos hoje certamente deveremos dispor, temos possibilidade de utilizar processos de divulgação de maior alcance.

O que nos preocupa, à grosso modo, é uma tendência que começa a prevalecer hoje, de se impor restrições às publicações científicas, aos temas científicos.

A publicação científica gerada a nível das Universidades, que era inteiramente livre, universal e de ampla divulgação, começa a sofrer hoje em alguns países restrições muito grandes, de tal forma que os conhecimentos gerados nas Universidades começam a ser restringidos pelo interesse, pelo apoio que as empresas passam a dar a esses estudos e a essas pesquisas, e que com isso se rompe, ou se diminui, ou se freia uma possibilidade de divulgação do conhecimento científico. Também no que se refere ao aspecto tecnológico, ao interesse que a informação tecnológica tem e o conhecimento tecnológico abriga, as restrições também são crescentes na medida em que estes desenvolvimentos são cercados por cláusulas de sigilo. Há interesses econômicos envolvidos entre as empresas que apoiam esse desenvolvimento. Essas são algumas variáveis com as quais nós vamos ter que tratar no problema da difusão tecnológica e na difusão do conhecimento científico.

É evidente que com as dimensões que tem o país e com a expansão dos nossos pesquisadores de senso e das nossas universidades, esta

comunicação tem se tornado gradativamente proibitiva, e os pesquisadores de certa forma estão ilhados e com a aproximação prejudicada pela dificuldade que se tem hoje em fazer montagens de seminários, onde se possa reunir pesquisadores de áreas geográficas diferentes. Os congressos certamente têm diminuído o mais das vezes sua frequência e participação, o que fica agravado certamente pelas dificuldades financeiras que têm as instituições. Não só os seminários, simpósios, conferências, encontros, todos esses eventos propiciam essa difusão do conhecimento científico, de sorte que se evitem as duplicações das quais nós temos sido vítimas. De certa forma, essas dificuldades têm que estar presentes no exame deste cenário.

Essa comunicação entre os pesquisadores e entre a própria comunidade tem tido restrições, não só a nível de geografias diversas, mas dramaticamente tem existido a nível das próprias instituições, dentro dos próprios centros de pesquisas, dentro das próprias Universidades. Nós nos ressentimos particularmente da falta de uma divulgação adequada do conhecimento que está sendo gerado, dos resultados que estão sendo produzidos, dos mecanismos todos de interação que tanto salientamos, que não têm ocorrido a rigor por falta de instrumentos adequados, não só internos, que permitissem que departamentos e pesquisadores se comunicassem de forma conveniente.

Se essas dificuldades estão presentes a nível dos próprios pesquisadores, a nível das próprias instituições, o que se dirá da comunicação entre as instituições e a comunidade, um público certamente heterogêneo, disperso e com um grande número para ser alcançado. Evidente que se trata de uma tarefa extremamente difícil e os jornalistas, com a experiência que trazem de comunicação de massa, certamente poderão nos ajudar de forma muito particular nisso.

Acho que ao ingressarem nesse setor, com a criação que fazem da Associação Brasileira de Jornalismo Científico, a rigor estes jornalistas estão fazendo uma opção por uma especialização. Entendo que essa disposição vai se transformar numa identificação perfeita. Comentávamos antes de iniciar esta sessão sobre alguns setores já especializados hoje na imprensa nacional, como a área econômica, por exemplo, alguns analistas do setor mineral, que de tal forma se engajaram a absorver conhecimento, se identificaram tão plenamente com o setor que hoje são entendidos como pessoas

absolutamente referenciadas e identificadas e que participam ativamente desse processo, não só como elementos de divulgação, mas como elementos interessados na absorção, na especialização crescente nessas áreas.

Acho que é exatamente nessa linha que estes jornalistas estão fazendo a opção de se engajarem nesse setor e vão ter de conviver. Certamente que haverá dificuldades iniciais nessas relações. A abordagem do tema científico-tecnológico pressupõe alguns pré-requisitos absolutamente essenciais em relação aos quais certamente os pesquisadores estarão sempre ciosos de serem observados. Certamente haverá por parte dos pesquisadores um entendimento adequado de que a informação para alcançar o grande público tem que passar necessariamente por uma decodificação que permita, sem cometer heresia, chegar ao grande público de forma também adequada, sem conotações e sensacionalistas e coisas dessa natureza. É evidente que há um processo pedagógico que vai se estabelecer nessa relação, onde as partes terão que se aproximar em torno de uma maior eficiência.

Esses são, portanto, alguns aspectos que gostaria de colocar muito mais para a fase seguinte onde estamos particularmente interessados em ouvir os jornalistas, das dificuldades que têm, as ideias e as visões que já se põem hoje no setor e como eles vêem esse tipo de trabalho e de que forma nós, que seremos a rigor os grandes beneficiados pelos aliados novos com que vamos contar agora, e de que forma poderemos ampliar esse trabalho conjunto que se estabelece daqui para frente.

Othon Jambeiro – Muito bem, vamos ouvir agora o Dr. Silvio Mattoso, secretário executivo da Comcitech.

Silvio Mattoso – O Dr. Roberto Santos pôs uma série de conceitos importantes, que merecem ser realçados nessa reunião. O primeiro deles foi o conceito de Universidade, que pode ser entendida como uma reunião de pessoas interessadas em promover o conhecimento humano. Um outro aspecto que me pareceu bastante importante foi o de conscientização dos problemas relativos à ciência e tecnologia, uma vez que ciência e tecnologia hoje permeiam todas as atividades humanas. E nessa maneira de

conscientização ele apelou para o jornalismo científico. Nós queríamos entender um pouco mais o jornalismo científico no trecho que ele falou de atingir o público em geral. A conscientização dos problemas de ciência e tecnologia é muito importante, porque se não houver uma conscientização geral de toda a população dos problemas e processos relacionados com a geração de ciência e tecnologia, vamos provavelmente ficar como meros operadores e leitores de manuais de instrução dos fabricantes de produtos modernos ou de introdutores de um processo industrial qualquer. E nesse ponto realmente cabe um papel àquele jornal científico que é produzido para uma determinada categoria de leitores e aquele jornal de divulgação geral para atingir toda a população. Acho que na parte de atingir a população de um modo geral devemos dar uma atenção especial.

O problema é quem decide o espaço no jornal para divulgar assuntos relacionados com ciência e tecnologia. Pode ser a diretoria, mas pode ser também a qualidade de um trabalho que pode virar notícia. E a qualidade do trabalho do jornalista pode muitas vezes depender de uma boa comunicação entre o jornalista e o cientista ou mesmo a instituição a que o cientista pertence. Alguns assuntos que podem facilmente ser divulgados para ajudar a conscientização na parte de ciência e tecnologia na imprensa diária seria, por exemplo, quais as repercussões sociais de uma inovação, que conforto terá, que aspectos negativos devem ser evitados, resultará alguma atividade dessa descoberta capaz de gerar empregos?

Quero lembrar que no passado as descobertas científicas eram apresentadas nas Câmaras legislativas nacionais e frequentavam a imprensa diária. E acho que esse hábito pode perfeitamente ser reintroduzido em nossa sociedade. Uma sociedade bem informada sobre os problemas de ciência e tecnologia certamente terá líderes bem informados e capazes de tomar decisões adequadas no campo da ciência e tecnologia. E ainda no setor histórico, desde Aristóteles, que achava que a educação era a parte mais importante que devia ser cuidada pela democracia grega, isso no século IV antes de Cristo, até Herodes, e Bacon, no século XIII, na opinião de quem quanto mais o conhecimento for difundido e debatido, melhores aplicações esse conhecimento encontrará. São argumentos bastante fortes, bastante poderosos para que nós procuremos uma maneira de fazer com que a

população de um modo geral, a sociedade de um modo geral se conscientize melhor desses problemas relacionados com ciência e tecnologia para os quais o CNPq dá uma abertura bastante grande através das publicações que o Dr. Roberto Santos mencionou há pouco, a *Revista Brasileira de Tecnologia*, a *Ciência Hoje* e outras que ele apoia.

Iremos lembrar sempre que Galileu, que viveu na mesma época que Bacon, faz uma declaração muito interessante: que o fato de que se condenar a ciência, a inovação, a descoberta, certamente deslocaria para países mais ao Norte toda a geração de ciência e tecnologia, toda a capacidade de geração. E isto realmente aconteceu. Na mesma época, um homônimo de Bacon, o Franklin Bacon, que era primeiro ministro da Inglaterra, disse de uma maneira muito sábia e utilizou isso na sociedade na qual viveu: quem tem conhecimento tem poder. Não só do ponto de vista do conhecimento informação, mas também do conhecimento científico.

Portanto, me parece que o assunto de conscientização levantado aqui pelo professor Roberto Santos é dos mais importantes ao se falar em Imprensa, Ciência e Sociedade.

Othon Jambeiro – Em seguida temos a professora Maria Brandão, pesquisadora da Universidade Federal da Bahia.

Maria Brandão – Vou organizar a exposição em três partes e tentar ser a mais breve possível e não repetir praticamente o que, acho, foi tão bem posto e proposto pelos antecedentes.

Quero destacar em relação à exposição do Dr. Roberto Santos duas coisas básicas: primeiro uma atenção muito forte e acho que isso caracteriza muito a militância de homem público dele de fazer atender interesses sociais. Acho que com todas as críticas que a Reforma Universitária de 68 mereça, ele teve o mérito, no caso da Bahia, de tornar bem mais democrático o acesso à Universidade e aos quadros docentes.

Na questão do CNPq eu acho que reitera esta característica com a intenção de transformar ou de incentivar uma prestação de serviços da ciência à comunidade.

Entretanto gostaria de chamar atenção sobre dois pontos que são intenções que me pareceram importantes. Não sei por que o CNPq pode cair num risco de passar a desempenhar certas atividades educacionais. Tenho receio com relação à formação, por exemplo, de técnicos, mesmo de nível superior, ele ter que suprir deficiências do setor educacional. E com relação à questão da pesquisa aplicada ele começar a tender a suprir também as deficiências dos órgãos de fomento e elevação de patamares do nosso sistema produtivo. Mas por outro lado ele tem evidentemente uma posição importante, tem desempenhado esse papel de uma forma muito positiva e acho que nesse ponto ele deve ser extremamente incentivado, na pesquisa básica de alto nível e sobretudo na alimentação de um fluxo de debates de alto nível, a nível da sociedade brasileira, a respeito dos seus problemas e de suas questões, não só de índole social histórica em geral, mas de suas questões a nível da própria ciência.

Com essa perspectiva, com essa posição, é evidente que a ênfase dele na questão da divulgação é uma decorrência natural, corolário natural de quem quer transformar a ciência num instrumento a serviço da comunidade e dissolver este nó, ou ajudar a melhorar as condições das relações entre ciência e poder.

Tomando essa ideia de que a divulgação é um elemento fundamental e não me prendo exclusivamente a divulgação, digamos tipo convencional da imprensa, mas a divulgação de um modo geral, passo aos três pontos que eu gostaria de chamar a atenção. Primeiro vou fazer um elenco do que sinto como algo que falta na imprensa brasileira e nesse ponto eu não digo que a imprensa brasileira seja específica nisso, acho que é na imprensa de um modo geral, na imprensa contemporânea. Evidente que é uma coisa denunciada amplamente a questão da composição e da qualidade da informação. A imprensa mundial avançou enormemente, por exemplo, na sua interface com o marketing e o merchandising, mas alcançou pouquíssimo nas áreas de informação para melhoria da qualidade de vida. Isto é uma crítica que vai do Le Monde ao Time, a qualquer um dos jornais de grandes cidades mundiais.

Em segundo lugar há uma falha muito grande na imprensa brasileira, em particular com relação à pesquisa não universitária, ou seja, a informação percorre geralmente o circuito que é dado pelas associações corporativas dos

cientistas e dos professores universitários e deixa por fora o que está acontecendo em termos de pesquisa, seja nas instituições ligadas ao exército, seja a pesquisa ligada às empresas. Acho essa falha na imprensa brasileira extremamente grave, não só porque cumpre à imprensa dar conhecimento desse tipo de atividade para que o público possa acompanhá-las e ter um julgamento de valor sobre ela, mas porque é uma prestação de serviço fundamental para o próprio crescimento do desenvolvimento científico.

A outra coisa que me parece falha na imprensa nacional é uma falta de cobertura da prospecção científica brasileira. Acho que a prospecção científica internacional é feita até com certo estardalhaço. A informática, por exemplo, ocupa um caderno inteiro de um certo jornal nacional, por óbvias razões. Evidente que grandes empresas de informática estão interessadas em pagar uma divulgação da informática para aumentar o mercado interno. Mas a prospecção científica nacional é extremamente reduzida. Nós temos o exemplo na Bahia de Adinonel Mota Maia, talvez uma das pessoas que tem feito jornalismo científico com a maior seriedade. Pelo que me parece, é uma exceção. Acho que em geral nós temos uma tremenda tendência a divulgar a prospecção científica mundial, cheia de estardalhaço e não fazer a prospecção científica nacional, o que o Brasil está avançando em termos de ciência.

O outro ponto que me parece importante acentuar é que a informação sobre ciência e pesquisa, informação a nível mundial e a nível nacional, sobretudo a nível mundial, a imprensa nacional tem a obrigação de informar ao público brasileiro de quais são os centros de real excelência em termos internacionais. Nós vivemos um sistema de extrema mistificação de cidades e organismos internacionais que já foram muito bons na década de 20, na década de 30 e coisa desse tipo. Para dar um exemplo mais anedótico que ainda circula no povo brasileiro há a mística da Sorbonne, por exemplo. Não há coisa mais aberrante do que uma coisa desse tipo, imagem de que instituições que tiveram certo papel importante no mundo, em determinados momentos, passam a continuar nesse folclore que se veicula através de todos os meios e que dificulta muito a escolha dos locais de treinamento dos bolsistas brasileiros. Uma certa informação sobre centros de pesquisa e formação a nível internacional que acho que deveria ser talvez uma das preocupações da imprensa brasileira.

E finalmente acho que existe na imprensa brasileira uma enorme falta de atuação para o público interno, ou seja, segmentos da imprensa dirigidos a informação de um público já instruído, bastante educado e que não é atendido pela má fase da produção da imprensa e que comporta já isso, sobretudo nos jornais.

O segundo aspecto que eu gostaria de chamar atenção é com relação à política científica. Quer dizer, vendo o que aconteceu nos anos anteriores do atual governo, nota-se que falta uma imprensa de massa que percorra o sistema nacional brasileiro. Nós temos mais de um milhão de universitários, temos todo um sistema educacional brasileiro para o qual não existe uma imprensa de massa que cuide internamente desse sistema. Acho que é importante levar em conta duas coisas: de um lado um hábito cada vez menor de leitura, e do outro uma inibição dessa leitura, do consumo da imprensa comercial, por força de um elevado custo relativo do jornal com a população de baixíssima renda. Então quem é professor sabe muito bem que quando marca um dever para o aluno, pedindo que compre jornais, a primeira linha do aluno é dizer: não tenho dinheiro para comprar. Quer dizer, uma imprensa de massa interna subsidiada, acho que seria uma das coisas fundamentais para percorrer o sistema educacional de cima a baixo, desde o maternal até a Universidade.

Segundo ponto em relação a política de divulgação seria uma maior ampliação das produções de design, que no Brasil se prende a uma divulgação muito restrita, ou não inclui em geral a imprensa científica internacional. Os americanos têm números de revistas que reproduzem artigos da imprensa científica soviética, ou árabe, etc. E o Brasil não tem praticamente nada nessa área. Sem isso acho difícil a gente levantar cientificamente.

De outro lado, pensando em termos de divulgação e não especificamente em imprensa, acho que o Brasil teve um ensaio no começo da década de 60, a partir principalmente do Ministério da Educação, de iniciar a criação e fortalecimento de grandes centros regionais de pesquisa e divulgação científica. Isso retrocedeu no correr da década e acho que talvez fosse o momento, sobretudo para uma liderança no CNPq que não está ligada ao centro hegemônico do país, reestudar talvez a questão dos centros de excelência nas regiões. Tive uma discussão há algum tempo com o professor

Carlos Marcilio, sendo que mais do que uma representação do CNPq, a criação de um grande centro de excelência na Bahia seria de uma importância enorme. Acredito que ele deva estar pensando em talvez propor e avançar nessa ideia. Acho que seria um enorme benefício para o Nordeste, para o Norte do país que grandes centros de excelência fossem efetivamente incentivados, a partir do CNPq, nesse processo de divulgação.

E outra coisa que me parece que falta à política científica brasileira é um mecanismo que crie as condições de ter financiamento em matéria de pesquisa. Acredito que não se precisa talvez criar um banco nacional de pesquisa científica, mas um mecanismo efetivamente comercial, com a lógica empresarial, que permita admitir o financiamento de risco. Não sei se dentro do Banco do Brasil, se dentro do Banco de Desenvolvimento Econômico, mas alguma coisa em que o CNPq poderia ter um papel enorme em estimular a criação de uma linha de financiamento de risco para a pesquisa, que permita o avanço do capital para certas pesquisas de interesse do desenvolvimento da tecnologia nacional, como o empréstimo a empresa privada que se proponha, por exemplo, a elevação de desenvolvimento na tecnologia apropriado para o Semiárido. Este tipo de linha de financiamento é uma coisa que falta enormemente ao Brasil e talvez seja a ponte para evitar que o CNPq passe ele próprio a fazer o trabalho da pesquisa tecnológica aplicada no miudinho, no retalho, na feira de Caruaru. Então que ele passe a ser um grande mentor dessa linha de trabalho com o conceito de financiamento de risco em pesquisa.

Finalmente, como proposta concreta, já específica em relação à imprensa, eu não sei qual a possibilidade de incentivos fiscais à imprensa comercial, à imprensa brasileira, para abertura de espaço para a divulgação científica e para a melhoria da informação. Não sei que incentivos podem ser dados, não sei se deixar de tributar o jornalista em jornais, em tais e tais coisas, porque divulga ciência, rever a questão dos incentivos fiscais e da imprensa na perspectiva da divulgação científica e em favor da ampliação dessa divulgação, de comunicabilidade, quer dizer, de uma redação que realmente diga que tenha sujeito, predicado e complemento e não aquela coisa truncada que às vezes não dá para se entender, de confiabilidade e de precisão.

De outro lado, como segunda sugestão acho que o CNPq teria um papel imenso a desenvolver que é um trabalho muito melhor com os currículos de jornalismo e em particular com a elaboração, a formação desses currículos, talvez a nível de mestrado de jornalismo científico. Nessas duas atividades acho uma articulação, sobretudo no primeiro caso com empresas públicas. Porque a Petrobrás não pode oferecer incentivos à divulgação científica na imprensa comercial? Ou por que não pode contribuir para um fundo de risco? Ou por que a Vale do Rio Doce não pode fazer a mesma coisa? E talvez inclusive algumas empresas privadas.

Finalmente a terceira proposta: a produção do IBICT talvez pudesse ser reavaliada, dando maior peso e maior espaço a jornalistas e não a bibliotecárias. A visão que me parece dominou durante esses anos todos no IBICT foi muito mais da estocagem de informações e numa divulgação muito pouco dinâmica. Talvez se o IBICT importasse um pouco para a área de jornalismo ele pudesse se ocupar melhor do design, da imprensa de massa e de outras coisas mais cabíveis. Quer dizer, abriria uma fonte de emprego muito grande para o jornalista.

Othon Jambeiro – Muito bem, ouvimos os cientistas, vamos ouvir agora a palavra da imprensa aqui representada por duas de suas principais instituições: o Sindicato dos Jornalistas da Bahia e a Associação Bahiana de Imprensa. Passo a palavra em primeiro lugar a Raimundo Lima, presidente do Sindicato.

Raimundo Lima – Para falar sobre o tema proposto que é Política Nacional de Ciência e Tecnologia e o papel da imprensa, me parece importante situar um pouco como vemos a Nova República, que está dentro do conteúdo proposto, exatamente os pressupostos da política científica e tecnológica na Nova República.

A Nova República não mostrou ou não vejo grandes perspectivas mesmo de mudanças estruturais, realmente significativas, na área da reforma agrária, na área da política salarial, a política econômica como um todo. Não me parece que virão grandes coisas de modificação da estrutura. Mas sem

dúvida estamos tendo uma mudança no ponto de vista do direito do cidadão. Parece que em termos de implantação de uma democracia nós, de março para cá, estamos tendo realmente uma modificação. Saímos do regime autoritário e estamos começando a viver um regime condizente de respeito aos direitos humanos, aos direitos dos cidadãos. As pessoas estão mais confiantes. Vejo essa modificação, e é dentro dessa linha que entra a questão da ciência e tecnologia. Pode ser uma coisa aparentemente distante, mas acho que está na questão da implantação da democracia.

Uma democracia verdadeira só se consolida com a participação efetiva da população nas decisões, como, aliás, foi colocado aqui anteriormente. Essa participação só se dá de forma consciente, só haverá um envolvimento dos diversos setores da sociedade nas decisões do país, se tivermos maneira de assegurar o acesso a informação a estes diversos setores e conseguirmos preservar o direito da sociedade de informar e ser informada devidamente. É direito social à informação e é dentro desse contexto que precisamos trabalhar. A Nova República me parece que a princípio está voltada a uma abertura maior dos questionamentos feitos pela imprensa. Quer dizer, facilitar a própria atividade da imprensa e seus questionamentos jornalísticos e é isso que precisa existir também em relação à política de desenvolvimento científico-tecnológico do país. É um questionamento que venho fazendo: de que forma a política vem atendendo realmente aos interesses da sociedade? De que forma a sociedade vem sendo consultada para que essa política seja estabelecida? Essas questões são muito importantes. O professor Roberto Santos colocou há pouco que existe entre as prioridades do CNPq uma que é exatamente essa: a de procurar ouvir a população para a partir daí estabelecer essa política.

Vejo como missão do jornalismo científico e do jornalista, a de levar a descoberta, a orientação científica, a pesquisa, ao conhecimento dos leitores de uma forma acessível, de forma correta, como a professora Maria Brandão chamou atenção e, portanto, sem desvio da verdade.

Aliás, todas as críticas feitas à imprensa pela professora Maria Brandão são críticas totalmente procedentes e eu gostaria, inclusive, de depois abordá-las do lado do jornalista, de nossa visão, quais são as causas dessa deficiência, pelo menos assim “en passant”.

O Dr. Garrido colocou a preocupação com o sensacionalismo. Acho que se deve, ao trabalhar na área científica, deixar de dar esperanças vãs quando se trata de casos como provável cura de doenças ainda consideradas fatais, como por exemplo, a AIDS, coisa desse tipo. Ao procurar divulgar mais as descobertas científicas, ter esse cuidado com a correção, com a devida colocação da informação.

Acho, porém, que está enganado hoje quem ainda acha que a ciência só interessa aos especialistas. Até bem pouco tempo se dizia que a economia só interessava a especialistas. No entanto hoje a gente fala de inflação, fala de uma série de outros assuntos de economia de uma forma muito simples, direta, com qualquer homem da rua, sem que isso tenha ocorrido num longo espaço de tempo. Há cinco anos não se falava de nada disso. Economia era considerada alguma coisa do outro mundo. Ainda hoje acho que a ciência está sendo vista assim como uma coisa muito elitista. Acho que temos realmente de trabalhar para mudar essa face. Hoje eu vejo isso e estava comentando com Othon Jambeiro até mesmo o tratamento que está se dando à divulgação desse encontro. Falo isso abertamente: foi pequeníssima e não foi por parte de nosso trabalho. Nós divulgamos isso da maneira que nos foi possível e a imprensa, apesar de termos aqui profissionais registrando os acontecimentos, conversando com os debatedores, pouco divulgou. Mandaram, até por uma questão talvez de cortesia dos jornalistas que fazem as pautas, muitos profissionais para fazer a cobertura. No entanto não saiu na maioria dos jornais. Quer dizer, então, que falta esse despertar para a necessidade da divulgação da ciência.

A professora Eliane Azevedo dizia aqui no início que não apenas um pequeno público deve auferir os benefícios dos avanços da ciência e da tecnologia. Ela tem toda razão. E para que isso ocorra o papel da imprensa é fundamental divulgando o resultado das pesquisas, desses avanços tecnológicos, para que a própria população venha a cobrar das autoridades, do poder público, uma disseminação maior dos benefícios dessas pesquisas.

Considero que a influência da divulgação científica feita por meio do jornalismo é uma coisa que também já começa a avançar, porque hoje já há palavras perfeitamente engajadas no linguajar comum da gente, graças exatamente a publicação de matérias nos jornais, palavras que antes eram

recebidas mesmo com temor ou indiferença, como por exemplo, enfarto, psicose, colesterol, anticoncepcional, raio-laser, contagem regressiva, hipertensão. É uma fase que está sendo aos poucos modificada e aí mostramos o papel importante da imprensa, ressalvadas as deficiências que existem hoje e toda a falta de interesse do empresariado, sobretudo na publicação disso.

Vejo que é preciso veicular, sempre que possível, os efeitos da pesquisa, da descoberta para atrair o leitor, mas explicando sempre as razões do fenômeno ou chamando a atenção das autoridades e reclamando providências. O que quero dizer é que existem formas de tratamento da notícia. Se a gente não fica naquele hermetismo, acho que é possível fazer com que o leitor também se interesse muito pela ciência e pelas matérias veiculadas aqui.

Dou um exemplo com técnicos de alimentos. Eles podem provar que a defumação ou o resfriamento possibilitaria ao Brasil industrializar os produtos do mar, e isso significaria o incentivo à indústria pesqueira, tornando o peixe mais acessível às populações pobres. Acho isso importante, que a gente vincule sempre a interesses mais próximos da população leitora.

Os meios de comunicação não deixam de ser uma escola popular permanente. Mesmo sendo rudimentarmente conhecido, rudimentar a nível de conhecimento geral, as matérias científicas, acho que se pode também explicar mais, interpretar mais matérias. É seguir as normas gerais da redação, ou seja, apresentar as matérias com clareza, eliminando sempre essa aridez que o assunto científico traz se não for tratado de uma maneira mais chegada ao popular. Acho que o relato deve ser sempre de nível popular. Com isso não quero dizer que deve ser de nível elementar, nem de nível muito especializado. Acho que o assunto deve ser tratado de maneira popular.

O professor Roberto Santos se referiu aqui a uma coisa que gostaria de comentar. É que acho que cabe também ao jornalista mostrar que a ciência está a serviço da coletividade e assim combater a indiferença diante dos assuntos científicos.

Agora, existe um obstáculo muito grande que é a visão empresarial diante da notícia. O empresário vê sempre a notícia como uma mercadoria e não como um bem social. A professora Maria Brandão disse bem sobre a página que o Jornal do Brasil dedica à informática. Dedicar por quê? Porque

tem um patrocínio. Aí está a visão empresarial, que é uma visão mercantilista. O empresário vê sempre como uma mercadoria, não está muito preocupado com o interesse social, com a necessidade de despertar o interesse social sobre o assunto. Acho que a gente precisa descobrir os meios de levar os empresários a isso. Parece que a Associação Brasileira de Jornalismo Científico que tem uma seção na Bahia agora, pode exercer um papel importante, assim como o Sindicato também.

As discussões aqui já são um passo importante nesse sentido. O que a gente precisa é criar meios mais objetivos de atingir o nosso público. Estamos atingindo muitos jornalistas que estão aqui, mas precisamos também atingir o empresário. Não adianta ficarmos discutindo só entre nós, sem trazê-los também para o debate. Então vamos criar meios de fazer isso, de fazer o debate envolvendo todos os setores.

Finalmente temos aqui vários cientistas, e é bom que a gente já discuta também nesse momento. Há um fechamento por parte do cientista. Na área médica então isso é uma coisa que para mim é absurda. Precisa haver um diálogo maior. No Sindicato dos Jornalistas estamos começando a engatinhar nesse sentido.

Em Feira de Santana estamos organizando um Seminário, juntamente com o Sindicato dos Médicos. Vamos fazer um debate para tratar dessa questão: como é que deve ser o relacionamento entre a fonte de informação e o jornalista. Porque não podemos ser meramente, digamos assim, retransmissores do discurso do poder, o poder aí seria a fonte que detém a informação, o poder do cientista, que tem a informação na mão. A gente precisa interpretar a notícia, aprofundar e divulgar. Para isso é necessário criar um clima maior de confiança entre o jornalista e o cientista, para que possamos informar aquilo que realmente é adequado.

É preciso que haja por parte do cientista também essa pré-disposição em tratar do assunto com o jornalista e reconhecer inclusive que o jornalista não tem a obrigação de ter um conhecimento profundo daquela matéria. Isso não significa, no entanto, que o jornalista não vá fazer uma divulgação correta da notícia. Não é necessário que ele tenha um aprofundamento para que a notícia saia de uma forma correta, de forma verdadeira. Não é necessário que o jornalista tenha um alto grau de conhecimento sobre o assunto científico para

fazer uma boa matéria sobre ele. Aliás, acho até que quando o jornalista tem uma instrução especializada, deve ter um cuidado especial para não incorrer no risco de fazer reportagens às vezes incompreensíveis que estariam atendendo apenas um determinado setor, supondo que todos os leitores tivessem o mesmo grau de conhecimento.

Isso eu vejo, por exemplo, na minha área de economia, de jornalismo econômico. É um cuidado que a gente tem procurado ter desde 79. Tivemos um Encontro Nacional de Jornalistas de Economia, no Rio de Janeiro e foi daí que começamos a discutir essa coisa do economês e, aliás, foi a partir de 79 coincidentemente que os problemas econômicos também ganharam um espaço maior nos jornais. Há seis, sete anos atrás a gente ia imaginar que um Joelmir Betting estaria sendo tão disputado para ir fazer comentário econômico? Que uma Rede Globo daria tanto tempo para comentários econômicos? Acho que a gente também pode alcançar isso no jornalismo científico.

Dentro das deficiências que eu reconheço nos jornalistas, isto decorre primeiramente do desaparelhamento da Escola. Os professores se sacrificam na Escola de Comunicação da Bahia para tentar dar um ensino pelo menos razoável, mas há uma deficiência da própria Escola, deficiência material sobretudo, que precisa ser corrigida urgentemente.

Os baixos salários ganhos pelos jornalistas terminam influenciando também na má qualidade, na sua formação deficiente. Ele poderia, por exemplo, se ganhasse bem, se dedicar apenas a um emprego – e o nosso horário de trabalho, a nossa jornada é de cinco horas. Daria, portanto, no outro turno, para se dedicar à leitura, à busca científica, etc. Nosso nível de leitura tem caído bastante, muito mesmo, mas por isso, porque temos que cada vez mais procurar um emprego a mais, porque um emprego só ganhando um piso salarial de um milhão de cruzeiros é uma coisa absurda. Então não podemos fugir à realidade: o salário termina influenciando na própria qualidade da notícia que chega ao leitor. E aí onde é que está nossa responsabilidade social? A responsabilidade de informar bem à sociedade?

É por isso que acho que esses assuntos não estão desligados. Para poder dar um tratamento melhor à matéria científica é preciso que o jornalista realmente se aperfeiçoe, que estude mais, que busque mais informação, que

compre revistas. Qual jornalista vai poder comprar uma Veja, uma Isto É, e mais a Ciência Hoje? Só o jornalista que está ganhando muito bem e são pouquíssimos os que ganham muito bem, pouquíssimos mesmo.

Então a questão salarial tem muito a ver com a formação e, portanto, com a forma de tratamento da matéria mais especializada, no caso a matéria científica. Acho que também tem a ver a questão da visão empresarial sobre o cuidado com a notícia, sobre o compromisso social que o empresário da imprensa deve ter, porque até mesmo para participar de debates, encontros, seminários, você não vê nunca ou quase nunca um empresário liberar do trabalho. Não é para pagar um curso lá fora, é para liberar o trabalho durante um dia, ou dois, ou três, ou um mês. É a coisa mais difícil. Essa visão deturpada do seu papel que o empresário tem, é muito prejudicial ao próprio tratamento da matéria científica, da matéria especializada.

Sabemos que em outras áreas que não a de jornalismo, os profissionais recebem, muitas vezes diárias, bolsas pagas pelas próprias empresas para que tenham condições de aperfeiçoar o seu trabalho, o seu conhecimento, conseqüentemente desenvolverem melhor os trabalhos. No jornalismo isso não ocorre. E, repito, por falta de consciência dos empresários.

Não devem deixar de ser observados alguns princípios que o jornalista deve ter em mente, como, por exemplo, o interesse de conhecer e compreender a matéria. Existe por parte dos jornalistas a necessidade de nós próprios assumirmos nossa falha de não estarmos procurando estudar mais e tentar com todas as dificuldades melhorar o nosso background, nossa formação. Esse novo processo de transformação do país está a exigir um tratamento melhor, a gente ter um embasamento melhor para poder aprofundar também no tratamento da notícia.

O jornalismo, na nossa opinião, não tem a missão só de informar e entreter, mas também de formar a opinião pública. Então é fundamental criar uma consciência coletiva quanto à importância do conhecimento no desenvolvimento do país e dos povos. Dentro desse raciocínio, considerando a importância de adequada divulgação do problema da transferência da tecnologia para o desenvolvimento da nação, eu me preocupo muito que o jornalismo trabalhe para sensibilizar a sociedade e os poderes públicos: é

preciso repelir a tecnologia absoluta e se eleger a mais adequada aos interesses do povo brasileiro.

É preciso adaptar a tecnologia também aos interesses da população. É preciso dispor da tecnologia sem o controle por parte dos cedentes. Estou dizendo isso porque, como jornalista econômico, vejo muito esse problema no Polo Petroquímico de Camaçari e tenho a preocupação com esse assunto.

Por fim, professora Maria Brandão, gostaria que a senhora depois esclarecesse melhor a sua proposta quanto à tributação. De que forma seriam esses incentivos à publicação de matérias científicas? Não ficou muito claro para mim, como a senhora propõe. Seria ao jornalista, seria à empresa, como seria?

Afonso Maciel Neto – Serei breve, e quando digo que serei breve, evidentemente não há nenhuma intenção de referir-me ao meu amigo Raimundo Lima, cuja vivacidade intelectual tem sido uma tônica e cujo idealismo vem se efetivando ao longo de sua carreira profissional.

Farei como o embaixador americano, que terminada a reunião, sendo o último a falar e ainda tendo pela frente um debate, percebendo que o auditório estava também interessado em intervir, disse: *“vou falar como sendo biquíni de mulher bonita, bastante curto para cobrir o assunto”*.

Discordo de Raimundo Lima quando ele afirma não haver necessidade de especialização para que o jornalista possa transmitir a sua comunicação à grande massa de leitores e de ouvintes. Isto é, não precisa ser um técnico em Medicina, um técnico em Economia, um técnico em Engenharia e assim sucessivamente para poder escrever sobre Medicina, ou algum assunto de Medicina, ou de Engenharia, ou de Economia. Discordo. Creio que para ser um bom profissional de imprensa esse jornalista precisa ter, além das qualidades específicas inerentes ao profissional de comunicação, da objetividade, do conhecimento da língua portuguesa, precisa ter conhecimento específico da área em que ele está transmitindo o seu conhecimento, a sua informação, a sua opinião.

Há pouco tempo uma Universidade dos Estados Unidos, creio que Michigan, fez uma pesquisa sobre o que o leitor gostaria de ler na imprensa, e

para a decepção dos professores, para o desalento inclusive da direção do órgão de imprensa que participara daquela pesquisa, constatou-se que o jornalismo científico estava classificado em último lugar. O que a população dos Estados Unidos pelo menos da área onde foi feita a pesquisa, de alto nível educacional, gostaria de conhecer eram crimes, sociedade, futebol, desfiles de moda e assim sucessivamente, para colocar em último lugar a matéria do jornalismo científico. Por isso tenho a impressão de que há necessidade de um cuidado muito grande quando se enfatiza – não é que eu esteja contra – a necessidade de que os órgãos de comunicação deem maior espaço à área científica. Acho que deva dar, acho que tem que dar, mas há necessidade também de fazer com que os jornalistas tenham um conhecimento específico de determinada área, enquanto não houver a pós-graduação, enquanto não forem introduzidas nos cursos de comunicação matérias específicas. E para isso creio que haveria possibilidade de uma colaboração do Conselho Nacional de Pesquisa com a Universidade e as entidades representativas dos jornalistas para que houvesse um curso de extensão de três meses, por exemplo, em cada Estado, concomitantemente ou não, e convocando para este curso jornalistas que tivessem vocação para essa ou aquela área.

Creio que a missão da imprensa é importantíssima em todos os tempos e ninguém pode desconhecer, ninguém pode negar o papel que ela teve nessa modificação de um regime escuro, de uma noite escura para o sol já nascente. E se esta imprensa teve e tem este papel importante para mudar uma estrutura política, ela pode contribuir também para ajudar e auxiliar a pessoas como o professor Roberto Santos que a frente desse importante órgão se propõe levar à opinião pública, através desses mesmos órgãos de comunicação, o que se adianta, o que avança no processo de tecnologia, no processo científico.

HOMENAGEM A VLADIMIR HERZOG

Othon Jambeiro – Há 10 anos atrás, em 1975, por força da brutalidade que existia no país, morria um dos atuais símbolos do jornalismo brasileiro: o jornalista Vladimir Herzog. Vamos fazer agora uma pequena interrupção, não na sessão, mas no debate, para que seja prestada uma homenagem à memória de Vladimir Herzog.

Passo a palavra ao presidente do Sindicato dos Jornalistas.

Raimundo Lima – O Sindicato de Jornalistas da Bahia, como os Sindicatos de Jornalistas de todo o país, fazem hoje atos para registrar a morte de Vladimir Herzog, que sem dúvida é um marco negativo da história do Brasil.

Queremos aproveitar esta ocasião para convidar todos os presentes a participarem de outra manifestação também simples, porém significativa, que ocorrerá na Escola de Comunicação, hoje, às 16h:30m, também em memória de Vladimir Herzog, à qual a Sindicato de Jornalistas se associa.

Gostaria de ler para os senhores um depoimento que foi prestado pelo jornalista Rodolfo Konder, co-réu no processo de Vladimir, prestado sob juramento, em São Paulo.

“No Sábado pela manhã percebi que Vladimir Herzog tinha chegado. Vladimir era muito meu amigo e nós comprávamos sapatos juntos. Eu o reconheci pelos sapatos. Algum tempo depois Vladimir foi retirado da sala. Nós continuamos sentados lá no banco, até que veio um dos interrogadores e levou a mim e ao Duque Estrada a uma sala de interrogatório no andar térreo, junto a sala em que nós nos encontrávamos. Vladimir estava lá, sentado numa cadeira, com o capuz enfiado e já de macacão. Assim que entramos na sala o interrogador mandou que tirássemos os capuzes. Por isso nós vimos que era Vladimir e vimos também o interrogador, que era um homem de 33 a 35 anos, com mais ou menos 1,85 metros de altura, uns 65 quilos, magro mas musculoso, cabelo castanho claro, olhos castanhos apertados e uma tatuagem de uma âncora na parte interna do antebraço esquerdo, cobrindo praticamente todo o antebraço. Ele nos pediu que disséssemos ao Vladimir que não adiantava sonegar informações. Tanto eu quando o Duque Estrada de fato

aconselhamos ao Vladimir a dizer o que sabia, inclusive porque as informações que os interrogadores desejavam ver confirmadas já tinham sido dadas por outras pessoas presas antes de nós. Vladimir disse que não sabia de nada e nós dois fomos retirados da sala e levados de volta ao banco de madeira, onde antes nos encontrávamos na sala contígua. De lá podíamos ouvir nitidamente os gritos, primeiro do interrogador e depois de Vladimir e ouvimos quando o interrogador pediu que lhe trouxesse a pimentinha e solicitou ajuda de uma equipe de torturadores. Alguém ligou o rádio e os gritos de Vladimir confundiam-se com o som do rádio. Lembro-me bem que durante essa fase, o rádio dava a notícia de que Franco havia recebido a extrema-unção e o fato me ficou gravado, pois naquele mesmo momento Vladimir estava sendo torturado e gritava. A partir de determinado momento o som da voz de Vladimir se modificou como se tivessem introduzido coisa em sua boca. Sua voz ficou abafada, como se lhe tivessem posto uma mordança. Mais tarde os ruídos cessaram, o interrogador saiu novamente da sala e daí a pouco voltou para me apanhar pelo braço e me levar até a sala onde se encontrava Vladimir, permitindo mais uma vez que eu tirasse o capuz. Vladimir estava sentado na mesma cadeira, com o capuz enfiado na cabeça, mas agora me parecia particularmente nervoso, as mãos tremiam muito e a voz era débil. Na manhã seguinte, domingo, fomos chamados para ouvir uma preleção sobre a penetração russa no Brasil, feita por um homem que me pareceu o principal responsável pela análise das informações colhidas no DOI. Esse cidadão, acompanhado pelo Dr. Paulo, um japonês de cerca de 40 e poucos anos, magro, 1,70 metros de altura e de um interrogador de cerca de 25 anos, alourado, magro e alto, com mais ou menos 1,77 metros. O homem que me pareceu ser o principal é um homem moreno, rosto redondo, gordo, estatura mediana e uma barba emoldurando o rosto. Ele primeiro se estendeu sobre a questão da espionagem russa no Brasil e depois nos comunicou que Vladimir Herzog se suicidara na véspera, para concluir que Vladimir deveria ser um agente da KGB, sendo ao mesmo tempo o braço direito do governador Paulo Egídio. Que o interrogador de Vladimir Herzog vestia camiseta branca de gola olímpica de mangas curtas e uma calça de brim que me pareceu ser do uniforme do exército. Que o interrogador de Vladimir antes de ser descrito pelo depoente como sendo aquele que tinha uma tatuagem de âncora no braço era

branco. Que quando se iniciou a tortura de Vladimir o declarante, estando na sala ao lado, chegou a ouvir sons de pancadas que lhe eram desferidas. Que o declarante, embora não possuísse relógio, calcula que a tortura de Vladimir tenha durado cerca de duas horas, menos que a do próprio declarante, que teria durado cerca de quatro horas. Que a tortura de Vladimir, a que acima se referiu, foi aquela que pode ouvir, ignorando se Vladimir sofreu outras posteriormente em outras dependências do DOI”.

Pedimos que todos se levantem e que fiquemos durante um minuto em silêncio, para que fatos como este nunca mais se repitam no Brasil.

Agradecemos em nome do Sindicato essa interrupção e gostaríamos de ressaltar que lembrar fatos como este, nesse momento, é, sem dúvida, fazer com que a democracia que estamos iniciando no Brasil, seja realmente uma democracia sólida. Assim como lembramos os eventos heroicos, históricos, esse não deixa de ser também um evento que deve ser sempre lembrado para que não tenhamos mais tantas atrocidades, tantas torturas, tantos crimes como ocorreram nesses 21 anos de ditadura no Brasil. Muito Obrigado.

Othon Jambeiro – Como das vezes anteriores está aberto o debate. As pessoas que desejarem dirigir perguntas aos conferencistas ou aos debatedores podem utilizar o microfone.

Agostinho Muniz – Antes de dirigir a pergunta à Mesa, peço licença para fazer duas preliminares.

A primeira é que ontem, por um compromisso de trabalho, não pudemos vir aqui, e soubemos que a Assessoria de Imprensa da Reitoria sofreu algumas críticas, parte procedentes e uma outra parte injustas e exclusivamente motivadas por problemas pessoais. Acho que principalmente esta parte não é digna de resposta e quanto às outras colocações estamos dispostos - e esse é um desejo inclusive da própria reitoria, do próprio reitor – a discutir e analisar.

A outra questão, que é bem relacionada como parte do debate que foi feito hoje, foi a colocação sobre o fato de pessoalmente eu me colocar contra a expressão de jornalismo científico para as informações que são produzidas principalmente a partir das assessorias de imprensa, distribuídas para os veículos de comunicação social. Pela rapidez da intervenção, a coisa ficou mal posta e não foi devidamente compreendida. Então aproveito agora rapidamente para apenas dar um esclarecimento.

Na verdade o que eu me coloco contra é cunhar de jornalismo científico as informações que são enviadas para os veículos de comunicação, de certo modo ainda se esperando que exista o espaço reservado para isso e um espaço inclusive cativo. Durante muito tempo isso aconteceu, principalmente nos jornais. Agora a gente vê a televisão fazendo programas especiais de ciência e tecnologia. Embora a gente não esteja discutindo o mérito ou a oportunidade de se estar fazendo isso, na verdade, pelo menos nós da assessoria de imprensa, sempre fazemos um esforço para a popularização da informação científica, não ser tratada apenas em coluna, em espaço reservado, em programa especial, mas que tenha sobretudo objetivo, quando a gente pretende utilizar um veículo de comunicação social que então essa informação de conteúdo científico seja realmente destinada para o grande público e tratada como uma informação de interesse social. Era essa a colocação.

Agora para ser ainda mais breve, o professor Roberto Santos fez umas colocações sobre uma reorientação na linha do CNPq e a gente vai recordar o seguinte: a própria Universidade se fixava muito na ideia de que se desenvolvia ciência pura ou ciência básica e a gente tinha dificuldade de conseguir espaços nos jornais, quando se fazia a divulgação das matérias científicas produzidas pela Universidade nas quais não estava bastante clara a sua aplicabilidade e a sua utilidade para a comunidade.

Hoje a própria Universidade também já vem acompanhando esse movimento do CNPq, se formulando nesse sentido e hoje a Universidade já se preocupa muito em desenvolver pesquisas, numa linha que esteja realmente voltada para atender os interesses da comunidade, além evidentemente de também estar desenvolvendo pesquisa básica. Agora, estranhamente – este é o fato importante – a gente viu o presidente da Finep numa entrevista coletiva aqui em Salvador defender o seguinte: que a Finep continuava numa linha de desenvolvimento, de apoio à pesquisa aplicada e o CNPq e a Universidade deveriam apenas desenvolver a chamada ciência pura, embora, atualmente, e aí é que está o problema – o CNPq estivesse se desviando um pouco e querendo desenvolver muita coisa aplicada.

A questão colocada é a seguinte: como o professor Roberto Santos vê a linha de pesquisa que a Universidade tenta seguir? Qual é na verdade o papel da Universidade nesse instante e como se coloca num país subdesenvolvido a necessidade de órgãos do próprio governo estarem atentos a desenvolverem uma tecnologia, não aquela tecnologia altamente comercial, não aquela tecnologia de ponta ou de grande interesse do poder econômico, das grandes empresas e então está se voltando às vezes até para uma tecnologia mais simplificada e menos complicada.

Matilde Schinitman – Gostaria de me contrapor às palavras do Dr. Afonso Maciel. A proposta que o Senhor fez, de especialização do jornalista, acredito que levaria em última análise à criação de inframédicos, infraengenheiros, infracientistas e distorce completamente a posição do jornalista, distanciando-o do público.

O que me parece importante questionar aqui – e a proposta do Seminário foi essa – é como melhorar a relação do cientista com o jornalista,

para inclusive melhorar o relacionamento do cientista com a comunidade. Pareceu-me que isso passa também pela postura do cientista. É importante mudar a imagem de doutor Satã ou de professor Pardal que o cientista em geral tem para a comunidade. Ou ele é um cara que faz coisas que ninguém entende ou é um cara que faz bomba atômica e prejudica todo mundo. Isso tem que ser mudado.

Uma coisa em que a gente fala muito é na falha do jornalista, da incapacidade dele, pelo fato de se expor todo dia, de cometer certas bobagens. Mas há também falha no cientista, que nem sempre consegue mostrar ao jornalista ou ao público de um modo geral a importância do trabalho que está fazendo na vida prática do indivíduo. Está descobrindo coisas que às vezes o homem comum não relaciona de imediato com sua vida. Essa falha então é passada para o jornalista que trabalha com a informação que automaticamente não consegue passar bem para a comunidade. Isso precisa ser trabalhado também.

Na sua profissão, o jornalista se expõe todo dia, o cientista só eventualmente. Por isso a gente fica tão sujeito à crítica e o cientista fica lá no pedestalzinho dele.

Othon Jambeiro - Não há outros inscritos. Durante a fala do Dr. Roberto Santos e dos demais debatedores, as pessoas que desejarem podem levantar o braço que anoto aqui e anuncio posteriormente. Passo a palavra então ao Dr. Roberto Santos.

Dr. Roberto Santos – Quanto mais rica a participação dos debatedores, mais agradável e de certo modo mais fácil se torna a tarefa de quem iniciou o debate e deve encerrá-lo.

No caso estou de fato muito a vontade, porque tivemos aqui uma série de contribuições que dão margem a comentários que servem muito bem para complementar aquela provocação inicial que fiz, enriquecendo portanto e permitindo o acréscimo de comentários úteis.

O Dr. Garrido tem a vivência de um daqueles institutos de tecnologia a que me referi há pouco, dedicado à busca de solução para problemas de

ordem tecnológica que tem sobretudo interesse regional muito grande, um interesse econômico na superação de problemas de ordem regional.

Esses institutos são uma consequência daquela atividade universitária que é o ponto de partida de todo desenvolvimento tecnológico em qualquer país, mas em certa época foram até considerados como rivais da atividade universitária, o que absolutamente não é verdade. As Universidades cuidam do desenvolvimento científico, cuidam de uma parte do desenvolvimento tecnológico e formam pesquisadores, mas à medida que a atividade tecnológica regional ou nacional ou até mundial, conforme o caso, necessita aprofundar-se tende a verticalizar determinados estudos. Evidentemente à Universidade não caberia assumir uma dimensão de ordem material que permitisse aplicar-se a todas essas pesquisas. E os institutos de pesquisa tecnológica se tornam então uma necessidade, se tornam absolutamente indispensáveis, como é o caso do Ceped aqui na Bahia.

É necessário estar portanto relacionado com as aspirações tanto de natureza mais ampla de uma população nacional, como também aquela de ordem mais local. E quando nós procuramos sentir, conhecer essas aspirações, há necessidade de indagar diretamente, de fazer levantamentos, de realizar inquéritos quanto à essa opinião.

Estes levantamentos é claro que, por sua vez, informam os jornais, quem sabe até do modo surpreendente quanto ao espaço que deve e precisa ocupar o assunto ciência e tecnologia. Espaço de ordem geral nas suas folhas, porque esse interesse é crescente em vários aspectos: se de um lado há a tecnologia de ordem industrial, há também a tecnologia agrícola, que se complica, se aperfeiçoa, que requer portanto uma informação mais ampla. Há também a tecnologia aplicada a áreas de interesse social, não diretamente econômicos.

Há pouco tempo, conversando com um norte-americano, trocamos ideias sobre esse assunto e perguntei quais as especializações dentro das aplicações tecnológicas que despertavam mais interesse do público em geral. Ele respondeu que em primeiro lugar os problemas de saúde, a medicina e seus avanços. Acredito que nisso haja uma similaridade com o que ocorreria com a população brasileira caso fosse feito aqui este levantamento. As notícias de ordem médica despertam o interesse do público em geral. Cada qual é

muito cioso da sua própria saúde. E nós vimos há poucos meses aquele tristíssimo fenômeno que despertou tanto a sensibilidade nacional, que foi a evolução da doença do presidente Tancredo Neves, que teve uma cobertura jornalística excepcional, única talvez em toda a história do jornalismo nacional. Se havia a figura de presidente naquele momento contribuindo para sensibilizar todo o espírito nacional, havia também contribuição da ciência informando todo aquele processo. Então a medicina em especial, os problemas de saúde em geral despertam a curiosidade num povo como o norte-americano. Em segundo lugar, dizia este homem, os problemas espaciais, os avanços na ciência espacial, considerava ele que era o segundo assunto, o que evidentemente difere da nossa sensibilidade brasileira, uma vez que, embora tenhamos o Instituto de Pesquisas Espaciais que é um dos órgãos de pesquisa mais avançados do país, embora a indústria aeronáutica esteja começando a orgulhar os brasileira, duvido muito que o segundo assunto fossem os problemas espaciais.

Qual será o segundo assunto no público brasileiro, no público baiano? Não sei quem possa responder isso, justamente porque até mesmo essa busca, essa investigação da curiosidade do público nosso a respeito desses assuntos não está ainda bem conhecida, não houve ainda uma disposição para que os próprios interessados pela distribuição dos espaços para a notícia viessem a indagar.

O Dr. Garrido citou a questão de sigilo como um dos problemas sem dúvida de importância maior para a pesquisa que tem consequência empresarial. Mas sem dúvida, com uma outra conotação completamente diversa, existem também preocupações dos cientistas de que a sua ideia possa ser aproveitada e possa ser fruto de desdobramentos por parte de algum outro pesquisador. Mas isto seguramente não há de ser motivo para que se retenham informações. Os assuntos têm formas de serem tratados.

Entre os temas que estão assumindo uma dimensão nova nos noticiários dos países mais avançados, e que têm por sua vez aberto caminhos novos, rumos novos na ciência jurídica, está exatamente como tratar, do ponto de vista jurídico, com suas consequências de ordem comercial e empresarial, o assunto novas descobertas. Isso não se limita aos problemas de ordem comercial e empresarial, porque atinge agora as questões de ordem ética com

uma dimensão que anteriormente não existia. Certas transformações que a ciência está permitindo, certas transformações que passaram da bancada de cientista para a perspectiva de influenciar a produção comercial, até mesmo a própria essência da natureza do homem, estão tendo reflexos de ordem ética tão importante que passam a constituir-se em tema de debate em que toda a sociedade tem de participar.

O Dr. Silvio Mattoso referiu-se a questão de quem decide o espaço no jornal. É provável que em última instância quem decida esse espaço não seja, como parece, o instrumento dessa decisão, que é o proprietário. Porque em última instância quem deve decidir é o público. E se o público se mostra interessado por aquele tipo de notícia, é claro que o órgão noticioso há de procurar dedicar-lhe mais espaço. Mas convém lembrar que aí há uma interação muito delicada, muito difícil em muitos casos, mas que é fundamental: se de um lado o órgão noticioso tem que estar sensível à receptividade por parte do seu público, de outro lado tem também uma responsabilidade de ordem ética, de procurar também levar uma certa contribuição ao lastro cultural desse mesmo público. Portanto o público é quem deve decidir, mas o órgão noticioso, atendidas as questões de ordem ética, tem também necessidade de dar a sua contribuição.

Quero aqui lembrar também que nessa nossa preocupação de atingir populações ou clientela específica, mas que têm um poder reprodutivo muito grande, temos dado colaboração a um órgão como Ciência Hoje, que é um grande órgão de divulgação científica de âmbito nacional. Como de modo geral os países todos, mesmo os que têm vários e numerosos órgãos de divulgação científica, têm sempre um que se destaca, o nosso é Ciência Hoje. O CNPq se encarregou de fazer uma assinatura para cada um dos Parlamentares a nível federal. Todos os Deputados Federais e todos os Senadores recebem hoje uma assinatura de Ciência Hoje, paga pelo CNPq. Estou certo de que este é um exemplo de como um órgão como o CNPq pode contribuir para atingir determinadas clientelas que têm um grande efeito multiplicador. É claro que podemos receber sugestões também a este respeito, com as limitações de ordem financeira que sempre existem, mas é importante que se procure levar essa ideia da importância da divulgação correta, eticamente ajustada dos fatos

científicos à populações, à clientela que sejam limitadas, porém que tenham um grande efeito multiplicador.

Houve aqui um conflito extremamente interessante, embora não aparente, entre concepções de dois dos nossos ilustres divulgadores. Um quando se referiu ao conhecimento que se transforma em bem no desenvolvimento da economia universal hoje em dia. E outro que se referia a conhecimento não como poder que se enfeixa, que se concentra e que se utiliza como forma de supremacia e de hegemonia, ao contrário, contrapondo-se à ideia de conhecimento divulgado, conhecimento popularizado, conhecimento ao alcance de todos, como instrumento de bem-estar social. E aqui estamos entrando numa outra questão que tem óbvias conotações de ordem ética.

Sendo a humanidade como é, não podemos desconhecer que ambos esses conceitos têm o seu lugar no mundo de hoje. O conhecimento como poder que assumiu uma dimensão imensa, que cresce aliás à medida em que a sociedade evolui no rumo que ela própria adotou, e de outro lado o conhecimento como instrumento de bem-estar social ao alcance de todos, na medida das possibilidades de cada qual, mas sempre buscando os reflexos e orientação que importa para que todos se beneficiem das consequências da aplicação da ciência e da tecnologia. A ciência é apenas um método. E um método que teve um extremo sucesso nos últimos três séculos. Até que se começou a contestar a validade desse método, não pelo que ele tem produzido, porém pela exclusividade com que certas sociedades passam a adotá-lo, pela mística que passa a repressar em certas sociedades mais desenvolvidas no mundo de hoje. Mas foi um método de grande sucesso que se aplicou também com grande sucesso sobre aspectos diferentes. Alguém se referiu aos malefícios que dele podem decorrer na sua aplicação, naquele exemplo famoso e já tão debatido da bomba atômica. Mas com as conotações éticas de que deve estar revestida a aplicação do método científico, sem dúvida a sua contribuição ao bem-estar social da humanidade toda foi imensa e aqui no Brasil ainda muito insuficientemente explorada. Há ainda um imenso campo para a sua aplicação, com consequências benéficas, com vantagens, para a parcela de nossa população que ainda não pode aproveitá-lo, absorvê-lo devidamente.

Sabemos que talvez o maior dos problemas nacionais seja o da parcela expressiva da nossa população que, para usar o economês, não chegou a economia de mercado e continua na economia de subsistência. Nós poderíamos dizer que não se beneficiaram ainda das aplicações da ciências, das inovações tecnológicas que deveriam estar ao alcance de todos, mas que não alcançaram essas dezenas de milhões da população brasileira que não foram ainda incorporados a essa vida moderna. Este talvez seja o maior dos problemas brasileiros. Nós que somos nordestinos, que conhecemos de perto esse problema, não podemos estar desatentos a ele. Assim como se fala em índices de saúde, em índices de educação, em índices que definem o bem-estar de uma população, assim como se fala de índices de produto interno bruto e tantos outros que estão na linguagem do dia a dia, mais frequentemente do que as questões de ciência e tecnologia, poderemos falar de índices de aplicação de ciência, de índices de aplicação de tecnologia que atingem a vida do cidadão de forma extremamente desigual, num país como o Brasil, de forma injustamente desigual numa região como o Nordeste brasileiro.

É tarefa nossa, e também do jornalista que divulga essas questões, procurar abri-las para a utilização de um público cada vez maior, de modo que a ciência e a tecnologia sejam realmente instrumentos de bem-estar social.

Maria Brandão falou do risco do CNPq imiscuir-se em atividades que na verdade são responsabilidade da área educacional propriamente dita, da educação, da área educacional estrito senso. Essa é uma das preocupações nossas nas decisões que cabem ao CNPq. Sabemos que houve um descuido terrível quanto às áreas de maior interesse social nos últimos tempos do governo que conduziu os destinos do Brasil e que em virtude disso, pelo descuido com as Universidades, pela marginalização das Universidades, houve uma regressão nas condições de trabalho, nas condições de sobrevivência da população universitária que foi em parte suprida pelos órgãos de ciência e tecnologia.

A Lei Calmon, que o novo governo permitiu que tivesse uma tramitação muito mais rápida do que vinha tendo e que o novo governo atendeu na proposta orçamentária para 1986 que acaba de ser remetida ao Congresso, há de modificar essa questão já para 1986. E nesta hora, quando a educação e em especial o ensino superior dispuser de recursos mais substanciais, veremos

como o dinheiro de ciência e tecnologia há de render muito mais justamente porque já não estaremos na obrigação de suprir o atendimento de responsabilidades que são na verdade da área educacional, estrito senso.

A professora Maria Brandão foi um pouco mais longe e como que numa provocação sutil manifestou também a preocupação de que haja uma tendência para suprir o setor produtivo. Não tenho tanto essa preocupação, porque a própria dimensão financeira de um órgão como o CNPq não permitirá esse suprimento. A própria presença da comunidade científica nas decisões de órgãos como o CNPq seguramente não irá permitir isso. Mas dentro deste receio que se acumulou ao longo dos últimos tempos, não há da parte da comunidade científica uma tranquilidade quanto a que possam voltar certos condicionamentos que existiam, e atentos como estão às possíveis restrições a suas atividades, pode até surgir uma preocupação dessa natureza. Mas ela na verdade não se justifica. O que há é que nessa competição entre o desenvolvimento científico e tecnológico a cargo de um só órgão, fica sempre difícil buscar o equilíbrio entre estas duas responsabilidades.

Nossa evolução, pelos motivos que foram aqui referidos, como se implantou o ensino superior e depois a universidade no nosso meio, com um atraso enorme na implantação de órgãos dedicados a ciência, aos setores básicos do conhecimento e de outro lado a evolução econômica com uma tecnologia própria, autônoma, que tão tardiamente veio aparecer, obrigam a que esses dois setores se encontrem de modo que um valorize o outro, um estimule o outro e não que um prejudique o outro, como chega a parecer quando se tomam posições radicais de um lado ou de outro. Assim, a ciência e a tecnologia se valorizam reciprocamente, uma é dependência da outra. A tecnologia não pode existir sem que haja base científica e a ciência é seguramente estimulada, é seguramente valorizada quando surgem suas aplicações na proporção devida. Não há, portanto, confronto entre as duas, não pode haver competição entre as duas. Há sim uma valorização recíproca, contanto que se busque uma posição de equilíbrio, difícil de alcançar, sempre sobre o risco da contestação dos que estão radicalizados numa posição ou outra, mas que se fertilizam reciprocamente e por isso devem estar juntas.

Houve também da professora Maria uma referência à divulgação, que não é apenas da imprensa. Quero aqui fazer uma referência de ordem até

sentimental a um empreendimento a que me dediquei com um carinho muito especial, que é o Museu de Ciência e Tecnologia da Bahia, um órgão que infelizmente não teve a divulgação que merecia, não teve até mesmo o trato de ordem material que merecia durante algum tempo. Isso está voltando agora, graças a Deus. Ele tem um papel imenso a desempenhar, não apenas em países mais desenvolvidos que se orgulham dos seus museus de ciência e tecnologia e que os tratam com a devida atenção. Isto é mais importante ainda num ambiente como o da Bahia, em que esse salto de gerações, essa economia que segue por atalhos, que queima etapas, para usar uma expressão criticada pelos puristas da língua, uma sociedade que está queimando etapas, em que se vê a oportunidade, o surgimento de oportunidades de trabalho, de emprego para a geração que chega, que não foram conhecidas dos ambientes domésticos em que se criaram esses jovens, porque essas oportunidades não existiram para os respectivos pais. Esses assuntos não foram debatidos nos respectivos lares. Nossa população estará em pouco tempo desbravando novas oportunidades de emprego e de trabalho que não foram anteriormente conhecidas e debatidas.

O Museu de Ciência e Tecnologia quando devidamente divulgado, quando devidamente aproveitado pela rede educacional nas idades próprias, com a assiduidade adequada, é uma esplêndida oportunidade para que esses princípios científicos e essas aplicações tecnológicas, de forma amena, de forma agradável, sejam incutidos nos jovens, na criança, no adolescente, de modo a abrir esses novos horizontes. O Museu de Ciência e Tecnologia tem muito mais importância num ambiente como o da Bahia do que até mesmo em Londres, em Paris ou em Munique ou em Chicago, onde existem exemplos dos mais internacionalmente conhecidos. Apesar disso, por motivo de compreensão de uma realidade nossa, o nosso museu levou muito tempo terrivelmente mal tratado e isto não pode deixar de gerar uma reação de quem conhece e se dedicou a uma realização desta como sendo a de maior interesse para a fase atual que vive a população de Salvador e da Bahia.

A professora Maria não é candidata a nada, por enquanto, que eu saiba. Como eu ainda posso ser, não poderia adotar a linguagem contundente que ela adotou neste confronto entre bibliotecários e jornalistas. Mas quero dizer em outra linguagem que ela tem razão quanto a que o IBICT acumula muita

informação e não tem absolutamente o número de usuários que deveria ter. O IBICT está com uma nova administração e o compromisso dessa nova administração é exatamente aumentar o número de usuários. A riqueza de informação, a riqueza das coleções do IBICT é impressionante. Mas é um órgão até mesmo pouco conhecido, pouco divulgado em si mesmo e a divulgação, e o fruto do seu trabalho é exatamente muito aquém do que poderia e deveria ser. O IBICT está desencadeando um esforço para se tornar mais conhecido e faço um apelo aos universitários da Bahia que aqui se encontram, até mesmo aos não universitários para que usem, exijam, façam valer de tudo aquilo que está no IBICT de potencial de utilização pelo Brasil afora, ainda inaproveitado.

Os incentivos fiscais, outro tema que sem dúvida atrairá maiores atenções. Incentivos fiscais para ciência e tecnologia irão atrair uma atenção crescente do público brasileiro em especial da imprensa, por uma razão muito simples: estamos nos aproximando dos trabalhos da Assembleia Constituinte. Nessa hora eu não tenho dúvida de que o Brasil estará se repensando a si mesmo sobre inúmeros aspectos. E com o papel que ciência e tecnologia estão passando a ter na vida do brasileiro, estou seguro de que os incentivos fiscais para ciência e tecnologia, dentro de pouco tempo estarão entre os grandes temas, um dos grandes assuntos da imprensa diária e da imprensa um pouco mais sofisticada, para um público culturalmente mais diferenciado.

As ideias novas terão de surgir, os incentivos fiscais como estão são muito reduzidos e muito limitados para a ciência e tecnologia, embora o que existe também seja pouco divulgado. Eu posso dizer, por exemplo, que uma das atribuições do CNPq é a de examinar pedidos de empresas com fim de pesquisas e empresas simplesmente que realizam trabalhos de tecnologias mais avançadas para efeitos comerciais e industriais, que importam material, e podem ter uma redução da alíquota dos impostos de importação até zero. E outras que por determinação dos órgãos financeiros do país, precisam obter financiamentos externos para adquirir equipamentos de maior complexidade para pesquisa científica e tecnológica e que ficam dispensados desses financiamentos externos quando se comprova que esses equipamentos se destinarão a busca de inovações tecnológicas.

Pois bem, a dispensa desses impostos de importação, em termos de cruzeiros e até de dólares, representam quantias comparáveis até mais altas do que os cruzeiros que o CNPq distribui de forma direta para fins de bolsas ou para fins de auxílios. Portanto há incentivos fiscais que são pouco conhecidos, pouco divulgados, sobretudo em ambientes onde a inovação tecnológica apenas começa a aparecer. Mas esses incentivos, além de pouco conhecidos, na verdade são também ainda muito reduzidos em relação ao que poderiam ser.

O Brasil está começando a ter sua tecnologia gerada aqui mesmo, o que está sendo relativamente lento, porque as empresas nacionais, com raríssimas exceções, não atingiram ainda um nível de capitalização que permitisse os enfrentamentos dos riscos que envolve o emprego de novas tecnologias, novas no sentido de ainda não testadas, nem aqui, nem alhures. Os riscos que as multinacionais acarretam com isso são muito grandes, mas elas podem fazê-lo porque estão capitalizadas neste ponto. As empresas verdadeiramente nacionais que chegaram a esse ponto são muito poucas, mas há várias que estão fazendo. Há várias empresas que têm um nível de investimento para aperfeiçoar as tecnologias de que se valem e para capacitar o seu pessoal nessas operações mais complexas que atingiram um grau realmente admirável. Elas precisam, entretanto, ser estimuladas, precisam se beneficiar de certos incentivos fiscais, pela própria natureza do incentivo fiscal. Para isso contribui a população em geral, porque daí hão de resultar, hão de retornar benefícios também para a população em geral.

Esse debate dos incentivos fiscais para a ciência e tecnologia, que hoje está quase silencioso, não tenho dúvida que dentro de poucos meses, com a aproximação da Assembleia Constituinte e com o desenvolvimento dos seus trabalhos, estará no noticiário de cada dia, estará no debate, não apenas de uma população muito restrita, porém espero que de populações mais amplas, tendo em vista os benefícios que resultarão disto para a população também dita como geral.

O hermetismo da ciência versus o papel do jornalista é um tema que nos poderia levar muito longe. Mas quero dizer que talvez a essência da atividade do jornalista científico esteja realmente na sua capacidade de desenvolver

mecanismos, de disciplinar sua mente na busca de meios de traduzir raciocínios aparentemente mais complexos e linguagem ao alcance de todos.

Essa questão é talvez a chave de toda a matéria da divulgação científica e da sua consequência que é a conscientização da importância da ciência e da tecnologia. Isto acaba sendo uma especialidade em si mesma, uma especialidade de grande beleza, digamos assim.

Sabemos que as operações mentais que o homem realiza não são inteiramente diversas das diferentes especializações de trabalho, nem mesmo quando se pretende por em confronto a criação artística com a criação científica. Há ensaios que são de uma profundidade extrema e ao mesmo tempo de grande beleza, que mostram a identidade entre o processo de criação artística e o processo de criação científica. As operações da mente humana portanto são de certo modo repetitivas, poderia até sobre este aspecto dizer limitadas, quando se aplicam a ramos diferentes da atividade do homem que aparentemente, e apenas na aparência, são muito diversas entre si. A maneira de traduzir essas operações que parecem herméticas quando aplicadas a um certo nível de raciocínio na criação científica e de outro lado a sua tradução para que públicos que se dedicam a outras atividades, ou até mesmo públicos que não tiveram um grau de educação formal mais demorado ou mais desenvolvido, esta é em si mesma uma especialidade. A essência do jornalismo científico reside exatamente aí.

Ouvimos aqui de um dos debatedores a sugestão de que fizéssemos cursos de extensão. Confesso que tinha me lembrado e me empenhado na criação de mestrados com especialidade, portanto de cursos mais demorados e mais aprofundados nesse sentido. Mas quem sabe não se poderá condensar isto com a utilização de pessoal que tenha vivência do assunto para que se consiga mesmo em períodos de instrução mais curtos sobre a forma de cursos de especialização, cursos até de extensão, divulgar alguns desses processos mentais em que alguns se especializam para traduzir os raciocínios que são talvez mais complexos, mas que representam apenas a conjugação de operações mentais que não são excepcionais, não são diferentes das demais, em operações mentais que estão ao alcance de um maior número. Isso tudo é um campo que está aberto para o debate, para o aperfeiçoamento e que já atingiu sem dúvida níveis de desenvolvimento muito mais avançados em outros

países do que no nosso, mas que têm a sua oportunidade agora. São horizontes novos que se abrem, os jovens que aqui se encontram devem observar aí o seu desafio.

E para encerrar tudo isto, que o tempo já vai longe, nós vemos como se somam razões e motivos para louvarmos a iniciativa dos que promoveram este encontro. O Othon, sem dúvida, ao lado de outros companheiros que com ele colaboram, foi uma espécie de espoleta de tudo isso e com o vigor da sua juventude trabalhou intensamente numa iniciativa que merece de todos nós o maior aplauso e o maior louvor. Muito obrigado.

Othon Jambeiro – Devido ao adiantado da hora, pediria às pessoas que ainda pretendiam falar que esperem nova oportunidade, porque a essa hora temos que encerrar esse evento. Antes de fazê-lo, contudo, gostaria de colocar algumas coisas.

A primeira delas é a respeito da realização desse evento. Esse Seminário é uma promoção da Universidade Federal da Bahia através do seu Departamento de Comunicação, e da assessoria de imprensa da Reitoria da Universidade e também do Sindicato de Jornalistas da Bahia, da Associação Brasileira de Jornalismo Científico, secção da Bahia e da Fapex.

Ele pretendeu, e creio que cumpriu seu objetivo, estabelecer um marco na Bahia para o nascimento daquilo que a gente tem chamado de jornalismo científico e que na verdade deve ser entendido como uma área do jornalismo dedicada ao acompanhamento dos fatos na área científica.

De Outubro de 84 a Outubro de 85 tivemos vários fatos que marcaram na Bahia o início do interesse pelo jornalismo científico. O primeiro deles foi a criação, no Departamento de Comunicação, da Agência de Notícias de Ciência e Tecnologia, que está completando um ano agora. Sempre com o apoio do CNPq.

Um outro marco foi a criação no currículo do Curso de Comunicação de uma disciplina optativa chamada Jornalismo Científico, que começa a ser ministrada a partir de Março de 86, e que será aberta posteriormente também à participação de profissionais.

A Bahia também neste ano conseguiu um outro marco: a criação aqui de uma seção da Associação Brasileira de Jornalismo Científico.

A Bahia também consegue um outro fato marcante, porque vai mandar na Expedição à Antártida o primeiro, o único talvez, jornalista do Nordeste brasileiro, Carlos Ribeiro, assessor do Museu de Ciência e Tecnologia. Por via do CNPq ele segue na Expedição Brasileira à Antártida, como correspondente de veículos locais e também da Agência de Notícias de Ciência e Tecnologia.

A própria realização desse Seminário é também um marco conseguido por aqueles que pretendem realizar na Bahia o jornalismo científico.

Um outro marco que esperamos conseguir é a aprovação pelo CNPq, talvez ainda este ano, do primeiro projeto de pesquisa na área de jornalismo científico na Bahia, da jornalista Suzana Varjão e que pretende exatamente analisar a repercussão do noticiário científico junto à população e os seus níveis de interesse com este material.

Esses foram marcos iniciais que imagino e desejo sejam apenas iniciais e que a partir deles possamos construir efetivamente na Bahia e talvez até ampliar para o Nordeste a prática do jornalismo científico nos mesmos moldes do bom jornalismo que sempre foi e continua sendo praticado no Brasil.

Quero finalmente destacar o apoio de entidades e pessoas que possibilitaram que se efetivasse este Seminário. Começo pela própria Universidade que cedeu as instalações. Em seguida a vice reitora Eliane Azevedo, sem a intervenção da qual provavelmente este projeto não teria sido aprovado na Finep. Empresas como Washington Studio Gráfico, Grandes Marcas de Papel e DM-9 Propaganda, que criou e produziu esse belíssimo cartaz. O Concitec que nos apoiou desde o início, a Finep, o CNPq, o Banco Econômico e a própria Fapex, destacando-se na Fapex a figura de Lucival Costa, sem o concurso de quem dificilmente o Seminário teria conseguido o ritmo que obtive e que nos fez chegar até aqui.

Com estas palavras dou por encerrado esse Seminário e espero que o mais breve possível possamos ter outros eventos dessa natureza a fim de discutirmos questões de ordem científica.

Muito Obrigado.